

IX CONGRESSO NACIONAL

PSB

Caderno de Teses ^{Resumo}

Desbravamento da Mata - Reprodução Obra de Cândido Portinari - Homenagem do PSB ao seu centenário



*É bem verdade que os socialistas estão em perfeito acordo
entre si exceto nos pontos sobre os quais divergem*

Bernardo Shaw

Índice

TEMA 1 - Transformando o PSB em um Partido de Base Popular

1. TESE: Tese Nacional aprovada no IX Congresso Estadual do PSB da Bahia	05
2. TESE: O desafio de ampliar os objetivos estratégicos dos socialistas Autor: Carlos Siqueira	09
3. TESE: Núcleo de Base: A Tarefa..... Autores: Marlos Duarte	11
4. TESE: Pelas Bases o Partido Cresce - Pelas Bases do PSB se Fortalece Autor: Ademir Mota e Pedro Marcelo	13
5. TESE: Assumindo a Responsabilidade Social Reinor Sannes de Ávila	14
6. TESE: Transformando o PSB em um Partido de Base Popular - O Papel do PSB Aprovada pelos Congressos Estadual da Bahia e de São Paulo	16
7. TESE: O Domínio do Poder Econômico sobre os Espaços - As Cidades têm dono..... Tese aprovado Congresso do PSB/SP	18
8. TESE: O Pensamento Coletivo..... Autor: Edson Luiz Godinho	20
9. TESE: Tese ao IX Congresso Nacional do PSB Autor: André Alves, Edson Guimarães, Adnailton Lima do Amaral, Sandoval Dantas, Antônio José Oliveira, Reny Silva, Luiz Gustavo, Antônio Carlos Ferreira, Josenice Santos, Rosine Santos Silva, Ana Bárbara Cardoso, Eduardo e Robson Rodrigues.	22
10. TESE: O PSB e a Participação Popular na Conjuntura Nacional	23

TEMA 2 - Políticas Estratégicas para o País.

1. TESE: Projeto Transparência - O Controle Social do Gasto Público..... Autora: Senador João Alberto Capiberibe	26
2. TESE: O PSB e as vocações por um novo modelo de inclusão Autor: Anna Colares	28
3. TESE: Brasil: esperança e transformação Teses do Congresso Estadual do PSB de Goiás	30
4. TESE: Qual Estado para o Socialismo Futuro? Autor: Rogério Portanova	32
5. TESE: Construir o Socialismo do Século XXI - Rumo ao Desenvolvimento Sustentável..... Autor: Rogério Portanova	34

TEMA 3 - Avaliação da Participação do PSB no Governo Federal

1. TESE: Ciência, Poder e o "Novo Gerencialismo"..... Autor: José Rodrigues Filho	36
--	----

TEMA 4 - Estratégias para as Eleições Municipais

1. TESE: Política de Alianças Autor: Rogério Portanova	37
---	----

2. O PSB e a Felicidadeania - Rumo às Prefeituras Brasileiras	38
Autores: Marta de Fátima Henkes, Rogério de Moraes Sikóra, Margarete de Carvalho Pacheco	

TEMA 6: QUESTÃO REGIONAL

1. TESE: Desafios da Integração DF e Entorno	40
Autores: Rodrigo Rollemberg e Ricardo Attuch	
1. TESE: Cerrado - Questão de Segurança Nacional	42
Autor: Fernando Madueño	

TESES DA SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES

1. TESE: Um lugar de Mulher - A Política e o Poder	43
Autora: Amélia Freire	
2. TESE: A Importância da Participação Política das Mulheres	45
Autora: Mari Machado	
3. O PSB Frente às Desigualdades Raciais	46
Autora: Jacy Proença	

TESE DA COORDENAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL	48
---	----

TESE DA JUVENTUDE SOCIALISTA BRASILEIRA	59
---	----

Apresentação

As teses publicadas neste Caderno são contribuições de dirigentes e militantes socialistas de várias unidades federativas. Elas são em sua maioria, decorrência dos debates que aconteceram nos Congressos municipais e estaduais do nosso Partido, o PSB, entre os meses de agosto e outubro, preparatórios do IX Congresso.

Aludidas contribuições tratam de uma série de temas que, de um modo ou de outro abrangem o conjunto do temário definido para o nosso evento partidário máximo, previsto para os dias 5, 6 e 7 de dezembro, em Brasília.

A abrangência dos assuntos abordados nas teses revela, em certa medida, a riqueza dos debates havidos nos âmbitos municipais e estaduais do Partido, e aponta, basicamente, preocupações e propostas relativamente a: tipo de partido que pretendemos construir; as questões de interesse nacional no plano econômico, social, ambiental e regional, entre outras.

Há de se ressaltar, entretanto, a preocupação demonstrada por vários (as) companheiros(as) no tocante ao caráter do partido que estamos a construir; sua forma de funcionamento, seus vínculos sociais e populares, e sua expressão eleitoral.

A propósito desta questão, o Presidente do nosso Partido Deputado Miguel Arraes, contribuiu também escrevendo o artigo "Construindo as Bases Populares do PSB", publicado no informativo nº 2, do Congresso. Na referida contribuição, o Presidente Arraes demonstra a necessidade de reordenar a nossa forma de organização partidária, de sorte que o PSB possa inserir-se nos movimentos sociais e defender os interesses nacionais a partir dos interesses populares.

A dinâmica proposta por nossa direção para a discussão do temário do IX Congresso, criando oito grupos temáticos, seguramente possibilitará aprofundamento maior sobre as questões levantadas a partir da base do Partido e de sua direção.

Estamos seguros de que os congressistas enriquecerão as idéias contidas neste Caderno, de maneira que o IX Congresso possa aprovar uma Resolução política capaz de nortear a vida partidária, e sobretudo permitir que o PSB venha a influir de modo mais intenso e conseqüente no encaminhamento das questões nacionais, especialmente na sua luta por mudanças estruturais capazes de reverter o quadro social inaceitável em nosso Brasil.

Brasília, 5 de dezembro de 2003.

*Carlos Siqueira
Primeiro Secretário Nacional do PSB*

Tese Nacional aprovada no IX Congresso Estadual do PSB da Bahia

Políticas Estratégicas para o País

Definir o desenvolvimento sustentável e a opção pelos valores da vida e do trabalho como elementos centrais da nossa linha política e da nossa prática cotidiana.

A defesa da soberania nacional como dimensão da soberania popular, da diversidade étnica e cultural, da sustentabilidade ambiental, da inovação tecnológica e da pluralidade política nacional e regional.

Definição clara sobre o fato de que o controle da inflação é pré-condição para a política econômica, mas não é a própria política econômica. A estabilidade da moeda não pode se constituir num objetivo em si, substituindo a construção e implementação de um projeto nacional de desenvolvimento sustentável fruto do pleno exercício da soberania nacional e da libertação do País do jugo do capital financeiro, nacional e internacional.

Não à ALCA.

Transformando o PSB em um Partido de Base Popular

Constatação de que a estruturação do Partido em Núcleos de Base não conseguiu se efetivar ao longo dos últimos anos no PSB, por duas razões:

a) O Partido não tem caráter corporativo e políticas setoriais que assegurem um campo de ação nítido para os dois núcleos;

b) A forma de tomada de decisões no Partido não depende e portanto não há legitimidade e força nos "núcleos de base".

Os socialistas baianos entendem:

a) Que o PSB avançaria mais na sua organização, privilegiando e fortalecendo os movimentos sociais partidários, tais como os movimentos de mulheres, sindicalistas, juventude (estudantil), negros e outros.

b) Tornando obrigatória a estruturação de coletivos para a orientação de campanhas de vereadores, prefeitos, deputados, senadores, governadores e a sua transformação em Conselhos Partidários dos Mandatos;

c) Realização de Congresso Nacional de Negros Socialistas;

d) Atenção especial ao movimento sindical de trabalhadores rurais;

e) Cursos de formação política e de gestão pública;

f) Escola de Ensino à Distância;

g) Criação da Secretaria Nacional de Assuntos Étnicos e Raciais;

h) Política de alianças municipais em que sejam livres as coligações com os partidos de esquerda (PT, PCdoB, PPS, PV, PDT) e dependam de aprovação das direções estaduais as demais coligações;

i) "Pauta Mínima" da tese apresentada pelo companheiro Domingos Leonelli (consta do documento em anexo intitulado "Papel do PSB")

"Pauta Mínima"

Proceder a uma análise crítica e, principalmente, auto-crítica da situação do partido, procurando identificar, compreender e superar as seguintes questões:

a) Distanciamento entre definição histórica e os postulados ideológicos do partido de sua prática política. A evidência mais gritante deste distanciamento pode se constatar pela sucessiva utilização da sigla partidária em projetos eleitorais desligados da história do partido tanto no plano regional como no plano nacional. Este tipo de conduta beneficia e fortalece momentânea e artificialmente a Direção do partido, mas prejudica a sua estrutura como um todo.

b) A absolutização equivocada de se tentar maximizar uma eventual oportunidade política e eleitoral, em linha oposta a um crescimento sustentado do PSB, só é possível de ser praticada graças ao extremado centralismo que caracteriza o sistema decisório de nosso Partido. Esta prática desestimula a participação da militância e das instâncias diretivas intermediárias do PSB.

c) A falta de democracia interna e transparência reduz a possibilidade de um crescimento sustentado e estimula adesões ao Partido que incha e se esvazia ao sabor de fatores externos à sua militância.

Definições Propositivas

1) Transformar o PSB num verdadeiro e importante partido da esquerda democrática no Brasil, em que sua expressão parlamentar e Governamental, seja uma genuína consequência do crescimento do Partido, ampliado permanentemente pela arregimentação de novas lideranças populares.

2) Buscar a unidade política com os partidos de tradição socialista.

3) Recuperar a identidade e a capacidade crítica do Partido de forma a constituir-lo, com independência intelectual, teórica e política frente aos Governos nos seus mais diversos níveis.

4) Definir o desenvolvimento sustentável e a opção pelos valores da vida e do trabalho como elementos centrais da nossa linha política e da nossa prática cotidiana.

5) A defesa da soberania nacional como dimensão da soberania popular, da diversidade étnica e cultural, da sustentabilidade ambiental, da inovação tecnológica e da pluralidade política nacional e regional.

6) Definição da política sindical e da posição do partido frente as questões trabalhistas a começar pela reforma da legislação trabalhista.

Propostas

1) Democratização das instâncias de decisões partidárias:

a) Submeter as iniciativas e propostas políticas dos dirigentes, as quais estes estejam vinculados, às executivas nacional, estaduais e municipais, com prévio conhecimento das mesmas, de forma a possibilitar juízo de valor e consulta a militância concernente ao tema.

b) Estabelecer mecanismos institucionais sobre decisões, atuações e outras definições políticas que interfiram na vida nacional e partidária.

c) Levar à prática o estatuto do partido que dispõe sobre a função da Direção partidária no sentido de orientar a ação das bancadas parlamentares e das representações do partido nos governos.

d) Cumprimento por parte das direções políticas do partido, no parlamento e no Governo das decisões congressuais.

e) Convocação de um congresso nacional extraordinário para elaboração de um novo estatuto e regimento interno do partido, que consagre estatutariamente a democracia interna e disciplina partidária, bem como a reestruturação funcional do partido, em que a profissionalização de dirigentes partidários seja contemplada.

2) Transparência na Administração dos recursos financeiros do partido:

a) Cumprimento do estatuto partidário, bem como da legislação em vigor que determina a prestação de contas da efetiva arrecadação e despesa, mensalmente.

b) Definição de critérios mais justos para partilha dos recursos oriundos do fundo partidário com as representações estaduais do PSB.

c) Disponibilização permanente para todos os membros do diretório nacional e presidentes dos diretórios regionais, do cadastro partidário e da contribuição anual dos filiados.

3) Comunicação Externa

a) Sem prejuízo do bom nível técnico e profissional das peças de publicidade do partido, submeter as linhas gerais dos programas políticos do rádio e televisão aos diretórios respectivos.

b) Reinstaurar a Secretaria de Comunicação do partido, atribuindo-lhe a responsabilidade política pelo uso dos preciosos tempos de rádio e televisão do partido.

c) Profissionalizar e maximizar a eficiência do site partidário com todas as informações da Executiva, do Diretório e das Bancadas.

4) Comunicação Interna

a) Manutenção de fluxo constante de informações, inclusive e especialmente sobre as pautas das reuniões da executiva e suas resoluções, para que todos os dirigentes partidários tomem, antes, conhecimento prévio dos temas discutidos, e, depois, conhecimento das resoluções no prazo máximo de cinco dias.

b) Fornecimento de cópia das atas das reuniões para seus respectivos membros, antes das reuniões.

c) Tornar obrigatório o envio de relatório mensal das executivas estaduais para a Secretaria Nacional de Organização do partido que deverá ser reinstituída, com a finalidade exclusiva de administrar as relações da Executiva Nacional com os Estados.

d) Definição pelo Diretório Nacional da estrutura e da linha editorial dos órgãos de comunicação interna do partido, (jornais, revistas e site).



O desafio de ampliar os objetivos estratégicos dos socialistas

Carlos Siqueira

Advogado e Primeiro Secretário Nacional do PSB

"...Sei cada vez mais que podemos responder às incertezas com a estratégia, e às contradições com a aposta."

Edgar Morin

Se a proposta socialista de emancipar o homem da exploração e da miséria pode recuperar-se hoje como bandeira de luta por uma sociedade mais justa e igualitária, então deve também ser capaz de ampliar seus objetivos estratégicos: A abolição da propriedade privada por si só não pode resolver as modalidades de opressão que surgem de diferentes e diversas relações de dominação e subordinação; tampouco pode constituir um objetivo capaz de mobilizar a todos os setores oprimidos.

Creio que temos de nos esquecer da idéia de socialismo como expressão política de um sujeito coletivo tal como uma classe ou um Partido. O Socialismo deve, a nosso ver, ser considerado como um programa que intenta modificar a ordem existente reivindicando os princípios elementares que têm caracterizado a esquerda.

O que significa isto? A esquerda sempre acreditou que existem problemas de igualdade, justiça, liberdade e participação que não estão resolvidos, e por isso é necessário elaborar novas formas de organização de atores e projetos capazes de instaurar mudanças estruturais na sociedade.

Este impulso motriz da idéia de esquerda continua sendo válido, mas se aplica a um território mais amplo de preocupações. Porque já não basta estabelecer as oposições proletariado-burguesia ou socialismo-capitalismo; hoje para vastos setores sociais os contrastes entre democracia e ditadura entre direitos humanos e terror, entre unilateralismo e multilateralismo, entre liberdade e totalitarismo constituem eixos igualmente importantes que definem grandes orientações de uma forma de vida pela qual vale a pena lutar.

A visão acima mencionada não significa que se esteja pregando um abandono às teses iniciais que impulsionaram o socialismo. Significa conceber o Socialismo como um projeto político que se realiza em

um movimento que recorre à diversidade e pluralidade da vida social, com suas múltiplas razões, saberes e práticas.

A emergência de uma nova esquerda, policêntrica, ecologista e libertária é a forma, que a meu ver, deve assumir o Partido Socialista Brasileiro, para se constituir em Partido com características marcadamente diferentes de outros partidos. Porém, dito pensamento libertário, para desenvolver-se face à complexidade contemporânea, exige pelo menos seis coisas: **Primeiro**, que o discurso socialista seja capaz de pensar essa diversidade e dar-lhe um sentido de conjunto; **Segundo**, que o projeto socialista seja capaz de articular ou formular de maneira inteligente os elos existentes entre um sem fim de vozes cuja falta de oportunidades sociais e políticas relega seus problemas ao invisível (a Deus) e não os tematiza como uma possibilidade de luta política; **Terceiro**, que a prática política socialista seja capaz de impulsionar as lutas políticas com uma diversidade de subjetividades particulares-políticas e sociais, baseada no seu direito a falar, na sua dignidade e identidade sem dissolver as especificidades; **Quarto**, que o programa socialista seja capaz de formular proposta que também contemple as necessidades do "aqui e agora"; dos que não estão dispostos a esperar o milênio da revolução para que seus problemas sejam resolvidos, de igual modo, para dar respostas as demandas e às necessidades dessa diversidade de subjetividades sociais e políticas; **Quinto**, que o projeto socialista assuma um compromisso ético-político com o futuro dos sistemas vivos que estão em nosso planeta, propondo revolucionar os estilos, objetivos, instrumentos e formas de organização social para alcançar o desenvolvimento sem deteriorar a natureza; **Sexto**, que o projeto socialista assuma como seus valores fundamentais o igualitário e popular, o democrático, o ecológico e o autônomo-libertário:

Igualitário e Popular: A identidade do projeto socialista deve retomar as aspirações dos despossuídos ou excluídos, discriminados e oprimidos, para lutar por uma sociedade cuja riqueza seja compartilhada de forma mais justa e igualitária. Não só entre os trabalhadores urbanos e os do campo, mas também os aposentados, os jovens, cujo ingresso no mercado de trabalho é cada vez mais difícil e menos promissor, as mulheres que

encontram obstáculo a sua promoção no trabalho, os trabalhadores temporários que não são cobertos pela seguridade social, e todos aqueles que hoje sobrevivem marginalizados ou socialmente excluídos.

Democrático: Um projeto socialista aspira a radicalizar a socialização dos processos de decisão na sociedade: deve, de um lado, defender e ampliar a vigência dos direitos democráticos dos cidadãos e, por outra parte, buscar conquistar a participação e a decisão democrática em espaços locais onde impera o exercício autocrático do poder. Porque uma coisa é a democratização da ação política e outra coisa é a democratização da sociedade. Pode existir um Estado democrático em uma sociedade na qual a maior parte de suas instituições - seja na família, na escola, na empresa, na igreja, nos serviços públicos não seja governada democraticamente, como hoje ocorre em nosso País.

Libertário: Um projeto socialista deve defender e estimular as demandas de autonomia proposta pela diversidade de subjetividades que proliferam em um arquipélago de espaços sociais no seio da sociedade e que são, atualmente, complementárias às demandas da cidadania social e política (democracia e participação). Hoje a liberdade pessoal deve ser reivindicada além de suas origens liberais e anarquistas. Como alternativa de esquerda, um projeto socialista deve ser capaz de impulsionar e defender espaços onde a pluralidade e a liberdade pessoal seja legitimada e não clausurada, e onde a diferença possa ter mecanismos de defesa frente a um sentido comum conservador.

Poder-se-ia objetar que estes elementos podem estar presentes em projetos que não são propriamente socialistas. E, de fato, frequentemente aparecem nas plataformas políticas e programas de um certo número de partidos políticos. Neste caso, a especificidade do socialismo a respeito deles é a radicalidade transformadora de sua proposta democrática e

libertária. Concebendo aqueles elementos como articulações políticas, a tensão modificadora dependerá da capacidade demonstrada pelos socialistas para elaborar propostas que permitam aprofundar as liberdades, o exercício da democracia e a distribuição mais igualitária da riqueza social, assim como a sua habilidade para pensar linhas de ação política capazes de implementá-las.

Também se poderia argüir que a reivindicação da diferença em função da liberdade tem limites, o que consideramos perfeitamente válido. Isto porque, o projeto socialista exclui toda possibilidade de aceitar as liberdades de torturar, explorar, oprimir, discriminar, como opção legítima de cidadãos ou grupos.

Assim, as reformas programadas pelos socialistas buscam uma ampliação de espaços de liberdade individual e coletiva para eliminar os espaços autocráticos da sociedade. A liberdade deve ser pensada em termos de que liberdades e para que - e especialmente para que. Por isso, se propõe o princípio de liberdade igualitária, isto é, uma noção capaz de articular a expansão das liberdades juntamente com a idéia de liberdade defendida pelos socialistas.

Logo, será o princípio da igualdade aquele que sirva para distinguir a liberdade liberal da liberdade socialista. E considerar-se liberdade socialista aquela que, liberando iguais, e iguais enquanto elimina uma discriminação ou um privilégio; ou seja, uma liberdade que não só é compatível com a igualdade, senão que é condição de sua própria existência.

Naturalmente este ideário não pode prescindir de uma clara noção da realidade econômica e política do mundo de hoje. A luta que neste cenário cabe ao Brasil conduzir para re-equacionar suas relações com o capital financeiro e firmar-se como nação soberana, é absolutamente fundamental para que o novo socialismo tenha condições de encontrar expressão concreta em nosso País.



Núcleo de Base: A Tarefa

Marlos Duarte
PSB/PE

É indiscutível a importância do Núcleo de Base na estrutura, organização e crescimento consistente de qualquer Partido, com proposta clara de defesa dos princípios socialistas e de massa. Mesmo tendo nossos dirigentes a consciência dessa importância, os Núcleos de Base são geralmente tratados como objetivo impossível de ser alcançado no momento. Quando muito, parecem ser apenas sonhos e desejos de militantes vindos de outros partidos de esquerda, que também enxergam nesse tipo de organização a melhor forma de trazer o Partido para junto das lutas populares, transformadoras e revolucionárias.

A formação de Núcleos de Base não é uma tarefa fácil, não depende apenas da boa vontade dos nossos dirigentes, nem de meia dúzia de militantes. É necessária uma consciência, uma cultura, um profundo conhecimento sobre a formação de um Partido comprometido com as transformações da sociedade, de um Partido que deseja substituir a sociedade capitalista pela justa sociedade socialista. Evidente que as dificuldades refletem o momento político em que vivemos. Essa questão é tão importante que a chilena Marta Harnecker (*Tornar Possível o Impossível – A esquerda no limiar do século XXI*) trata a questão como prioridade. “Como é bem sabido de todos, durante estes últimos anos produziu-se uma crise de militância generalizada, não só nos partidos de esquerda mas também nos movimentos sociais e nas comunidades cristãs de base, que não é alheia às transformações que sofreu o mundo”, salienta Marta Harnecker.

Compreendemos o momento complexo que estamos vivendo, entretanto, não podemos perder de vista a necessidade de avançarmos na construção de alternativas transformadoras com o vigor revolucionário. A construção de Núcleos Comunitários comprometidos com a formação política dos militantes, trabalhar a grande maioria dos não-militantes, participar de organizações não-partidárias objetivando o crescimento da consciência crítica da população, são questões que desafiam a formação de uma nova estrutura partidária surgida das bases. Sobre esse tema, assim trata a escritora chilena acima referida. “A organização política, além de trabalhar com a militância que adquire um compromisso partidário, tem também de conseguir incluir em muitas tarefas os não-militantes. Uma forma de fazê-lo é propiciar a criação ou a utilização de entidades fora das estruturas internas do partido que sejam úteis a organizações políticas e que

lhes permitam aproveitar as potencialidades teóricas ou técnicas existentes: centro de pesquisa, difusão e propagandas”.

A formação de Núcleos de Base capazes de transformar o Partido Socialista Brasileiro em um partido popular pressupõe um amplo debate de questões imprescindíveis para a construção de núcleos com vida orgânica e não apenas estatística, com existência de fato, real, estruturadora. Militância por grupos de interesses; militância estável; militância conjuntural, militância na vida cotidiana. Dimensões básicas para estruturar um projeto de mobilização. Orientar e apoiar um processo de mobilização. Planejar uma mobilização. Questões que devem servir de base para uma discussão dentro do partido e em especial no grupo responsável pela formação dos núcleos, sem esquecer, logicamente, de assuntos como, centralismo democrático, organização política dos excluídos e dos explorados pelo capitalismo e minorias, construindo, assim, uma base sólida, orgânica e politicamente.

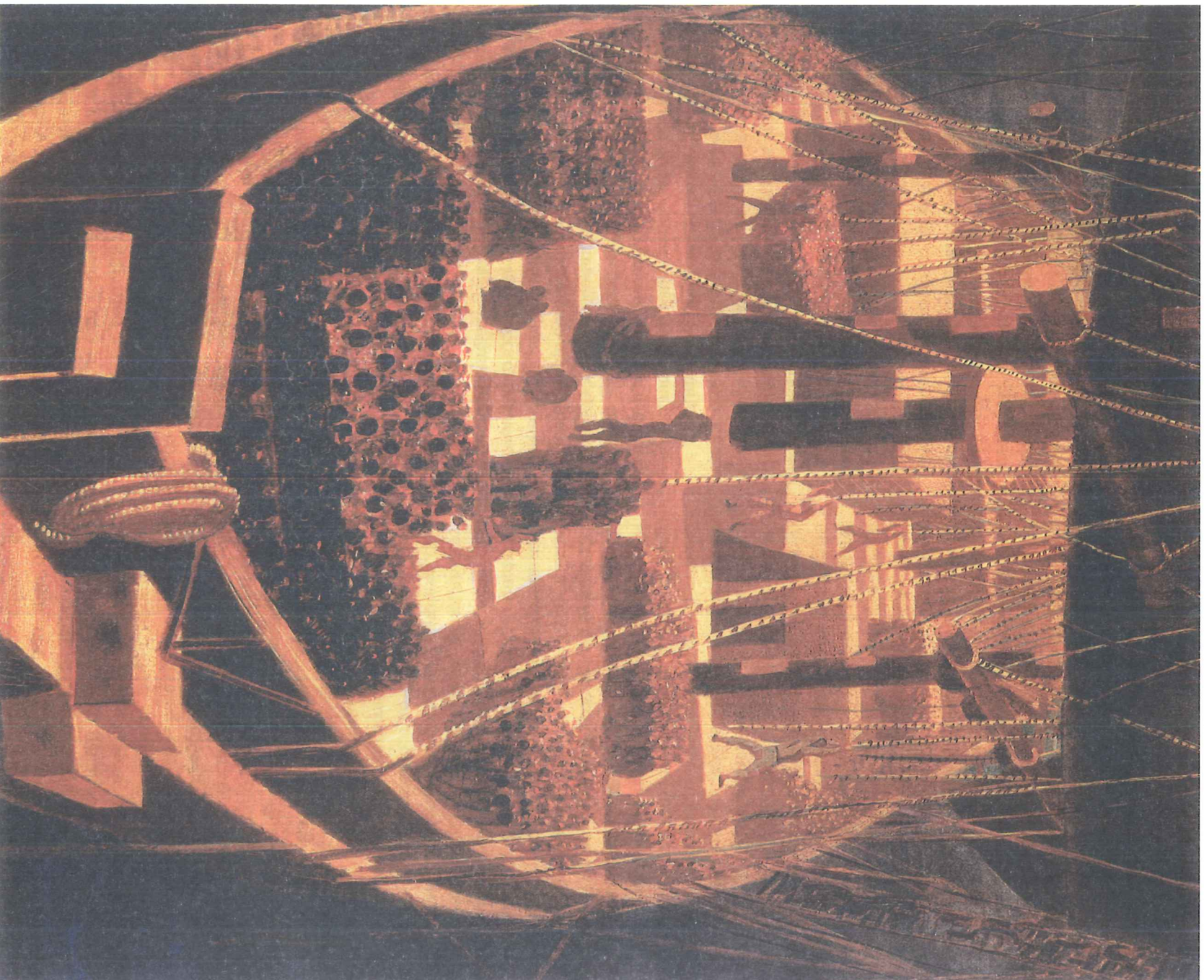
Um tema polêmico e extremamente atual, o centralismo democrático, pode servir como ponto de partida para uma discussão fértil para o crescimento político da militância, ainda tomando emprestado o ponto de vista de Marta Harnecker. “Os partidos de esquerda foram durante longo tempo muito autoritários. O que praticavam habitualmente era o centralismo democrático, mas antes o centralismo burocrático, muito influenciado pelas experiências do socialismo soviético; não a aplicação de uma linha geral de ação discutida previamente por todos os membros e acordada pela maioria, mas uma linha de ação discutida pela cúpula partidária, sem conhecimento nem debate dos militantes, limitando-se estes a acatar ordens que nunca discutiram e muitas vezes não compreendiam. Porém, ao se lutar contra este desvio centralista burocrático, há que se evitar cair em desvios de ultrademocratismo, que levam a que se passe mais tempo discutindo do que atuando, porque tudo, até mesmo o desnecessário, é submetido a discussões que muitas vezes esterilizam toda ação concreta”.

Portanto, a construção de um partido estruturado na participação popular, no processo democrático, não é fácil, requer muita discussão, decisão política, articulação e compreensão objetiva do momento vivido pela humanidade. A transformação do PSB em um partido de base popular é difícil, sabemos, mas não é impossível. Cabe ao nosso Congresso

tomar uma posição concreta que vise colocar a questão dos Núcleos de Base como prioritária na estruturação partidária, dando o mesmo tratamento dispensado as mesmas energias, ou uma atenção ainda maior, às que são atribuídas aos movimentos dentro do Partido.

É um imperativo a organização de uma Secretaria

dos Núcleos de Base, para em conjunto com a Secretaria de Educação Política levar aos Estados e Municípios estruturas correlatas para a implantação de mecanismos capazes de, objetivamente, construir o Partido Socialista Brasileiro que desejamos: Socialista – Democrático – Revolucionário.



Navio Negroiro - Reprodução Obra de Cândido Portinari - Homenagem do PSB ao seu centenário



Pelas Bases o Partido Cresce

Pelas Bases o PSB se Fortalece

Ademir Mota e Pedro Marcelo
JSB/SP

*"O que é a história de um partido?
Será a mera narração da vida interna
de uma organização política?"*

*Como nasce, os primeiros grupos que a constituem,
as polémicas ideológicas através das quais*

se elabora o seu programa e a sua concepção do mundo e da vida..."

Antonio Gramsci

Esta reflexão começa sobre qual tem sido a contribuição da massa de filiados, para com o Partido Socialista Brasileiro. O Partido poderá contar com estremos participantes de uma agremiação política ou com pessoas comprometidas com a estruturação de uma força popular socialmente transformadora. Pois ter claro o "Papel do PSB" é importante, mas hoje não parece ser o eixo político principal que a militância ter esclarecido. Parece também oportuno discutir o papel de cada militante na estruturação de uma força política, de alicerces populares, capaz de produzir crescente elevação do nível de consciência da sociedade e estimular a determinação de atuar na luta política cotidiana. A convocação histórica está posta. Estamos dispostos a aceitá-la.

A militância partidária exerceu, na última eleição presidencial, o inédito direito de votar num candidato a Presidente da República. Esta constatação é esplêndida, do ponto de vista partidário. Um Partido popular e de massa não se prenderá à vontade de seus dirigentes. Interpreta o anseio da militância, analisando o contexto histórico e preservando seus princípios e compromissos historicamente construídos.

É importante entender que a candidatura do PSB a Presidente foi um projeto de todos nós, construído e aprovado democraticamente pelos delegados do último Congresso Nacional do Partido. A quem interessa hoje distorcer este fato? Evocando o nosso Manifesto, lembramos "que o Partido Socialista é um Partido aberto, sua vontade será à vontade de seus militantes". E essa vontade é expressa, única e tão somente, pelas Resoluções de nossos fóruns e direções.

Portanto crendo que o momento partidário exige, das lideranças socialistas de todo o País, comprometimento claro com a reestruturação partidária e com a reafirmação do PSB no campo das esquerdas do Brasil é que está manifesta nossa defesa

da estabilidade política interna do Partido. Seguir preservando o acúmulo histórico dos socialistas, com um Partido forte e de cunho popular, firmado na militância comprometida e preparada. Por fim conclamamos para a convergência das idéias e para a unidade da ação partidária.

O procedimento de constituição de comissões provisórias zonais, municipais e estaduais em vigor atualmente já não atente ao interesse partidário, no campo da construção política. Em muitos momentos há a evidência da possibilidade de brechas onde a indicação substitui a condição. Onde o fato de deter um mandato se sobre põe ao comprometimento com o projeto partidário, estabelecidos em nossos fóruns e documentos internos.

O documento do companheiro Arraes, intitulado "A Reestruturação do PSB", propõe, entre outras estratégias de divulgação dos objetivos do Partido, a consolidação da revista ARGUMENTO, como instrumento prático na formação da militância. Quantos de nós delegados a este Congresso, dirigentes municipais e estaduais somos assinantes e promotores desta publicação? Aos que incitam discursos críticos sobre condução partidária ou vida militante, caberá a missão de ser parte neste processo.

Ao nosso ver, os pedidos de constituição de comissões provisórias onde o PSB não estiver organizado, deverão ser precedidos de formação de Núcleo de Base Inicial. Após acúmulo mínimo da história e da convicção ideológica do Partido, sugerindo o estudo do conteúdo da Revista ARGUMENTO, poderão as Comissões Executivas ter subsídios para análise do pedido de constituição. Esta opção, a longo prazo, certamente dará a militância a segurança de que o trabalho de construção que tocamos na base não será esmagado por interesses diferentes dos do coletivo partidário.

Assumindo a Responsabilidade Social

Reinor Sannes de Ávila

PSB/RS

Licenciada em Geografia, Pós-graduada em Metodologia do Ensino de Geografia pela UF Pelotas

Desde a sua invasão, acobertado por uma suposta descoberta, o território Nacional tem passado por um processo de espoliação vertiginoso, podemos observar através da história que o proletariado é sempre expropriado e manipulado.

Atualmente, após a condução de um representante do proletariado à presidência, vislumbramos a possibilidade de uma reordenação social em que a infusiva participação do PSB se faz necessária, através de debates, construção de propostas e o comprometimento de cada membro da sociedade, a começar pelos companheiros de ideologia do Partido Socialista Brasileiro.

A partir de meados da década de 50 até a década de 90, houve no Brasil um grande processo de industrialização, em contra partida sofreu uma transformação em sua estrutura social através de uma grande urbanização de dois quintos da população que vivia na zona rural na década de 30, passou para apenas um quarto na década de 80. Fazendo a união entre os relacionamentos de mercado e de transportes, descentralizando a ação das elites, possibilitando também a melhoria das condições de vida para uma certa camada da classe operária, provenientes do campo.¹

No entanto, esse modelo trouxe uma série de desigualdades ao aumentar a concentração de renda dos meios de produção da indústria e das propriedades. Percebe-se esse fato quando vemos que o Brasil é um país de enorme disparidade social, sendo líder de desigualdade social no mundo, com uma grande concentração de renda nas mãos de poucos enquanto a grande massa populacional permanece na miséria, (Diário Popular, 2001).

O Brasil industrial, a partir da década de 90, começa a apresentar uma série de reflexos trazidos por esse sistema, como o aumento do desemprego no setor industrial e a redução da qualidade de trabalho, devido à utilização de novas técnicas de trabalho que possibilitam a redução de mão-de-obra, como também a contratação de firmas “prestadoras de serviços” para realizar determinadas tarefas da indústria, sendo que esses funcionários não têm vínculo nenhum com a

indústria, em consequência perdem seus direitos trabalhistas.²

Devido a tantos problemas de ordem social, o afastamento do Estado de suas obrigações para com a grande massa populacional, os levantes sociais tornaram-se mais intensos e necessários, os conhecidos “movimentos urbanos”.

É nesse contexto político sócio-econômico que se faz necessária a intensificação da atuação do PSB junto à comunidade, auxiliando o desenvolvimento e organização desses movimentos sociais. Pois somente com a sociedade organizada teremos a força para pressionar e encaminhar as medidas transformadoras desse sistema.

Pensando em ampliar a participação do PSB nessa transformação social colocamos em debate a seguinte proposta:

A união dos movimentos internos do Partido, (juventude, mulheres, negro, sindicalistas...) sendo costurada pela Fundação João Mangabeira (FJM), pois somente através da atuação conjunta poderemos construir uma análise mais apurada dos fenômenos sociais.

Esse processo se daria em âmbito:

Estadual: funcionando como central de apoio, tendo para tal uma coordenação permanente (FJM), uma ou mais equipes itinerantes, as quais dariam o apoio logístico e organizacional no sentido de montar seminários, palestras, encontros em geral, atuando diretamente nos municípios auxiliando na integração regional.

Regional: trabalhando com plenárias trimestrais, pautando temas em comum entre os municípios e compartilhando leis e projetos já desenvolvidos em cada um, desta forma, elaborando teses e/ou políticas públicas a serem encaminhadas a nossos representantes no Legislativo, Executivo e Judiciário. E aproveitar propostas já desenvolvidas em um determinado município.

Municipal: por intermédio da interação entre os movimentos internos do Partido e as experiências desenvolvidas em sindicatos, organizações governamentais e não governamentais, promover o

¹ STÉDILE, João Pedro. *O modelo de desenvolvimento das elites, as consequências para a agricultura e os desafios para as forças populares*. IN: CARRIN, R.K.M. e VIZENTINI, P.G.F. org. Globalização, neoliberalismo, privatizações: Quem decide este jogo? 2 ed. Porto Alegre: Universidade / UFRGS, 1998. p. 265.

² MAA, Rosane. *Precarização e desemprego: as mudanças no mercado de trabalho brasileiro*. In: UNIVERSIDADE E SOCIEDADE, 13 ANDES-SN: SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, p.6.



desenvolvimento de debates/plenárias quinzenais ou mensais. Nas cidades se dará a aproximação direta nas comunidades, no trabalho conjunto com as associações de bairro.

Essa atuação é fundamental, para que através do debate direto com o povo possamos confeccionar modelos de atividades, políticas públicas que visem ao Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental respeitando as particularidades de cada local, e neste prisma contribuindo com a Formação nos aspectos

relativos à Gestão Pública (aspecto pragmático do problema).

A mobilização sugerida urge em ser posta em prática, um trabalho que será desenvolvido não só em ano eleitoral, mas cotidianamente, em um processo que cada Socialista passe a assumir sua Responsabilidade Social, para tal, somos convocados a assumir nosso papel de membros atuantes do PSB e não meros espectadores.



Descoberta do Ouro - Reprodução Obra de Cândido Portinari - Homenagem do PSB ao seu centenário

Transformando o PSB em um Partido de Base Popular - O Papel do PSB

Aprovada pelos Congressos Estadual da Bahia e de São Paulo

A conquista da Presidência da República pelo maior partido da esquerda brasileira, coloca para o conjunto dessa mesma esquerda algumas questões decisivas para o País e para os partidos que apoiam o Governo Lula.

A primeira delas é o atendimento pelo novo governo da República, da grande expectativa do povo brasileiro e das lideranças políticas comprometidas com a luta contra a desigualdade social, a dependência externa, a força dos monopólios privados, a corrupção que tem caracterizado o comportamento de grande parte da elite brasileira e os “xogunatos” regionais onde se exerce um autoritarismo de novo tipo baseado nos controles dos meios de comunicação.

Providências preliminares de combate e controle da inflação visando assegurar a governabilidade, não podem substituir um projeto nacional que responda minimamente às preocupações acima referidas.

Controle da inflação é pré-condição para a política econômica, mas não é a própria política econômica. A estabilidade da moeda não pode se constituir num objetivo em si, substituindo a construção e implementação de um projeto nacional de desenvolvimento sustentável fruto do pleno exercício da soberania nacional e da libertação do País do jugo do capital financeiro, nacional e internacional.

Em pouquíssimas palavras esta deveria ser a forma pela qual o PSB participaria e apoiaria o governo do Presidente Lula. E a aliança histórica do PSB com o PT, enquanto partido hegemônico no atual governo, baseia-se na identidade comum com tais pressupostos.

A defesa desses princípios que se referem à soberania nacional, à luta contra a desigualdade, a defesa da vida e do meio ambiente enquanto patrimônio da humanidade e do Brasil, a defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores, devem se dar dentro do governo – que precisa ser eficiente para transformar tais princípios em prática – e fora do governo junto à sociedade.

O PSB para estar a altura de seu papel na história política brasileira precisa fortalecer-se ainda mais. E esta é a razão da apresentação que aqui se denomina de Pauta Mínima, como roteiro preliminar dos passos que venham a viabilizar tal fortalecimento.

Pauta Mínima

Proceder a uma análise crítica e, principalmente, auto-crítica da situação do partido, procurando identificar, compreender e superar as seguintes questões:

a) Distanciamento entre definição histórica e os postulados ideológicos do partido de sua prática política. A evidência mais gritante deste distanciamento pode se constatar pela sucessiva utilização da sigla partidária em projetos eleitorais desligados da história do partido tanto no plano regional como no plano nacional. Este tipo de conduta beneficia e fortalece momentânea e artificialmente a Direção do partido, mas prejudica a sua estrutura como um todo.

b) A absolutização equivocada de se tentar maximizar uma eventual oportunidade política e eleitoral, em linha oposta a um crescimento sustentado do PSB, só é possível de ser praticada graças ao extremado centralismo autoritário que caracteriza o sistema decisório de nosso Partido. Esta prática autoritária desestimula a participação da militância e das instâncias diretivas intermediárias do PSB.

c) A falta de democracia interna e transparência expurga a possibilidade de um crescimento sustentado e estimula adesões oportunistas do Partido que incha e se esvazia ao sabor de fatores externos à sua militância.

Definições Propositivas

1) Transformar o PSB num verdadeiro e importante partido da esquerda democrática no Brasil, em que sua expressão parlamentar e Governamental, seja uma genuína consequência do crescimento do Partido, ampliado permanentemente pela arregimentação de novas lideranças populares.

2) Buscar a unidade política com os partidos de tradição socialista.

3) Recuperar a identidade e a capacidade crítica do Partido de forma a constituir-lo, com independência intelectual, teórica e política frente aos Governos nos seus mais diversos níveis.

4) Definir o desenvolvimento sustentável e a opção pelos valores da vida e do trabalho como elementos centrais da nossa linha política e da nossa prática cotidiana.



5) A defesa da soberania nacional como dimensão da soberania popular, da diversidade étnica e cultural, da sustentabilidade ambiental, da inovação tecnológica e da pluralidade política nacional e regional.

6) Definição da política sindical e da posição do partido frente as questões trabalhista a começar pela reforma.

Propostas

1) Democratização das instâncias de decisões partidárias:

a) Submeter as iniciativas e propostas políticas dos dirigentes, as quais estes estejam vinculados, às executivas nacional, estaduais e municipais, com prévio conhecimento das mesmas, de forma a possibilitar juízo de valor e consulta a militância concenente ao tema.

b) Estabelecer mecanismos institucionais sobre decisões, atuações e outras definições políticas que interfiram na vida nacional e partidária.

c) Levar à prática o estatuto do partido que dispõe sobre a função da Direção partidária no sentido de orientar a ação das bancadas parlamentares e das representações do partido nos governos.

d) Cumprimento por parte das direções políticas do partido, no parlamento e no Governo das decisões congressuais.

e) Convocação de um congresso nacional extraordinário para elaboração de um novo estatuto e regimento interno do partido, que consagre estatutariamente a democracia interna e disciplina partidária, bem como a reestruturação funcional do partido, em que a profissionalização de dirigentes partidários seja contemplada.

2) Transparência na Administração dos recursos financeiros do partido:

a) Cumprimento do estatuto partidário, bem como da legislação em vigor que determina a prestação de contas da efetiva arrecadação e despesa, mensalmente.

b) Definição de critérios mais justos para partilha dos recursos oriundos do fundo partidário com as representações estaduais do PSB.

c) Disponibilização permanente para todos os membros do diretório nacional e presidentes dos diretórios regionais, do cadastro partidário e da contribuição anual dos filiados.

3) Comunicação Externa

a) Sem prejuízo do bom nível técnico e profissional das peças de publicidade do partido, submeter as linhas gerais dos programas políticos do rádio e televisão aos diretórios respectivos.

b) Reinstaurar a Secretaria de Comunicação do partido, atribuindo-lhe as responsabilidade política pelo uso dos preciosos tempos de rádio e televisão do partido.

c) Profissionalizar a maximizar a eficiência do site partidário com todas as informações da Executiva, do Diretório e das Bancadas.

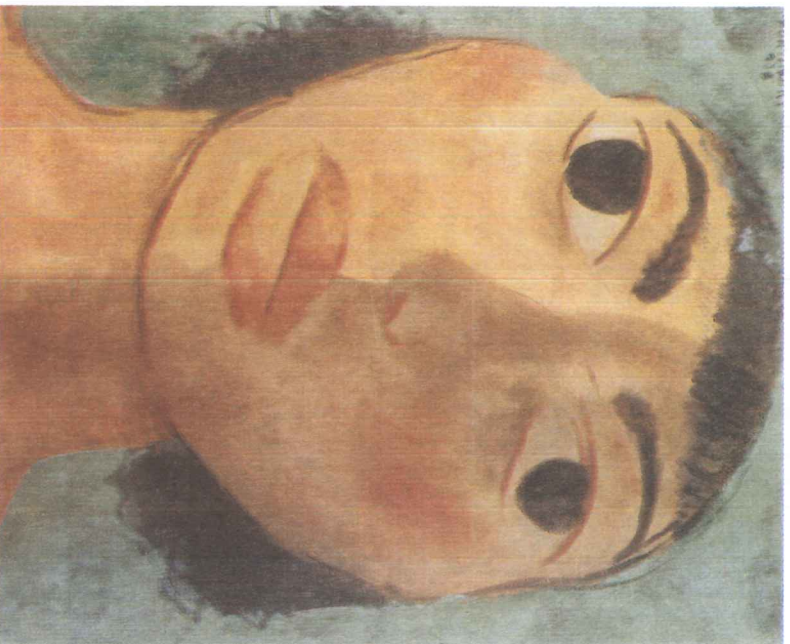
4) Comunicação Interna

a) Manutenção de fluxo constante de informações, inclusive e especialmente sobre as pautas das reuniões da executiva e suas resoluções, para que todos os dirigentes partidários tomem, antes, conhecimento prévio dos temas discutidos, e, depois, conhecimento das resoluções no prazo máximo de cinco dias.

b) Fornecimento de cópia das atas das reuniões para seus respectivos membros, antes das reuniões.

c) Tornar obrigatório e envio de relatório mensal das executivas estaduais para a Secretaria Nacional de Organização do partido que deverá ser reinstituída, com a finalidade exclusiva de administrar as relações da executiva nacional com os estados.

d) Definição pelo Diretório Nacional da estrutura e da linha editorial dos órgãos de comunicação interna do partido, (jornais, revistas e site).



Cabeça - Reprodução Obra de Cândido Portinari - Homenagem do PSB ao seu centenário

O Domínio do Poder Econômico sobre os Espaços - As Cidades têm dono

Tese aprovada no VI Congresso do PSB/SP

Tese base: a proposta apresentada pela Executiva Estadual foi um conjunto de idéias consubstanciadas a partir da unificação de temas apresentados e debatidos no Encontro Estadual de Itapacerica da Serra - SP em 18/10.

Resumo do texto base:

Foi destacado inicialmente, o papel do PSB junto à sociedade. Que a nossa tarefa é sermos, enquanto partido político, intermediários entre o poder e o povo e é no seio da sociedade que devemos buscar o combustível para as nossas ações. Para tanto o PSB deve se fortalecer em duas vias, estruturando-se como partido junto à sociedade e fortalecendo suas convicções ideológicas.

Destacamos em nosso título a questão municipal em virtude do enfrentamento das eleições municipais de 2004. Que a partir de vitórias eleitorais no ano que vem, devemos estar preparados para administrar e termos em mente que **as cidades não podem ser espaço de barganha do capital**. Para tanto devemos, ao galgarmos o poder municipal, fazer reverter os processos de investimentos orçamentários em benefício da maioria, principalmente os mais carentes; agir politicamente para ampliar a consciência da sociedade na conquista dos valores da cidadania e do bem estar social ao benefício da pluralidade; e complementarmente conquistar o conjunto da sociedade para a construção e reconstrução da auto-estima através dos nossos, maiores valores culturais, pilares da consolidação da nacionalidade.

Destacamos o valor fundamental do processo educacional como ação revolucionária a garantir o despertar de nossa autonomia econômica, política e ideológica, que se insere nesse capítulo a luta pela ampliação de nossas fronteiras tecnológicas e que todos os outros aspectos da vida nacional (saúde, segurança, qualidade de vida, só para citar alguns) estão subordinados à qualidade do que se faz nos campos educacional e cultural.

Alertou-se sobre a importância, nesse momento histórico em que se as forças de esquerda estão no poder, de se posicionar a Nação (Estado e seu povo) em defesa de valores historicamente causas de nossas bandeiras: independência política, econômica e ideológica frente aos países hegemônicos; união dos povos latino-americanos por uma civilização justa e solidária.

Que a soberania nacional está vinculada do ponto de vista estrutural, a três aspectos básicos: à educação e ao desenvolvimento cinetífico e tecnológico; ao controle do Estado sobre os meios de comunicação e à difusão livre de idéias e debates sobre as questões nacionais e suas relações com o mundo; e à gerência da Matriz Energética Nacional, entendida como base motriz do desenvolvimento autônomo.

Sobre a participação do PSB nas eleições de 2004, destacou-se a importância de se lançar candidato a prefeito e chapa própria para vereadores em todos os municípios e que o nosso arco de alianças seja voltado aos partidos progressistas.

Que é momento igualmente histórico de realizar as reformas necessárias à garantia da libertação do povo brasileiro das amarras do Modelo Econômico que nos oprime há séculos; eliminar definitivamente o estigma da intolerância em todos os níveis; e realizar as Reformas Sociais que sempre alardeamos, as reformas educacional, agrária, judicial, política, urbana, dentre outras.

Propostas incluídas no IV Congresso:

Formação dos Núcleos de Base, dos Comitês de Defesa da Cidadania, e pela associação do PSB à Internacional Socialista.

A filiação partidária de pessoas sem visibilidade político-eleitoral ou qualquer notoriedade, deverá passar primordialmente pelo presidente dos Diretórios Municipais. Somente em casos extraordinários deverão recorrer às instâncias superiores do partido.

Assumir posição pública antecipada do PSB diante da reforma trabalhista. Não podemos nos posicionar a favor de propostas que venham a reduzir ou subtrair conquistas conquistadas por duras e sangrentas lutas da classe trabalhadora. Não podemos ser o governo a realizar a tarefa da direita e levarmos o ônus de fazer pela direita.

Convocação de um Congresso Nacional Extraordinário para revisão dos Estatutos e do Regimento Interno do partido, debatido a partir das bases municipais, passando pela Estadual até consagrar na Nacional.



Propor um fator de 4% na Peca Orçamentária para a Ciência e Tecnologia.

O PSB deve elaborar projetos e programas próprios e especiais para criança, idosos e portadores de necessidades especiais.

Nos nossos textos, substituir "Minorias" por Maiores Minorizadas.

Obrigatoriedade de presença mínima de 30% para ambos os sexos nos Diretórios, em todas as instâncias.

Moção de apoio ao Sr. Luiz Inácio Lula da Silva pela iniciativa de criar a Política Nacional de Habitação e lutar pela aprovação, no Congresso Nacional, do Fundo Nacional de Habitação.



Calequese - Reprodução Obra de Cândido Portinari - Homenagem do PSB ao seu centenario

O Pensamento Coletivo

Edson Luiz Godinho
PSB/RS

O mecanismo que altera e transforma o pensamento coletivo de uma sociedade é algo complexo e ao mesmo tempo intrigante, dado as diversas formas pelas quais o mesmo se apresenta na construção da sua linha evolutiva.

Para entendermos a forma como se dá a construção do pensamento político coletivo, vamos dividir em duas aquela que na sua essência é indivisível: **a sociedade**. Chamaremos então, de **sociedade comum** aquela composta pelos cidadãos comuns e, convencionaremos chamar de **sociedade política** aquela formada pelos políticos, líderes comunitários, líderes trabalhadores, líderes estudantes, etc...

O pensamento político do coletivo como um todo, é resultado de sucessivas alternâncias de influência, ora do pensamento produzido pela sociedade comum, ora pelo pensamento produzido pela sociedade política. É indubitável que o pensamento político gerado por ambas as partes vai se somando, se mesclando e termina por gerar um terceiro elemento que aqui convencionamos chamar de “**pensamento político coletivo**”.

Mas o que é exatamente este “pensamento político coletivo”?

Para que possamos captar exatamente a essência da proposição, imaginemos então o pensamento de um único indivíduo, quando usamos a palavra pensamento queremos nos referir aos conceitos políticos que este indivíduo tem em um determinado momento. Agora imaginemos a soma dos pensamentos políticos de todos os indivíduos de uma sociedade ou grupo de indivíduos. É irrefutável que o elemento resultante da soma de todos estes pensamentos existe, verdadeiramente. É um corpo imaterial, mas que realmente existe e, ao mesmo tempo que nos influencia a cada instante, também é influenciado pelo nosso pensar. Contudo, sendo este um corpo energético de proporções gigantesca é fácil compreendermos que este nos influencia de uma forma infinitamente maior do que cada um de nós pode influenciá-lo.

De uma forma mais simplificada, podemos dizer que o pensamento político coletivo é uma foto do conceito político que domina uma sociedade em um determinado momento.

O pensamento político coletivo de um grupo de indivíduos mostra o grau de amadurecimento em que este grupo se encontra. É necessário que entendamos que este pensamento global é dinâmico,

ou seja, está em permanente construção, transforma-se a cada momento. Contudo, a velocidade do movimento com que este pensamento político se transforma é demasiado lento pois, sendo coletivo é formado por milhões de variáveis. Logo, é complexo e torna-se impossível acelerá-lo, visto que está fora das leis da física. Partindo desta premissa, fica fácil entendermos porque não são aceitáveis e causam revoltas os golpes de estado gerados na calada da noite. Estes, agredem e ferem o mecanismo de transformação social. É visível que a velocidade de um golpe destes não pode ser absorvida de um momento para outro, pois este é como um corpo estranho no seio da sociedade. É quase impossível modificar o pensamento de uma sociedade inteira de uma forma abrupta, principalmente quando a forma utilizada fere os conceitos de liberdade e democracia.

Baseado nas premissas até aqui propostas, a fundamentação de qualquer organismo de atuação social deve estar alicerçada na análise do pensamento e no estudo de como se transformam os conceitos do coletivo em questão, pois qualquer projeto que não seja deta forma conduzido, não pode apresentar a eficiência desejada. É preciso que saibamos interpretar com muito mais precisão o momento em que vivemos e, para isto, faz-se necessário o uso da pesquisa e o desenvolvimento do pensamento científico.

Da Organização Partidária

Para o tema que passamos a discorrer a partir de agora é de extrema importância que consideremos o “Pensamento Político Coletivo” como fundamento para levarmos à prática as proposições a seguir apresentadas.

– **O Partido Socialista Brasileiro precisa inserir-se de uma forma muito mais abrangente e envolvente no seio da sociedade**. Para isto o partido conta com uma ferramenta fundamental e imprescindível neste processo, são as **secretarias dos movimentos sociais**. Aqui cabe especial atenção das direções municipais, para que estas realmente funcionem e sejam representativas em suas bases.

– **A política de filiação deve ser uma constante**. No entanto, deve-se ter o cuidado de não filiar-mos simplesmente para ter quantidade de fichas. Filie-se pela qualidade, pelo entusiasmo, pelo convencimento, filie-se pela insatisfação de não concordar com o desgoverno e a violência patrocinada pelos impérios



da ganância e do mal dissimulados. O crescimento qualitativo do partido passa necessariamente pela organização e o **aprimoramento dos movimentos sociais de base**, sem isso torna-se difícil e inoperante qualquer intenção de aproximação deste com o povo.

– **Criação das coordenadorias regionais.** Não há dúvidas que estas coordenadorias vão impulsionar ainda mais o crescimento, pois através destas diminuir-se a distância das direções estaduais com as municipais. As direções regionais terão facilidade em organizar o partido onde este não existe ou está enfraquecido.

A luta e as dificuldades de crescimento sempre serão maiores em um partido de esquerda. Isto porque defendemos ideais de liberdade, de justiça e de amor. Defendemos uma sociedade justa e igualitária, defendemos a eliminação dos privilégios e da exclusão social. **Avante companheiros, precisamos ser perseverantes na busca pela construção de uma sociedade socialista.**



Paz (Idelhe) - Reprodução Obra de Cândido Portinari - Homenagem do PSB ao seu centenário

Tese ao IX Congresso Nacional do PSB

André Alves - Secretário Estadual de Juventude

Edson Guimarães - Presidente Estadual da JSB

Adnailton Lima do Amaral - Vice-Presidente da JSB

Sandoval Dantas - Secretário Geral da JSB

Secretários - Antônio José Oliveira - finanças, Renny Silva -

organização, Luiz Gustavo - comunicação, Antônio Carlos

Ferreira - Josenice Santos, Rosine Santos Silva, Ana Bárbara

Cardoso, Eduardo - sindical e Robson Rodrigues.

JSB/BA

Diante das transformações sociais que o Brasil necessita, é necessário que o PSB torne-se um partido de base e popular. Onde possa reconduzir a militância na estruturação dos núcleos de base. E na movimentação política ativa dos seus filiados. A miséria social imposta em nosso país, precisa ser modificado com ação concreta e com possibilidade real de mudança. O PSB não deve ser no governo Lula apenas aliado, mas um extremo modificador, debatedor da estrutura do Governo Federal. Precisamos ter propostas claras e atitudes para mudar o Brasil. O PSB só se tornará alternativa com propostas claras e diferenciada do Partido dos Trabalhadores. É necessário reorientar o Brasil com o sistema financeiro nacional. O PSB é um partido socialista democrático, longe das tendências radicais, mas ao mesmo tempo está se preparando para a revolução pacífica. Onde sobre o nosso ponto de vista revolucionário é necessário mudar todas as estruturas sociais do Brasil. O PSB é um partido moderno com resoluções e interesses próprios. Sem medo de disputar para valer os caminhos necessários para a mudança na estrutura do país. O PSB está vivo no coração dos seus militantes, que legisla, dirige, dialoga, com a sociedade e com os demais partidos de esquerda.

O Projeto do PSB deve ser compreendido como revolucionário na medida em que seja radicalmente democrático, inclusivo, participativo, e consiga fazer as mudanças culturais, sócio-econômicas, estruturais construindo assim equidades de condições materiais com e para os cidadãos como também a manifestação à expressão das liberdades individuais e dos diversos segmentos étnicos.

Por tanto, se o PSB quer realmente transformar a política, não pode ter medo de rupturas com o atual modelo cultural e construir novos valores e comportamentos. Temos que exercitar a construção de um projeto de governo onde o controle social represente nosso maior patrimônio e diferencial dos demais partidos portanto, precisamos começar pela gestão do diretório partidário. Hoje no Brasil é preciso conduzir o partido pelos seguintes caminhos.

1. **Juventude** – é preciso que a direção nacional proporcione a juventude para a organização e disputa de entidade juvenis.

2. **Movimento popular** – o movimento popular deve ser institucionalizado pelas lideranças partidárias como eixo principal das correntes partidárias. Que assegure a necessidade o PSB nas organizações sociais.

3. **Rádios Comunitárias** – O PSB a nível nacional deve organizar através dos seus parlamentos um coletivo de apoio as rádios pois estas são verdadeiras apoiadoras da cidadania.

4. **Sindicalismo** – o sindicalismo socialista deve ser organizado de forma que possa garantir a todos os quadros do movimento sindical do PSB propostas sérias e revolucionárias se não teremos um sindicato chapa branca.

Propomos para próxima direção partidária:

1. Radicalizar na democracia interna garantindo debate permanente na construção dos núcleos, zonais e diretórios;

2. Incentivar a nível nacional os diversos setores (combate ao racismo, luta pela melhoria da educação, cultura, meio ambiente e esportes);

3. Envio regular de informativo aos diretórios;

4. Incentivar a JSB a lançar semestralmente o Jornal Nacional da Juventude apoiando financeiramente;

5. A reforma política deve ser prioridade assegurando a ética e a fidelidade partidária;

6. PSB deve portar-se contra a ALCA do modo em que está proposta;

7. Pela paz e contra a invasão imperialista dos Estados Unidos.



O PSB e a Participação Popular na Conjuntura Nacional

PSB - Alagoas

Há quase três décadas, o cenário político brasileiro foi ocupado por novos atores políticos envolvidos em movimentos sociais, que transformaram as carências coletivas, as discriminações raciais e sexuais, e as devastações ecológicas em bandeiras de lutas de caráter coletivo. Apesar de ser um fenômeno recente, já se tem uma série de estudos que historicam os vários momentos que marcaram a atuação destes movimentos no Brasil.

Sabe-se, que o contato mais direto dos partidos políticos com os movimentos sociais aconteceu a partir do processo de liberalização do regime autoritário, quando ocorreu a reorganização da sociedade civil com a rearticulação dos partidos e o surgimento dos movimentos sociais.

Toda a discussão acerca da relação entre partidos e movimentos tem como pano de fundo uma questão mais ampla: o caráter de resistência do movimento e a sua institucionalização. Os movimentos vivem uma tensão entre uma sigla partidária; ou seja, vive o dilema entre manter a sua autonomia ou articular a sua participação a um determinado partido.

Os movimentos sociais objetivam, num âmbito mais imediatista e de curto prazo, a satisfação de determinadas necessidades e carências, principalmente no âmbito de bens e equipamentos coletivos, para um determinado grupo. Já os partidos, que também agem no sentido de transformar uma realidade, têm como objetivo primordial a conquista do poder. Desta forma, todas as suas ações e projetos de luta têm como principal alvo, a longo e em curto prazo, a ocupação do poder político.

É importante salientar, no entanto, que é possível os movimentos se organizarem em lutas gerais de transformação da sociedade. É possível a ocorrência de situações em que haja uma coincidência entre as reivindicações dos movimentos e às dos partidos políticos. Mas é preciso não colocar no mesmo plano a dinâmica dos movimentos e a dinâmica partidária. Mas também, não se pode, é verdade, estabelecer campos específicos e exclusivos de atuação para os partidos e os movimentos. Acredita-se que este não constitui um critério viável para delimitar diferenças entre estas duas esferas de organização política. No entanto, acredita-se também ser inviável confundir estas duas esferas ou

mesmo propor um acoplamento dessas duas instâncias a ponto de torná-las uma única instância organizativa.

Ideologia da Participação

É muito pertinente indagar se a sociedade, através dos seus grupos organizados, será capaz de manter vivo os seus espaços de participação e, mais pertinente ainda, o que fará a partir desses espaços.

Creio que nestes termos, o Partido Socialista Brasileiro tem uma significativa responsabilidade, na construção de meios viáveis de não só garantir sua devida ocupação pelos os seus respectivos atores, como reforçar e ampliar esses espaços de participação popular, utilizando para tais, os instrumentos institucionais, ideológicos, éticos e acima de tudo, sensíveis aos sujeitos plurais.

Creio ainda, que o PSB têm todas reais condições de recuperar o prestígio do tema participação ao delimitá-lo em seu real significado para uma sociedade que, como teorizou Sérgio Buarque de Holanda em Raízes do Brasil, indistingue o público do privado e faz deste a medida e o critério de relações num espaço que, por definição, é o seu oposto. Com efeito, a recente experiência nos espaços da participação explicita o fato de que somos crianças dando os primeiros passos, e portanto, exigindo uma atenção e um olhar constante em torno de si. Em suma, ou construímos ideologia de real participação popular, ou seremos ideologizado pela participação.

Esta conjuntura, que aponta possibilidade para impulsionar a participação popular, apresenta também sérios riscos na relação entre o partido e os movimentos.

Entre os riscos estão:

- O esvaziamento dos movimentos sociais, motivado pela ida de lideranças para as administrações, nas cidades de governos de esquerda;
- Acirramento de posições políticas ideológicas que podem dispersar os projetos, enquanto que o momento exige unidade na diversidade;
- Perda dos referências de construção de um projeto estratégico democrático popular nacional, em detrimento de conquistas pontuais e locais;

– Receio da cooptação, burocratização e institucionalização, frente à relação com o Estado;

– Possibilidade de a estrutura administrativa absorver os representantes dos MSPs, dificultando os processos de mudanças;

– Reprodução do autoritarismo nas práticas do campo político-democrático-popular.

Por outro lado, o PSB no novo contexto de crescimento, precisa estar atento – ou mais que isso – estar sensível aos sérios desafios que exigem dos sujeitos sociais populares coletivos um rigor maior na concepção de suas ações, dando a elas um caráter político-pedagógico inovador, para poder enfrentar a problemática social de exclusão e, consequentemente, consolidar os sujeitos sociais coletivos como agentes de transformações, construtores de uma sociedade radicalmente democrática.

Diante de tamanha responsabilidade, o Partido Socialista Brasileiro, tem o dever de ser audacioso e responsável em tudo que pensar, elaborar, produzir, administrar e executar, sem medo de ser alvo de crítica, por mais substanciais que seja. O que não podemos, é ser omisso, conivente, passivo e inoperante diante da imensa falta de lideranças dispostas a conduzir uma crescente massa humana ávida por novas alternativas, capazes de responder seus anseios do mais singelo ao mais complexos de suas vidas cotidianas individuais e em coletividade, possibilitando olhares significativos de perspectivas de dias promissores. Para exemplificar, podemos apontar alguns elementos, basta voltarmos nossas atenções, para os últimos acontecimentos, tanto científicos, quanto sociais. E ainda, se fizeram uma mínima pesquisa na internet, comprovar-se-á, que em sua maioria, são esses elementos que norteiam os debates em todos os congressos, simpósios, conferências, fóruns, encontros e outros ciclos de debates brasileiros, latinos e mundiais, e em todos os setores da sociedade.

Comprovaremos ainda, à existência de um vácuo, de um espaço desocupado em toda à sociedade brasileira e em todas as suas camadas sociais, e que se alarga com o advento da ascensão do PT ao governo central, que naturalmente, e já se confirma nesses primeiros meses do governo Lula, o afastamento de princípios outora definido e defendido, como sofrerá desgastes decorrentes da não resposta a todas as ansiedades e esperanças de mudanças, principalmente as mais radicais a si depositado.

Elementos Impossibilitadores de um Crescimento Qualitativo

Se por um lado, não podemos negar o crescimento do PSB nas últimas eleições, por outro também, não podemos esconder que é um crescimento desordenado, sem ser consistentiado no projeto

socialista, e muito menos com base ideológica. Sabemos que é um crescimento forjado nas circunstâncias administrativas governamentais e parlamentares. Isso não quer dizer, que é de um todo ruim, desde que sem excesso. Entendemos que às vezes é preciso “cultivar o joio junto ao trigo, e que parte desse joio servirá para fortalecer o trigo, basta sabermos que joio arrancar e o seu momento”. Portanto, pontuaremos alguns elementos entravadores:

a) Distanciamento entre definição histórica e os postulados ideológicos do partido de sua prática política. A evidência mais gritante deste distanciamento pode se constatar pela sucessiva utilização da sigla partidária em projetos eleitorais desligados da história do partido tanto no plano regional, como no nacional. Este tipo de conduta beneficia e fortalece momentaneamente e artificialmente a direção do partido, mas prejudica a sua estrutura como um todo.

b) A absolutização equivocada de se tentar maximizar uma eventual oportunidade política eleitoral, em linha oposta a um crescimento sustentado do PSB, só é possível de ser praticada graças ao extremado centralismo autoritário que caracteriza o sistema decisório de nosso partido. Esta prática autoritária desestimula a participação da militância e das instâncias diretas intermediárias do PSB.

c) A falta de democracia interna e transparência, expurga a possibilidade de um crescimento sustentado e estimula adesões oportunistas do partido que incha e se esvazia ao sabor de fatores externos à sua militância.

Elementos Possibilitadores de Crescimento Qualitativo e Hegemonia das Esquerdas

O contexto nacional e mundial exige de todos nós socialistas um novo olhar crítico, principalmente no reforçar e ampliar as nossas bandeiras de luta, concomitantemente com as nossas práticas administrativas e legislativas nos três níveis. Essa conjuntura forçar-nos, redimensionar o foco de nossas atenções até então não compreendido ou visualizado pela maioria de nossos pares.

O PSB para estar a altura de seu papel na história política brasileira precisa fortalecer-se ainda mais. E esta é a razão da apresentação de alguns elementos, que acreditamos que possibilite esse fortalecimento:

1. Transformar o PSB num verdadeiro e importante partido da esquerda democrática no Brasil, em que sua expressão parlamentar e governamental, seja uma genuína consequência do crescimento do Partido, ampliado permanentemente pela arregimentação de novas lideranças populares.

2. Buscar a unidade política com os partidos de tradição socialista.

3. Recuperar a identidade e a capacidade crítica do Partido de forma a constituir-lo, com independência



intelectual, teórica e política frente aos Governos nos seus mais diversos níveis.

4. Definir o desenvolvimento sustentável e a opção pelos valores da vida e do trabalho como elementos centrais da nossa linha política e da nossa prática cotidiana.

5. A defesa da soberania nacional como dimensão da soberania popular, da diversidade étnica e cultural, da sustentabilidade ambiental, da inovação tecnológica e da pluralidade política regional e nacional.

6. Definir a nossa posição interna, na política sindical, trabalhista, tributária e política. A começar pelas reformas e na política externa – comércio exterior, a começar pela ALCA e no meio ambiente a começar pela Amazônia.

Conclusão:

Estimados companheiros e companheiras socialistas, não podemos contribuir para essa inércia

que se abateu sobre esses fenômenos, principalmente os sociais. Não podemos ser vagarosos e muito menos em alguns aspectos até mesmo omissos. Precisamos, conscientizarmo-nos de que este espaço acima pontuado está pedindo para ser ocupado e acreditamos que nós poderemos ser um dos primeiros da lita. Não devemos deixar passar a oportunidade de firmarmos como partido hegemônico deste processo.

E para ocupar e garantir este espaço requer-se-á um certo esforço e construção de novas estratégias, tais como:

- a) Democratização das relações e ações das instâncias de decisões partidárias;
- b) Transparência na administração dos recursos financeiros do partido;
- c) Fazer fluir a comunicação interna e externa do partido;
- d) Garantir a autonomia dos setores minoritários;
- e) Prioridade para os Órgãos Formadores.



Os Músicos (detalhe) - Reprodução Obra de Cândido Portinari - Homenagem do PSB ao seu centenário

Projeto Transparência

O Controle Social do Gasto Público

Senador João Alberto Capiberibe
PSB/AP

Fundamentação

O Brasil vive um importante momento de sua história, no qual o povo elegeu um Presidente da República originário das classes populares, reacendendo a esperança de construção de uma sociedade mais justa em direção ao socialismo. No entanto, se o país ainda não conseguiu libertar-se das poderosas amarras do capital financeiro internacional e adota uma política econômica subserviente, o governo Lula pode e deve avançar em outros pontos importantes, como a ampliação da cidadania.

Nos estatutos do nosso partido está presente, com destaque, que um de seus objetivos programáticos é “democratizar o Estado através de mecanismos que garantam a participação da sociedade civil organizada na formulação, execução e fiscalização das políticas públicas”. Esta também é uma determinação constitucional que enumera entre os princípios da administração pública a publicidade dos atos.

Compreendemos que somente é possível a fiscalização plena do Estado se a sociedade tiver acesso a seu ponto crucial, aquele que determina as políticas e prioridades de um governo, ou seja: a gestão dos recursos públicos.

Com a Lei Complementar 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o país avançou na direção da transparência da gestão fiscal, mas ainda de forma incompleta, pois os relatórios fiscais ali exigidos são codificados e de difícil compreensão para os leigos. Pior ainda, são todos exigidos *a posteriori*, quando os ajustes e disfarces da contabilidade podem mascarar eventuais descumprimentos, ou se constatados, a punição ocorre após o cometimento do ato e os prejuízos públicos serão, na maioria das vezes, irrecuperáveis.

A experiência do Amapá

Durante o governo do PSB no Amapá foi implantada uma experiência única em todo o país de transparência da gestão do dinheiro público. Disponibilizamos na internet, no site www.amapa.gov.br, todas as informações sobre movimentação dos recursos financeiros, incluindo a arrecadação por fontes, os repasses para os demais

poderes e para os municípios, além dos saldos bancários diários das contas correntes do Governo do Estado.

Entretanto, o maior arrojo e inovação foi a disponibilização em tempo real da base de dados do Sistema Financeiro do Estado (SIAFEM), o que permite a qualquer pessoa, de qualquer computador, fiscalizar absolutamente todos os gastos de todos os órgãos de governo, até o nível de detalhamento do empenho.

Neste sistema podem ser flagrados atos suspeitos e até conseguir coibi-los. Como exemplo, no dia 03 de outubro do ano passado, acessamos a “Procuradoria-Geral do Estado” e encontramos dois empenhos emitidos naquele mesmo dia: um no valor de R\$ 1,512 milhão; e outro no valor de R\$ 810 mil. Esses empenhos num órgão do Governo que tem como Orçamento anual cerca de R\$ 1 milhão, aguçou nossa desconfiança e imediatamente acionamos o Ministério Público Federal. Em menos de 24 horas, os recursos foram bloqueados nas contas dos beneficiários e recuperamos para a sociedade R\$ 2,4 milhões em uma ação preventiva.

Já neste ano identificamos também alguns fatos curiosos como a Fundação de Cultura do Amapá tendo firmado um contrato de R\$ 6 mil, cujo objeto era o “adestramento físico e mental de cães”, ou um único Instituto prestando consultoria a vários órgãos do Estado com valores que alcançama a cifra de R\$ 1,4 milhão.

Do Amapá para o Brasil

Baseados na experiência do governo do PSB do Amapá, o Senador João Capiberibe e a Deputada Janete Capiberibe apresentaram simultaneamente no Senado e na Câmara um Projeto de Lei que exige a todos os órgãos públicos, de todas as esferas e poderes a total transparência de seus atos financeiros.

O Projeto prevê, inclusive, a instalação em cada unidade gestora de pelo menos dois terminais de leitura em locais de livre circulação, além da divulgação pela Internet, em tempo real, de “todos os atos praticados ao longo da execução da despesa, incluindo, ainda, os dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem ou serviço que está sendo pago, à pessoa física ou empresa beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado”.



Para garantir a aplicação da Lei, o PL prevê o prazo de seis meses para sua adoção nos órgãos que já estejam com os controles financeiros informatizados, e de um ano para os demais, que ainda não se informatizaram.

Transparência como bandeira do PSB

A nossa proposta é criar uma ponte transparente entre a administração pública e o cidadão. É fundamental, para consolidar a democracia no Brasil, a ampliação do exercício dos direitos civis no acompanhamento e fiscalização direta da execução das contas da máquina do Estado brasileiro.

É preciso avançar na modernização do Estado

brasileiro e não somente no sentido de avanços técnicos na gestão dos programas ou de equilíbrio fiscal. Essa modernização deve ser no caminho de um choque de cidadania contra a corrupção; o cidadão deve ser parceiro dos órgãos de fiscalização sobre a gestão do dinheiro dos impostos pelos governos.

Sem transparência não podemos, em sua consciência, afirmar que a democracia brasileira atingiu a maioridade. Há um "muro de Berlim" que separa as pessoas do Estado. Com o avanço da tecnologia da informação, a Internet nos permite ampliar a participação da sociedade na administração dos interesses públicos. Essa, sim, é que é a verdadeira sociedade da informação.



Cavaleiros - Reprodução Obra de Cândido Portinari - Homenagem do PSB ao seu centenário

O PSB e as vocações por um novo modelo de inclusão

Anna Colares
PSB/RS

A luta pelo fortalecimento da cidadania passa, necessariamente, pelo fortalecimento de um novo modelo de desenvolvimento econômico.

É importante reconhecer a gravidade das condições sociais que afetam amplos segmentos da população, e em especial, as mulheres e jovens, os mais penalizados pelas atuais políticas de reestruturação das atividades produtivas.

O mercado de trabalho formal, tem sido impactado pelo desaparecimento de inúmeras empresas, dada a estagnação da “década perdida” (anos 80) e os abalos sofridos pela economia nacional ao longo da década de 90.

Essa realidade se reflete nos indicadores de renda da população. Para nós, enquanto gestores socialistas, essa é uma realidade que devemos enfrentar e precisa ser compreendida no quadro das atuais mutações existentes no campo do trabalho. Estamos frente ao processo de reestruturação produtiva que está marcada por duas distintas realidades: a primeira, passa pelo enxugamento dos postos de trabalho, pela maior seletividade das ocupações (exigência de qualificação e escolaridade) e também, pela precarização das condições e relações de trabalho. A segunda, sofre com as exigência da globalização do mercado na flexibilização do trabalho, entendida essa, como a “docilidade” dos trabalhadores frente à redução dos salários, à individualização dos contratos e à perda de conquistas sociais históricas.

Constatamos diariamente a dura realidade da informalidade pelo número de pessoas que buscam no trabalho ambulante a única forma de sobrevivência, o uso do trabalho infantil, os empreendimentos de fundo de quintal, geralmente sem apoio e do qual dependem inúmeras famílias brasileiras. Isso, companheiros, gera o aprofundamento da pobreza e a exclusão de amplas parcelas da força de trabalho.

Feita a análise, como mudar o rumo: vontade política para a implantação de um novo modelo de desenvolvimento que se afaste do produtivismo desumano que caracteriza o atual e que medidas especiais sejam adotadas e implementadas, não como privilégios, mas como garantia da promoção da igualdade. Isso significa equacionar desenvolvimento com justiça social.

Atualmente, para a economia produtivista, o valor humano, ambiental e a saúde, não estão na contabilidade.

Há que se reconhecer que em muitos municípios onde o PSB está à frente da gestão municipal ocorreram mudanças estruturais significativas, oriundas do compromisso teórico, cuja eleição foi o resultado da confiança e da expectativa na construção e implantação de novas políticas sociais.

Para esses municípios não poderíamos ter a pretensão que neste curto espaço de tempo fosse possível a realização de todas as mudanças estruturais necessárias, visando a assegurar a igualdade de oportunidades.

Neste contexto, propomos como tese, a afirmação do desenvolvimento sustentável, entendendo-o como aquele que *“satisfaz às necessidades das gerações presentes sem comprometer as possibilidades das futuras gerações em satisfazer suas necessidades”* (Anais do 8º Congresso Nacional do PSB, 2001, p. 151).

Cabe ressaltar, que não desconsideramos a inovação das tendências tecnológicas, mas como mulheres e socialistas devemos estar atentas e apreensivas com a disposição das multinacionais, que buscam apenas, a eficácia da multiplicação dos lucros, enquanto nossa população aguarda por medidas necessárias à implantação da reestruturação social.

Desta forma, está colocado o desafio ao Partido Socialista Brasileiro, passando a ser uma questão estratégica, baseada no desenvolvimento sustentável, que enquanto conceito está sendo construído nos projetos de implantação de um viver harmônico com o meio ambiente, a distribuição equitativa da riqueza e a satisfação das necessidades locais.

É preciso implementar um desenvolvimento planejado que potencialize setores que possuam capacidade de absorver grandes contingentes de desempregados e que possa gerar a recuperação da autonomia das famílias, evitando a caridade oficial e o assistencialismo clientelista utilizados, muitas vezes, com o objetivo único do ganho eleitoral”.

Para isso, é necessário:

considerar que somos o poder que está mais



próximo da população. Recebemos, por isso, a pressão na busca de soluções. Não bastam políticas focalistas, embora saibamos da sua importância, porque a produção da pobreza dado o modelo atual supera os esforços empreendidos;

reforçar as vocações tradicionais de cada município brasileiro, compreendendo as suas especificidades, atualmente obstaculizadas pelas dificuldades de comercialização, dando incentivo aos setores que utilizam enormes contingentes de mão-de-obra e que podem ter seus efetivos ampliados rapidamente dado aos seus *Know-how* já existentes;

possibilitar a afirmação das vocações que estão à espera de iniciativas públicas para expandirem-se afirmando serem um novo ramo de sustentabilidade atuando sobre a cadeia produtiva. Muitas dessas vocações, são realizadas pelo segmento feminino podendo, ainda, atrair a mão-de-obra da juventude, carente de oportunidades;

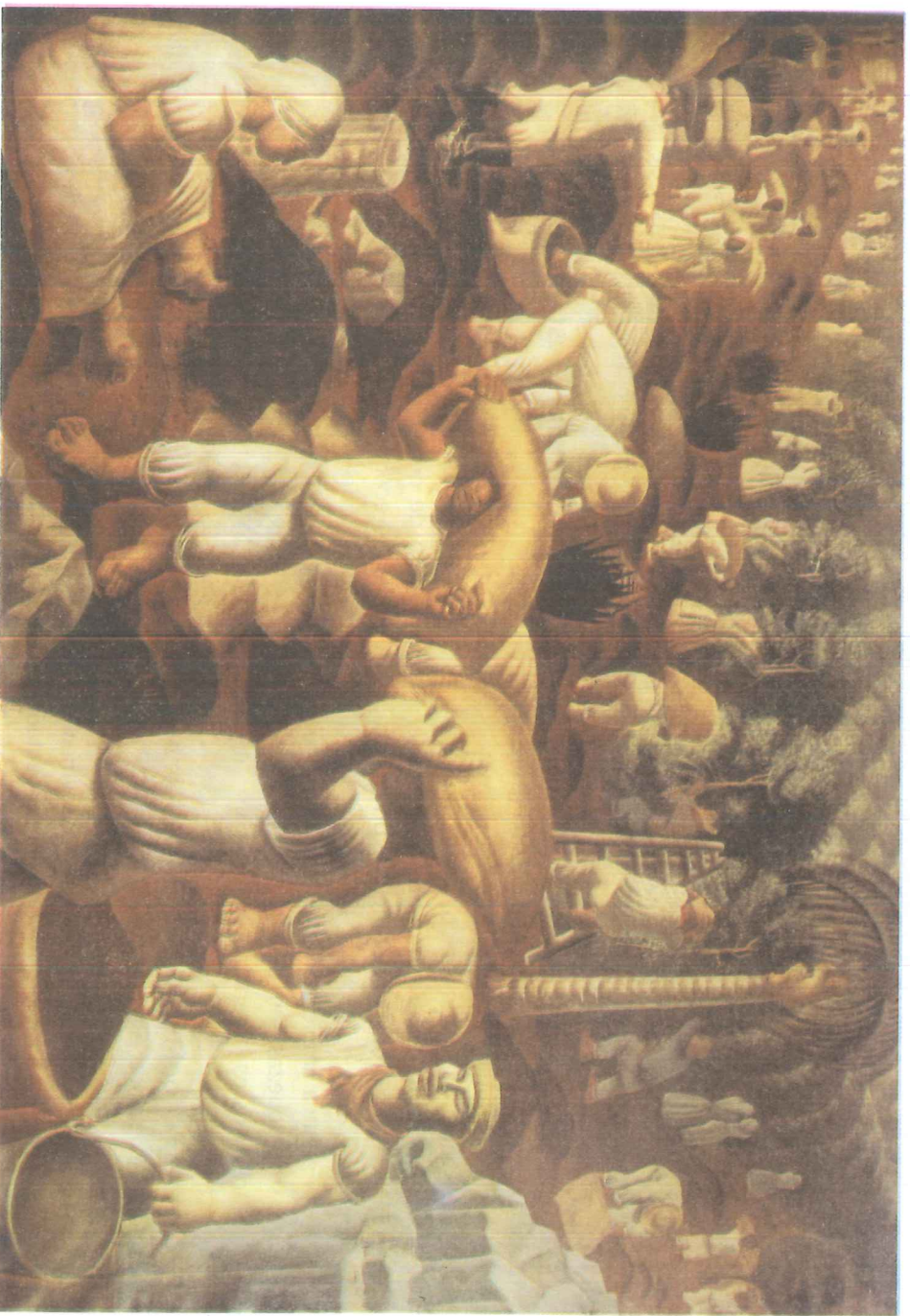
atentar que o PSB é um partido que cresceu e se impõe como caminho da participação

popular, da inclusão e da democracia real. Esse caminho o povo espera e quer. É preciso operacionalizá-lo;

que as iniciativas que propomos sejam trabalhadas sob a forma associativa, e sempre que possível sob a forma de cooperativas em autogestão, envolvendo os beneficiados e os produtores, portadores de uma nova lógica econômica.

Em síntese, propomos que os militantes do PSB e nomeadamente as mulheres defendamos políticas públicas de afirmação das vocações econômicas-sociais regionais de desenvolvimento auto-sustentável, estruturado na inclusão dos vastos setores excluídos, num sistema de trabalho e produção em cooperativas democráticas, com apoio de crédito e com assessoria técnica na busca de mercado para colocação de seus produtos.

É fundamental que as mulheres se empenhem denotadamente nessa proposta, basicamente porque são as mais excluídas e porque são capazes de aglutinarem forças de estreita cooperação na busca do exercício pleno da cidadania e da verdadeira inclusão social.



Café - Reprodução Obra de Cândido Portinari - Homenagem do PSB ao seu centenário

Brasil: esperança e transformação

Teses do Congresso Estadual do PSB de Goiás

A eleição de 2004 marca um momento histórico na vida brasileira. Uma frente política com ampla inserção social e com um programa de esquerda chega à presidência da República, recolocando o debate do Projeto Nacional, das relações entre Estado e sociedade e das possibilidades de desenvolvimento e de distribuição de renda.

A pauta de discussão, antes apresentada, sofre uma ampla transformação. Para setores do capital, e em especial o internacional, fica colocado a governabilidade e o da estabilidade do modelo em desenvolvimento. Para as forças populares e da esquerda entra em discussão o exercício do poder político como instrumento de transformação da realidade social.

Neste novo quadro surge a exigência de uma formulação mais consistente de pontos fundamentais da realidade brasileira:

1. O modelo de desenvolvimento nacional no quadro da economia globalizada e suas condições de financiamento.
2. O endividamento do Estado Brasileiro e suas implicações sobre a capacidade deste de ter uma ação redistributiva.
3. O papel do Estado e sua relação com o mercado nos marcos do neo-liberalismo, da economia globalizada e da revolução tecnológica e da informação.
4. A gestão do Estado Brasileiro, sua modernização e seu envolvimento com a sociedade civil, superando seu aspecto refratário à população e seu caráter autoritário.
5. A capacidade de desenvolvimento e formulação de políticas públicas que possam assegurar igualdade de oportunidade a todos os brasileiros.
6. A pauta das reformas do Estado alcançado todas as suas relações e rompendo com o neo-liberalismo e com o processo histórico de privatização do público.
7. A política ambientalista, capacitando o país a explorar suas riquezas, sem destruir o meio ambiente e sem vender nossos potenciais naturais ao capital estrangeiro.
8. Uma política de desenvolvimento educacional, científico e tecnológico.

Vários outros pontos merecem uma discussão profunda na sociedade, envolvendo todos os segmentos e setores. O primeiro ano do governo Lula foi pautado pelo debate da política econômica, dominada pelas

relações com o financiamento/endividamento externo e pelas reformas tributária e previdenciária.

A experiência de poder da esquerda não pode, entretanto, desconsiderar a confiança e esperança nacional, traduzida no voto, de mudar os paradigmas do país. O povo brasileiro votou e elegeu um governo para romper as amarras seculares de dominação que o país viveu até hoje.

Ao colocarmos-nos diante da direção do país fomos capazes de compreender de maneira mais profunda os limites impostos a esta transformação. O poder político, no modelo democrático, exige uma maior estabilidade no Congresso Nacional e no Judiciário, fatores que limitam o horizonte de mudanças. Ao mesmo tempo fica claro que a capacidade financeira do Estado impõe condicionantes à sua ação.

Estes limites, no entanto, não podem levar-nos a perda de nossos horizontes. Temos a responsabilidade histórica de encontrar a trajetória que aponte a conquista de uma sociedade mais justa, que seja intolérante com a exclusão e com a discriminação, padrões dominantes na vida de milhões e milhões de brasileiros até hoje.

Dentre os desafios colocados pelo primeiro governo de esquerda o PSB, ao longo de sua trajetória, já acumulou experiência e formulação para situar questões centrais no debate dos caminhos a serem seguidos e temos o compromisso de dar nossa contribuição na busca das soluções a serem alcançadas.

Desenvolvimento Sustentável

A realidade brasileira, pelas suas riquezas naturais e ambientais, nos capacita para buscarmos um modelo de desenvolvimento capaz de dinamizar a atividade econômica, assegurar a inclusão social e a qualidade de vida da população e respeitar o meio ambiente como fonte permanente de recursos.

Esta compreensão do processo dentro de uma lógica totalizante, inserindo o valor econômico, o homem e espaço como pontos que devem estar em equilíbrio na dinamização e crescimento da sociedade é indispensável para podermos construir um futuro saudável e feliz para todos os brasileiros.

A experiência de nosso partido no Amapá, ao longo dos 8 anos do Governo Capiberibe, nos permite avançar na afirmação de um projeto para todo o país.



Temos legitimidade e acúmulo para fazer uma defesa mais consistente desta proposta e pautar os governos estaduais e municipais do partido dentro desta referência.

Um dos temas básicos a ser considerado dentro da idéia de sustentabilidade é a fonte de energia para sustentar o processo de desenvolvimento. Assim é absoluta prioridade considerar as fontes renováveis de energia. No projeto do PSB é inaceitável oferecer a alternativa nuclear. Além de lidar com uma exploração predatória, a produção de rejeitos cria mais um problema econômico e ambiental;

Outro ponto fundamental a ser considerado é a articulação entre necessidades e potencialidades locais. O desenvolvimento jamais será sustentável se não conseguir lidar com as forças de cada município, potencializando-as e dinamizando-as através do planejamento e da participação. Estes são importantes instrumentos para liberar as forças criativas do nosso povo.

Transparência na Gestão do Estado

Ao considerar o Estado como principal instrumento de correção das profundas desigualdades sociais e de distribuição de renda é necessário identificar como fazer a sua modernização, capacitando-o e

orientando-o para o desenvolvimento das políticas que realizem este objetivo fundamental.

Não podemos mais admitir o Estado Brasileiro baseado na privatização do público e nas relações autoritárias com a população e refratária à manifestação de opiniões. Estes traços resultam centralmente do caráter patrimonial e da consolidação recente da democracia brasileira, o que acontece apenas na década de 80 do século XX.

Neste campo cabe-nos fazer avançar a transparência da gestão do Estado. Em particular é preciso assegurar instrumentos legais efetivos quanto à gestão financeira dos recursos públicos.

É fundamental que a população tenha acesso a informação de como se realiza o uso dos recursos resultantes da contribuição de todo o povo.

A temática de como avançar no controle e fiscalização do Estado pelo cidadão deve ser permeada pela compreensão ampla sobre a democracia representativa. Os limites da democracia liberal só poderão ser ampliados à medida que a sociedade possa intervir na elaboração das políticas das diferentes áreas do Estado. Hoje já temos a clareza que a constituição e consolidação dos conselhos de área é fundamental.



Desbravamento da Mata - Reprodução Obra de Cândido Portinari - Homenagem do PSB ao seu centenário

Qual Estado para o Socialismo Futuro?

Rogério Portanova

PSB/SC

O Estado moderno tem sua formação a partir dos conceitos de Maquiavel e Hobbes, que diferenciavam a sociedade entre a escolha de viver na civilização (e dentro do Estado) ou no estado de natureza. Desta forma a história se confunde com a própria criação humana do conceito de Estado. A passagem do feudalismo para o capitalismo trouxe também uma profunda transformação do conceito jurídico e político do Estado.

Com a Revolução Francesa, em função da exigência da nova classe no poder, era preciso que o Estado respondesse as necessidades da mercancia, sem os entraves impostos pela monarquia. Desta forma o direito público (em especial o Direito Administrativo e Tributário) respondiam pela exigência de transparência, na qual o administrador ao contrário do cidadão, só pode agir de forma previamente prescrita em lei. Para a cobrança de tributos é preciso que se respeite o princípio da anualidade, para que o comerciante possa programar sua atividade.

Desta forma o Estado passou de um cerceador e instrumento punitivo para um incentivador de investimentos privados e que promovia as mais amplas liberdades individuais para aqueles que as pudessem custear.

Os valores do liberalismo permitiram a emergência da cidadania, então sufocada pela dominação feudal, porém o advento do processo industrial estabeleceu valores que identificaram a nova classe dominante com os novos significados da riqueza e a exploração do homem pelo homem.

A resistência a este novo poder absoluto (do capital e não mais da Coroa) faz emergir um novo tipo de luta. Não mais pela liberdade econômica secundada por-uma falsa igualdade jurídica no plano civil, mas a uma igualdade econômica baseada no fim da exploração do homem pelo homem. Em termos de valores é a igualdade econômica a promotora do novo progresso da humanidade. Deste processo é que surgem as primeiras teses do Socialismo e suas variáveis, desde as mais dogmáticas e sectárias até as que acompanham o desenvolvimento da sociedade e lutam por uma emancipação em todos os sentidos da vida pública. O denominador deste processo é um novo tipo de Estado: o Estado de Bem Estar Social. Independente da ideologia há uma compreensão de que os ganhos produzidos pela sociedade devem ser re-investidos nela própria.

Porém o desenvolvimento das forças produtivas,

mesmo quando distribuíam seus ganhos coletivamente, esbarravam nas barreiras naturais, uma vez que a capacidade produtiva, em alguns setores, ultrapassava a capacidade de absorção da natureza, comprometendo a qualidade de vida e a própria biodiversidade.

Com o advento da queda do Muro de Berlim em 1989 e o fim do Comunismo no Leste Europeu restou apenas uma ideologia. A isto Fukayama chamou de O Fim da História. Emerge deste processo o que veio a ser conhecido como neoliberalismo. Entendiam seus autores que o Estado de Bem Estar Social era muito caro e deveria se preocupar apenas com os serviços básicos, ficando para a iniciativa privada os setores produtivos. Vimos um processo criminoso de privatizações e ao mesmo tempo em que um aumento espetacular da capacidade financeira, um aumento generalizado da pobreza e índices de desemprego nunca antes vistos desde de a 1ª revolução industrial. O neoliberalismo substitui o Estado de Bem Estar Social pelo que eles chamam de Estado Mínimo. Este, no meu entender, seria melhor classificado como Estado de Mal Estar Social, pois o que vivenciamos hoje é um mal estar no mundo do trabalho, com a precarização da atividade laboral, na previdência social com os processos de desmonte do Estado e a penalização dos funcionários públicos, mal estar na saúde, na educação que são atividades de uma febre privatizante em todos os setores destas atividades, antes obrigação do Estado; e por consequência um mal estar na segurança pública que aumenta os índices de criminalidade e cria um verdadeiro Estado paralelo em função da atividade ilegal e muito lucrativa do tráfico de drogas. Temos então o que eu chamo de Estado de Mal Estar Social, onde aqueles que eram explorados, hoje são considerados privilegiados, porque tem um emprego e uma carteira de trabalho, criando um sub-cidadão que é o excluído, pois não pode entrar no mercado de trabalho, criando um exército de reserva que permite que o neoliberalismo promova uma exploração nunca vista principalmente sobre os países do Terceiro Mundo.

Podemos observar que com o neoliberalismo o capitalismo modificou substancialmente seu modo de agir. Ele que teve na burguesia industrial sua principal classe dominante, pois tirava seus lucros do capital econômico produtivo, hoje se vê refém do capital financeiro especulativo, o setor mais lucrativo da atividade econômica e que não produz bens de



consumo e supervalorizou os seus serviços através da especulação financeira e do endividamento do setor público e mesmo privado, promovendo mega fusões de empresas capitalistas, que agem de maneira imperial em todo o planeta aviltando os serviços e impedindo o desenvolvimento local.

Desta forma temos um novo capitalismo selvagem agenciado pelas grandes corporações financeiras que comprometem a soberania e ameaçam a humanidade com sua sede voraz de lucros através de taxas de juros e crescente endividamento coletivo. Nunca tivemos a riqueza tão falsa e fartamente

construída, tão injustamente concentrada e com um número crescente de excluídos.

Os socialistas devem propor uma grande aliança dos setores produtivos (em especial os trabalhadores) com os movimentos sociais pelo regate da soberania e a criação de um novo Estado que responda as demandas contemporâneas. De forma incipiente chamaremos esta nova construção de Estado de Bem Estar Ambiental, baseado no desenvolvimento sustentável.

Este é claro, é assunto para uma outra tese.



Desbravadores de Florestas - Reprodução Obra de Cândido Portinari - Homenagem do PSB ao seu centenário

Construir o Socialismo do Século XXI

Rumo ao Desenvolvimento Sustentável

Rogério Portanova
PSB/SC

As grandes transformações da sociedade vieram sempre precedidas de profundas reflexões, sonhos impensados, desejos utópicos de mudar a dura realidade vivida. Porém entre o desejo e a consumação do ato de transformação exigiu-se uma correta leitura da realidade de cada momento.

O socialismo é fruto de uma evolução da humanidade que entendeu ser vital partilhar os ganhos advindos do trabalho humano aliada à ciência e a tecnologia.

O que caracteriza nossa atual civilização é a ruptura advinda da Revolução Francesa, onde a burguesia juntamente com os artesãos constituíram-se em uma classe revolucionária em que se impuseram sobre a dominação do clero e da monarquia. Deste processo revolucionário surgiu os conceitos de cidadania (moderna) e de República (contra o Absolutismo).

O poder deixa de ser de inspiração do sopro divino, nem sua sucessão se dá por hereditariedade e sim pela vontade autônoma dos cidadãos que construíam não o reino, mas uma nação republicana e um estado liberal.

Estes elementos políticos, econômicos, sociais e jurídicos, deslocam a verdade que era religiosa e previamente determinada pelas escrituras sagradas por uma verdade que necessitava de comprovação empírica e de experimentação.

Desta forma a ciência toma o lugar da religião na construção epistemológica da classe em ascensão. Esta (a ciência) aliada à economia permite a burguesa (que se caracterizava essencialmente como mercadora) que se transforme em uma classe de industriais.

A partir deste momento a acumulação de riqueza se concentra mais na produção do que propriamente na troca e comercialização de mercadorias.

Para fazer funcionar este sistema foi necessário habitar o parque industrial com mão-de-obra que complementava o trabalho da máquina.

Desta forma emerge o operariado não como cidadão ou indivíduo como o era o burguês, mas como classe que abandonou o campo e veio construir os novos centros urbanos e as novas relações econômicas.

A exploração da burguesia sobre o proletariado era desumana e anulaava todos os seus conceitos de cidadania, república ou democracia, pois a força do capital massacrava a grande maioria dos trabalhadores

que contavam apenas com sua força de trabalho como instrumento de troca.

As lutas operárias mudaram a forma bestial de exploração promovida pelo capitalismo da revolução industrial. Estas lutas tiveram diferentes variáveis: (de um lado a criação dos PCs e a revolução russa trouxe um novo alento para a classe trabalhadora apesar do destino dado por Stalin e a burocracia soviética).

Por outro lado, os socialistas democráticos, os social-democratas, os autonomistas e outras forças progressistas – que acreditavam ser possível aliar a luta contra a exploração econômica e a ampliação dos espaços democráticos – redefiniram o conceito burguês de cidadania.

Até setores de direita entenderam que a continuar o processo cego de exploração do capitalismo selvagem, estaria comprometida sua base de produção, desta forma foi sendo moldado o chamado liberalismo social.

O denominador comum de todo esse processo foi o deslocamento do Estado Liberal (puro) para o chamado Estado de Bem Estar Social. Com isso foram criadas as diversas legislações de proteção ao trabalhador, a previdência social, o direito a educação o direito a saúde, etc., como obrigação do Estado e não como privilégio dos poucos que pudessem pagar por estes serviços. Esta foi uma conquista indiscutível da classe trabalhadora.

Porém o prego do progresso que utilizou todas as forças produtivas para dar uma maior capacidade de consumo as mais amplas bases populares esbarrou nos limites estabelecidos pela própria natureza. A capacidade tecnológica reproduz-se de forma geométrica e o produto bruto (a natureza) continua estagnado ou no máximo reposto.

Este processo gerou poluição generalizada, morte dos rios, diminuição da biodiversidade, problemas nos grandes centros urbanos como em Londres no século XIX.

Caso fosse possível distribuir os bens produzidos e não mexer nos meios e somente no modo de produção em pouco tempo consumiríamos boa parte da natureza e afetaríamos significativamente o frágil equilíbrio ambiental que nos faz sermos parte desta mesma natureza e não seu principal alioz.

A partir dos anos 60 outros movimentos sociais



que não estavam na base produtiva se fizeram ouvir no seio da sociedade. Vimos emergir os movimentos pacifista, ecológico, feminista, anti-racista, etc. Estes são herdeiros da luta dos trabalhadores e redefiniram a cidadania diante dos impasses que nos apresentava a sociedade atual.

Ser um revolucionário é entender e querer transformar a realidade na qual se vive.

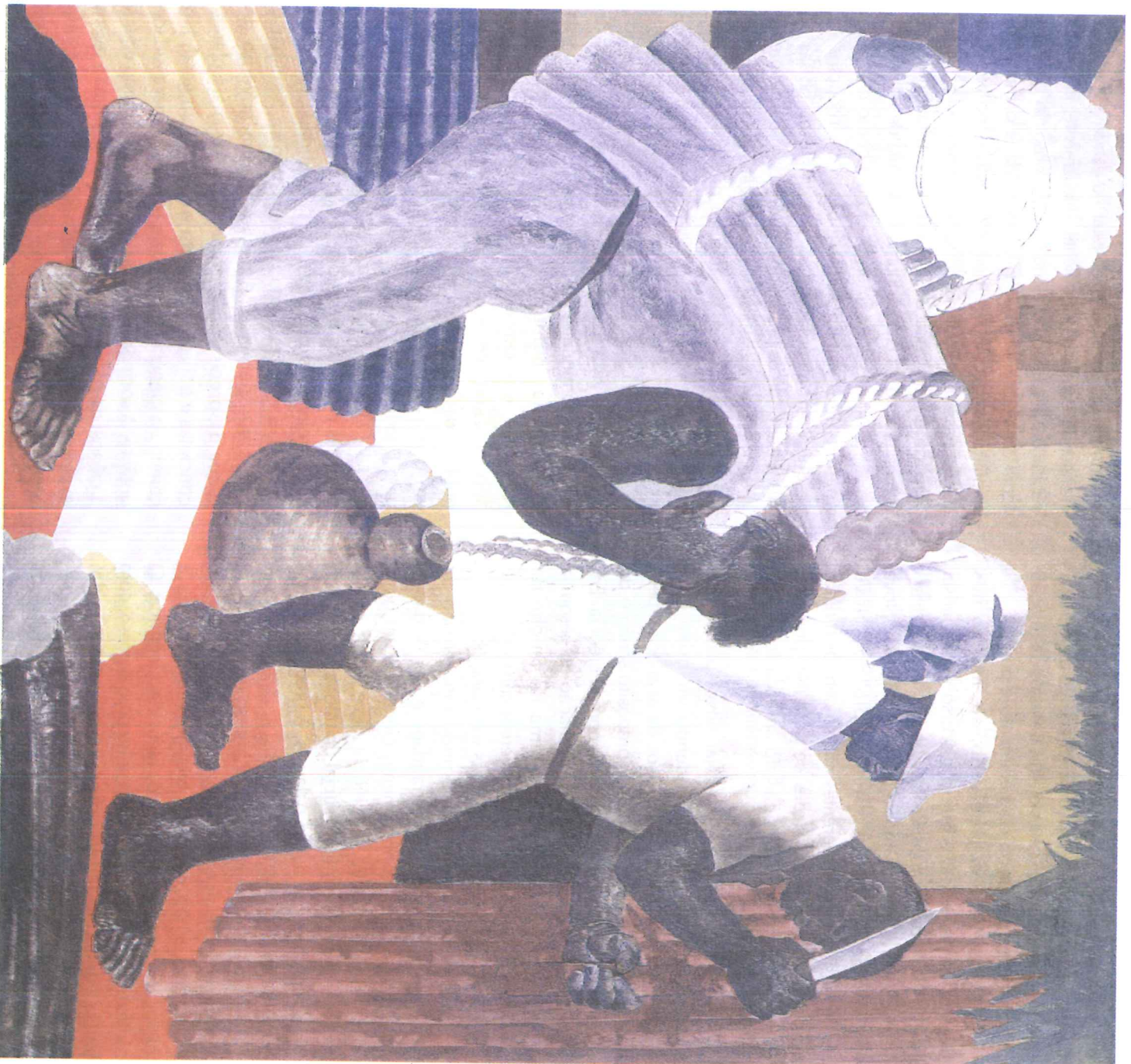
As grandes transformações históricas foram precedidas de percepções das ameaças que a cercam. O neoliberalismo nos ameaça com a extinção da espécie, através de seus meios letais de estender a dominação imperial aos povos de todos os países. O socialismo do século XXI exigirá um novo modelo de

desenvolvimento: o desenvolvimento sustentável. Este deverá ser ecologicamente equilibrado, socialmente justo e economicamente viável.

O neoliberalismo oprime os povos do terceiro mundo, os trabalhadores e se apropria indevidamente da natureza promovendo os maiores desastres ambientais já registrados na história.

No 3º Mundo, os locais mais miseráveis são também os mais degradados. Lutar por melhores condições de vida é a marca histórica dos socialistas, incluir as futuras gerações nessa luta é um compromisso que não podemos nos furtar.

O socialismo no século XXI será ecológico ou não será.



Cana - Reprodução Obra de Candido Portinari - Homenagem do PSB ao seu centenário

Ciência, Poder e o “Novo Gerencialismo

José Rodrigues Filho

Secretário Geral do PSB na Paraíba

Considerando a participação do Partido Socialista Brasileiro (PSB) num governo de esquerda, ocupando inclusive um ministério na área de ciência e tecnologia, espera-se que haja avanços, do ponto de vista teórico e prático, do papel da ciência nas políticas públicas, dos mecanismos de financiamento da ciência, visando sobretudo corrigir os efeitos nefastos da relação entre ciência e poder ou conhecimento e poder.

O que se tem observado, até mesmo nos governos de esquerda, é que o discurso gerencialista atingiu todos os campos de atividades, inclusive da ciência. Em resumo, as inovações na chamada “Nova Administração Pública”, a exemplo do “Novo Gerencialismo” são incoerentes não só com os direitos sociais, mas com as atividades de pesquisa, por estar fundamentadas na lógica do mercado e da competitividade.

Com isto começa-se a criar novos padrões de avaliação da pesquisa, defendendo inclusive uma abertura dos tradicionais processos de avaliação (peer reviews), mas que não têm outro propósito senão o de sustentar o balanço de poder no campo da ciência. Em resumo, estes novos padrões de avaliação da pesquisa podem se tornar facilmente vítima do feitiço da quantificação, pois, no “Novo Gerencialismo” o que importa são as quantificações e as mensurações.

Uma vez que está existindo uma erosão da confiança tradicional na neutralidade e nas verdades, inquestionáveis do conhecimento científico, um novo enfoque de avaliação da ciência deve exigir que o conhecimento do **contexto social** do trabalho científico seja enfatizado. Em outras palavras, é preciso tornar a pesquisa **socialmente responsável**.

Em geral, o cientista está imerso numa cultura, cientificamente aceitável, que valoriza o trabalho focalizado e não exige ou mesmo não encoraja a interação com a comunidade, além da científica. O contexto social da ciência num país como o nosso, com tantas desigualdades, precisa ser enfatizado, principalmente num governo de esquerda.

Por outro lado, precisa-se combater a influência

da nova economia de mercado na produção do conhecimento científico. O que se observa nos dias de hoje é a ênfase que se dá aos chamados centros de excelência, arranjos institucionais e organizacionais, que deixa isolado o cientista que, sozinho, pode estar buscando a verdade e interagindo com o seu ambiente. Infelizmente, para estas instituições este tipo de cientista é tão obsoleto quanto a figura do alquimista medieval. Pior ainda, a comunidade científica tem ignorado o que Weber disse, no início do século passado, em uma de suas famosas aulas, que a “Ciência é uma Vocação”. O que se constata hoje é a commodificação da ciência numa economia de mercado.

É injusto e até imoral, a forma como os órgãos financiadores tratam a distribuição de recursos de pesquisa (em algumas áreas), a exemplo de bolsas de pesquisa, onde os premiados influenciam o julgamento de seus próprios trabalhos. Estes órgãos deveriam, pelo menos, levar ao conhecimento público, como são distribuídos seus recursos. A sociedade precisa conhecer e compreender como está sendo feita a ciência neste país.

Por sua vez, a ciência precisa ser considerada do ponto de vista hard e soft, demolindo os efeitos da ortodoxia dominante, de modo que o mundo não seja visto apenas numa perspectiva do Pensamento Positivista, que tem dominado o mundo nos últimos 300 anos. Portanto, a influência da ciência nas políticas públicas deve se tornar cada vez mais visíveis, num país em que a cidadania nasceu incompleta e outorgada pelo Estado.

O Partido Socialista Brasileiro precisa apresentar posições concretas nesta direção, sob pena de ter suas ações rejeitadas por parte da comunidade científica deste país e vistas como um reforço para legitimar o *status quo* perverso. As ações de um governo de esquerda precisam se tornar cada vez mais claras, concretas e transparentes para o público em geral. No campo da ciência e tecnologia isto é uma necessidade urgente. A sociedade precisa compreender como é feita a ciência no país, de modo que as mudanças não sejam expressam apenas sob o olhar enfeitado de um Duda Mendonça.



Política de Alianças

Rogério Portanova

PSB/SC

As eleições de 2004 serão um importante balizador de como a sociedade vai responder a eleição de um líder popular que chegou a presidência pela primeira vez na história do Brasil.

O PSB sempre foi um dos principais partidos a construir esta possibilidade de ascensão de um líder popular como dirigente máximo da nação. Ofertou seus melhores quadros como vice em 89 e 94 e nunca se furtou de estar junto nos momentos decisivos da vida nacional, foi assim em 98 e no segundo turno em 2002, para ficarmos apenas nas eleições presidenciais.

As vacilações do governo Lula e a atitude que o PT tem para com os demais partidos de esquerda, como partido hegemônico que se impõe sobre os demais, precisam ser respondidas com maturidade e responsabilidade nete pleito de 2004.

Fazer parte do governo Lula, não torna o PSB dependente do PT, menos ainda a eleição municipal deva ser uma caricatura do que está composto no governo federal. Em termos ideológicos, pela sua formação de base, entendo ser formalmente o PT o principal aliado do PSB. Mas caberia perguntar: qual PT? Qual das tendências, em qual município? O PSB é um partido e não cabe a ele estar subjugado a um outro partido, menos ainda a uma tendência de um outro partido. Se houver alianças com o PT que haja uma contrapartida, pois o PT gosta muito de ser apoiado e muito pouco de apoiar. Em qual previsão do PT está ser vice ou apoiar um candidato do PSB em uma eleição de capital, por exemplo?

Poderia discorrer sobre outras forças políticas, mas trago apenas o exemplo de um partido que está próximo do PSB e hoje tem uma posição de destaque nacional para desenvolver a principal tese que ora apresento sobre as eleições de 2004.

Inicialmente há que se separar as eleições em grandes centros e onde há segundo turno, das eleições em pequenas cidades, muitas vezes completamente aparteadas das grandes discussões e dependentes de um governo estadual ou do poder central.

Com isso, proponho que onde for possível, que o PSB apresente prioritariamente candidaturas próprias e chapas completas de vereadores sempre que possível, principalmente em cidades que tenham segundo turno. Porém este não deve ser um dogma, mas uma orientação e não se deve aplicar esta orientação sem uma análise mais detalhada de cada realidade local.

Ter candidatura própria não significa sair sozinho ou isolado em todos os momentos e sim procurar encabeçar alianças que facilitem a disputa eleitoral, sempre que possível com partidos que não comprometam o ideário do PSB. Volto a insistir, que isso não seja um dogma, pois em algumas localidades uma aliança com o PTB ou o PL pode viabilizar ganhar a eleição e por em prática nosso ideário em uma grande cidade (sempre lembrando que o Lula chegou à presidência com uma aliança com o PL).

Quando for preciso que haja uma contrapartida. Ex.: ser apoiado por um partido em uma cidade e apóia-la em outra (nesse caso seria importante uma afinidade ideológica maior). Um resultado positivo para o PSB seria de fundamental importância, face às restrições da chamada cláusula de barreira que estarão em vigor a partir de 2006. Esta afirmação do PSB enquanto partido se faz nesta eleição e todos devemos procurar atingir este objetivo.

Nos pequenos municípios a realidade por vezes é completamente diversa. Muitos partidos aliados ideologicamente por vezes não têm os melhores candidatos e estes não gozam de probidade e boa imagem pública, seja como administrador, seja como cidadão.

Creio que deveríamos nos afastar do bloco neoliberal e conservador nestas eleições, mas sempre com um olho na realidade local, sob pena de promovermos um completo isolamento da sociedade que pretendemos nos inserir. Entendendo que a eleição é um momento especial da cidadania e que ela é também um importante momento de educação cívica, política e ideológica e não um simples jogo de perde e ganha como tenta nos impingir a mídia e as forças conservadoras. Não se esqueçam que aprendemos muito com a lógica dos vencidos, daqueles que deram sua vida na luta popular e ajudaram a fazer um mundo melhor, mesmo que nunca tenham ganhado uma eleição, porém fazer parte de um partido é sobretudo aceitar as regras do jogo e querer transformar a sociedade pela via democrática, onde as eleições se tornam um momento decisivo deste processo.

Conclusão: prioritariamente candidaturas próprias, alianças onde haja reciprocidade e afinidade ideológica, jamais servir de base de projeção de partidos com aspirações hegemônicas, conservadoras e antidemocráticas.



O PSB e a “Felicidadania”

Rumo às Prefeituras Brasileiras

Marta de Fátima Henkes, Rogério de Moraes Sikora,
Margarete de Carvalho Pacheco

“Se queres ser universal cantes a tua aldeia.”
Guimarães Rosa

A constatação atual sobre a ocupação humana, no planeta terra, nesse início de século XXI, é inédita na história da humanidade, pois pela primeira vez, há mais gente vivendo em cidades do que no campo. A Organização das Nações Unidas (ONU) mostra um projeto de um bilhão de pessoas morando em favela, cinquenta por cento desse contingente se concentra nos países em desenvolvimento, como o Brasil. Isso justifica a Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, a lei denominada estatuto da cidade, justifica a criação do ministério das cidades em 2003.

Segundo dado do IBGE, a urbanização no Brasil poderá chegar a 88% ainda nesta década, essa forma de viver em sociedade requer políticas públicas competentes, com agentes públicos competentes, solidários capazes de garantir direitos, capazes de efetivar a “felicidadania”. A propósito, o neologismo felicidadania é uma possibilidade de bem ser e não apenas de bem estar. Depreende – se desta afirmação que uma organização sólida de uma cidade se concretiza quando os cidadãos e cidadãs se tornam capazes de agir juntos, não somente para subsistir, mas para viverem felizes.

Na organização de uma cidade, há de se levar em consideração a relação social entre sujeito (eu e outro), todos portadores dos mesmos direitos, sem distinção de raça, sexo, credo, postura política e com a dimensão de que o contrário de igual não é diferente, mas desigual. Portanto, são necessárias políticas incluídentes para os desiguais historicamente tratados. São necessários projetos sociais que garantam direitos constitucionais do Brasil nas áreas de geração de emprego e renda, de moradia, de educação, de segurança, de meio ambiente, de cultura e lazer. Projetos Sociais que potencializem nossos valores, que garantam a qualidade de vida.

Construir a “Felicidadania” é situar o saber político no fazer histórico, no aqui e agora. O saber – fazer – político se encruza com as relações de sentir, saber e fazer. Assim, mulheres e homens socialistas que integram ou integrarão a gestão pública, necessitam desenvolver as habilidades da sensibilidade, do saber acumulados historicamente e a capacidade de fazer, de realizar.

Na sociedade global da informação telemática, que nos toca viver, cabe distinguir três círculos claros de mútua interdependência e relativa autonomia: o indivíduo, o grupo cultural e a coletividade humana. Os influxos que contribuem para formar a identidade de cada indivíduo e de cada grupo não podem delimitar ao cenário concreto de suas relações próximas; provém fundamentalmente das comunicações internacionais da humanidade, dos intercâmbios da aldeia global, dos inúmeros estímulos de informação que cada um processa a seu modo, mediados pela cultura de seu grupo. Inaugura-se portanto, a era da construção global compartilhada, denominada de tendência civilizatória da humanidade.

Por isso as políticas públicas da cidade, do estado e do país devem ser revestidas de mecanismos capazes de dar conta da imperatividade do mercado, onde tudo está subjugado a suas leis. Reconhecendo os nossos valores, nossa capacidade de criar e recriar estaremos mais fortes para o enfrentamento da especulação imperialista, implacável sobretudo na área econômica, principalmente fortalecendo a pólis na dimensão sócio – político – econômica cultural. O local e o global, em outras palavras, se tramaram intensamente. A comunidade local deixou de ser um lugar saturado de significados familiares e sabidos de todos, para se converter, em grande parte, em expressão localmente situada de relações distantes. Há um desafio socialista. É desafio desenvolver o saber – fazer – político, entendendo-o não como algo abstrato, mas como o desenvolvimento da própria vida, acontecendo a relação com os outros na sociedade organizada. Por fim, a “felicidadania” para nós, socialistas, concretizar-se-á pela democracia, pela justiça social, pela liberdade.

Afinal, qual cidade queremos?

‘Não se governa o que não se ama’
Roberto da Matta

PSB, Partido Socialista Brasileiro, comprometido com a promoção humana, deve motivar os militantes, mulheres e homens candidatarem-se aos cargos do legislativo e executivo



municipal, essa motivação deve estar aliada a projetos de capacitação do saber – fazer – político.

É imprescindível, que nossos candidatos e candidatas construam e discutam o programa de governo, principalmente agora que estamos perseguindo a candidaturas majoritárias próprias, assim um projeto de governabilidade municipal construído na e pela base da sociedade, que valorize os sujeitos do saber – saber – político, tem maiores chances de iniciar o programa incluyente do governo Socialista com sucesso e sustentabilidade das políticas públicas. Temos a utopia de (re) construir cidades com uma gestão pensada tecnicamente, aliada à ética, numa visão incluyente.

Nas próximas eleições, os partidos elitistas e conservadores tentarão preservar o status quo, através do uso da máquina pública e da execução de políticas compensatórias demagógicas às vésperas das eleições.

Podemos combater radicalmente este caminho apresentando uma candidatura própria ou de frente que denuncie e apresente propostas para reverter esse quadro social e promova a inclusão dos segmentos populares no processo econômico e social. Essa é a tarefa dos socialistas.

Dessa forma, ao falar de estratégias eleitorais, entendemos que devem ser observados os seguintes pontos que exigem posicionamento partidário:

- Antes de decidir apoiar ou lançar um candidato e, portanto, selar alianças eleitorais, o PSB deve discutir amplamente e de modo sistemático, um projeto para cada cidade atendendo a suas peculiaridades;

- Selar alianças, obrigatoriamente, com partidos identificados com as causas populares;

- Não coligar com partidos representantes das elites, anti-democráticos. Coligaremos sim, com partidos que como o PSB têm lutado pela diminuição dos monopólios do capital, espoliador de vidas e responsáveis pelas mazelas sociais.

- Tratar de forma equitativa as candidaturas ao legislativo municipal.

- Para viabilizar o programa político das candidaturas, criar um banco de dados, um mapeamento sócio-econômico cultural sobre a cidade, inclusive de cidades circunvizinhas.

- As direções partidárias fiquem atentas para:

- Candidatos que organizam sua campanha isoladamente, com material não identificado com o PSB, tampouco com a nominata das candidaturas a majoritárias do partido;

- Aceitar e respeitar o apoio de grupos, de sindicatos, de crenças religiosas, de associações... que desejem contribuir na eleição de um (a) candidato (a) para defesa de sua categoria, porém deixar claro que a sigla partidária está em 1º lugar, pois estes grupos não devem-se utilizar de nossa legenda, que foi construída com muita luta, e empenho de militantes de longa data, nossa sigla não esta à venda e não pode ser desrespeitada por aventureiros e oportunistas.

- Ser premissa ao candidato a cargo eletivo conhecer o estatuto do partido, pois aquele que não assume ser socialista, não honrará o mandato pelo PSB, aquele que desconhece nosso estatuto, nossas regras de contribuição partidária, depois de estar de posse do mandato, dificultará a participação e colaboração do partido no mandato conferido pela legenda do PSB.

Apresentantes

Marta de Fátima Henkes
(Professora)

Rogério de Moraes Sikora
(Advogado)

Margarete de Carvalho Pacheco
(Assessora Parlamentar)

Passo Fundo, outubro de 2003.

Desafios da Integração DF e Entorno

Rodrigo Rollemberg e Ricardo Attuch

PSB/DF

Quando JK iniciou a construção de Brasília não começou apenas a construir a capital. Esse movimento de construção significou muito mais. Significou o encontro da Nação com o seu interior. Brasília foi concebida como pólo integrador e gerador de desenvolvimento. Na sua concepção o DF seria o centro de um grande cruzeiro rodoviário e ferroviário. Hoje, seria inconcebível pensar o Brasil sem Brasília. Graças ao movimento de interiorização, expressado na ocupação agrícola do cerrado, conquistamos sucessivos saldos positivos na balança comercial brasileira. A agroindústria se desenvolveu na região e diversas cidades se desenvolveram no Centro-Oeste brasileiro. Por outro lado, a busca por melhores condições de moradia, de emprego e de saúde atraíram centenas de milhares de pessoas para o DF e Entorno.

O DF tem o melhor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Brasil, mas quando apurado junto com os dados do Entorno cai para 11º lugar, mostrando que o Entorno, tratado isoladamente, tem uma situação bem mais grave.

Essa situação leva-nos a um paradoxo e a conclusão é óbvia: quanto mais melhoramos os serviços públicos na capital, maior atração eles exercerão sobre os moradores da região comprometendo a qualidade desses serviços, portanto temos que desenvolver conjuntamente toda a região geoeconômica, toda a região Centro-Oeste.

A guerra fiscal entre Goiás e Distrito Federal traz uma lógica perversa. Os dois Estados disputam empresas abrindo mão de tributos que poderiam financiar o desenvolvimento. Mas no fundo é irrelevante se uma empresa está instalada em Santa Maria (DF) ou Valparaíso (GO). O desempregado de lá ou de cá não está submetido à fronteiras geográficas. O desempregado vai disputar o emprego onde ele estiver. Segundo dados do GDF, 30% da mão-de-obra empregada no DF mora no Entorno.

Muito mais inteligente é promover o desenvolvimento integrado de toda a região com a implantação efetiva da RIDE- Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno e a cooperação permanente entre governos locais.

O PSB/DF com, o apoio do PSB de Goiás, quer transformar a questão do DF e Entorno em questão nacional. Isso se torna imprescindível para preservar o enorme investimento feito na construção da capital e para garantir a qualidade de vida em toda a região. A

cooperação entre governo federal e os governos do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais é fundamental para garantir esses objetivos. É necessário investir em infra-estrutura e criar incentivos que permitam que a região se transforme em pólo industrial. O PSB deve apoiar a construção da ferrovia Norte-Sul que ligará a região ao Porto de Belém e ao Porto de Itaquí, no Maranhão e deve apoiar, também, a construção do ramal da Cia do Vale do Rio Doce que ligará Pirapora a Unai encurtando significativamente a distância entre o Centro-Oeste e os portos de Santos e Vitória. Mas é importante que essas ferrovias venham até o DF. A construção de uma estrada de ferro ligando o Distrito Federal ao Nordeste brasileiro também deve fazer parte da agenda socialista.

Goiás já tem o segundo rebanho bovino do Brasil e cresce muito na região o plantio de algodão. Por outro lado a região compreendida entre o DF, Anápolis e Goiânia já é um dos grandes mercados consumidores do País criando condições para a implantação de um pólo industrial têxtil e de artigos de couro. O desenvolvimento da pesquisa científica realizada pela EMBRAPA e universidades federais e a alta produtividade do cerrado na agricultura e pecuária permitem à região se transformar num grande centro de agro-negócio.

Os exemplos da necessidade de cooperação são inúmeros. Vejamos o caso da saúde: durante anos, a rede pública de saúde do DF foi considerada a melhor do País. Embora comparativamente nossa situação continue boa, a verdade é que para a população a qualidade dos serviços tem caído de forma progressiva. A disputa política local leva a oposição a denunciar a perda dessa qualidade e o GDF a se justificar alegando o aumento dos atendimentos feitos a pacientes de outros Estados. O fato é que a solução definitiva dessa questão também está na integração dos governos da região com o governo federal. A implantação de programas preventivos como Saúde em Casa ou Saúde da Família e a construção de hospitais de médio porte em cidades de Goiás e Minas Gerais diminuiriam significativamente o impacto sobre a rede pública de saúde melhorando sua qualidade. E, para isso, mais uma vez é necessária a colaboração da União.

Os exemplos da necessidade de cooperação poderiam se dar na geração de empregos, no meio ambiente, no transporte, na educação, etc. O fato é que se não investirmos no Entorno, os níveis de



violência, desemprego e degradação urbana aumentarão de forma avassaladora afetando a capital federal. Processo semelhante já aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, antiga capital, especificamente na Baixada Fluminense.

Essa é uma reflexão que o PSB/DF quer trazer para todo o partido. Consideramos a integração e a cooperação além das fronteiras geográficas imprescindíveis para o desenvolvimento da região e para a preservação de Brasília na condição de capital. Por isso, conclamamos o PSB a adotar como bandeira as seguintes proposições:

- implantação efetiva da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno;
- implantação de infra-estrutura na região que permita o desenvolvimento industrial;
- criação da Agência de Desenvolvimento do Centro-Oeste como instrumento de fomento ao desenvolvimento regional.
- criação de uma frente parlamentar em defesa do DF e Entorno;

Rodrigo Rollemberg foi Deputado Distrital (1995-2002), Secretário de Turismo (1996-1998), candidato a governador do DF (2002) e atualmente é presidente do PSB-DF.

Ricardo Attuch foi Secretário-Adjunto de Turismo (1996-1997) e atualmente é secretário de articulação com o entorno da Executiva do PSB-DF.



Bumba-Meu-Boi - Reprodução Obra de Candido Portinari - Homenagem do PSB ao seu centenário

Cerrado - Questão de Segurança Nacional

Fernando Madueño
Presidente do Diretório Municipal de Pirenópolis
PSB/GO

O Cerrado, apesar de sua condição de berço das águas do continente sul americano, maior biodiversidade do mundo, e bioma de transição entre os outros biomas nacionais, tem sido, dentro do atual modelo de desenvolvimento brasileiro, o espaço físico escolhido para a implantação de mega projetos, principalmente na área agrícola e energética. Estes projetos "contribuem para manter os padrões globais de produção e consumo, já além da capacidade de reposição da biosfera." (Washington Novaes – O Estado de São Paulo – 31/10/2003) e atendem prioritariamente aos interesses de uma parcela reduzida da população, que se beneficia com os processos de concentração da renda e do consumo insustentável.

Nós, cidadãos cerratenses temos que dar um basta nesta ação prepotente e invasora, pois estamos arcando, sem compensação, com os custos econômicos, sociais, energéticos e ambientais. A expansão a qualquer custo, com base na retomada do crescimento econômico, paradoxalmente levam à estagnação econômica, ao desemprego e ao aumento das desigualdades regionais de renda.

Os serviços naturais do bioma Cerrado (produção de água doce e reserva de rica biodiversidade), precisam ser pragmaticamente preservados como estratégia de negociação. Ao invés disso, estão sendo dramaticamente depauperados, aniquilando nosso poder de barganha, comprometendo irremediavelmente a qualidade de vida na região centro-oeste, e consequentemente no continente sul americano.

A atual crise nas relações entre o Executivo

Federal e as organizações sócio-ambientais, fruto das mazelas na política ambiental que o governo Lula tem praticado, à revelia das diretrizes obstinadamente perseguidas pela sua ministra Marina Silva, evidenciam a necessidade urgente de um posicionamento consistente de nosso partido, na busca da reversão deste quadro de irresponsabilidade.

Portanto, o PSB Goiano propõe ao PSB Nacional que encampe a bandeira do Desenvolvimento Sustentável, pela mudança das matrizes energética e agrícola. Que se invista em políticas públicas que estimulem o uso de energias alternativas limpas, contra a energia nuclear, que busquem a descentralização das usinas geradoras, que se combata a cultura do desperdício, que se reverta o fluxo migratório cujo êxodo rural agrava cada dia mais a miséria urbana e a exclusão social, que se invista em agricultura familiar como contraponto às grandes monoculturas extensivas, que se posicione contra os transgênicos.

Queremos o reconhecimento do Cerrado como bioma oficial brasileiro e reserva da biosfera, como também a implementação do Corredor Ecológico Parana-Pireneus.

Apoiamos a instalação de mecanismos financeiros como o LCM's Ecológico e o MDL-Mecanismos de Desenvolvimento Limpo que, aos olhos da comunidade brasileira e internacional, estimulem a preservação do que resta do cerrado e financiem gradativamente a mudança deste paradigma.

**A PRESERVAÇÃO DO BIOMA CERRADO É
UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA NACIONAL.**



Um Lugar de Mulheres (A Política e o Poder)

Amélia Freire

PSB/RN

Coordenadora dos movimentos sociais da Secretaria Nacional de Mulheres do PSB integrante do Instituto Maria Maria / MMEC

O debate permanente da condição feminina no Brasil, com perspectivas de tornar visível a participação das mulheres na política e no poder em nosso país, e no mundo, é o compromisso. É um desafio, uma prática, e uma urgência.

Estamos no limiar de um novo paradigma, quando nos articulamos, nos movemos, alinhamos para construirmos a equidade de gênero e a justiça social. Nosso projeto deve ser macro, forte, efetivo, decisivo, para herança das gerações futuras, onde mulheres e homens possam com a garantia dos direitos iguais, obrigações iguais, amparados na Constituição Federal, inaugurar a celebração das diferenças. Ocorre que a nossa conjuntura ainda obriga-nos a conviver com as discriminações, preconceito, a invisibilidade, a violência de gênero, as desigualdades, a falta de oportunidade e a ausência de políticas públicas que contemplem efetivamente a promoção e defesa feminina. Diante deste momento que reconhecemos como um momento histórico, cabe-nos escrever a história, e a história de mulheres que transgridem, realizam e apontam a direção. A história de mulheres que são referência, exemplo e modelo. Aquelas que ocupam o poder, que inauguram a ocupação do poder, como também um espaço para mulheres, incorporam no fim, no meio para a transição que isto requer, alicerçando o cenário que possivelmente não mais será necessário distinguir pelo sexo, ou explicitar pelo sexo a ocupação destes lugares. Seremos, todavia, pois, mulheres e homens, num grande vislumbre, os artífices de um outro mundo. Um mundo fraterno, solidário e justo. Seremos a construção de uma sociedade humanizada, civilizada. Ocuparemos os postos respeitando todos e todas que nele convivam. Não haverá desnível provocado por termos nascido mulheres, ou condições mais favoráveis por termos nascido homens. Todavia, o poder será de mulheres e homens e, a política, exercida no palco democrático dos debates e conquistas.

Nos anos oitenta, à luz dos embates e da arrancada na luta pela efetivação dos movimentos sociais, a entrada das mulheres em lugares de poder foi explicitada. Naquela conjuntura destacou-se a ausência destas no poder e na esfera pública, contudo,

o Estado do Rio Grande do Norte que se apresenta como vanguarda no Brasil com história de mulheres no poder, saiu na frente fazendo de Alzira Soriano a primeira prefeita da América Latina, primeira prefeita das Américas – em 1928, na cidade de Lages. Aqui, no Rio Grande do Norte a primeira eleitora Celina Guimarães Viana, na cidade de Mossoró antecipa este direito como um marco e conquistista. Maria do Céu Fernandes, apresenta-se como uma das três mulheres eleitas deputadas estaduais no país em 1934. Como poderíamos não falar na grande feminista, abolicionista, educadora e escritora Nísia Floresta Brasileira Augusta, que transpôs todas as barreiras e galgou um lugar de destaque e honradez no meio intelectual e político do mundo. Este Estado é fatalmente lembrado em todos os estudos referentes a condição feminina no Brasil, e em especial, a participação das mulheres no poder. Porém, a tradução deste pioneirismo na prática caminha em escalas inferiores ao almejado. Em 1986, em ocasião da Assembleia Nacional Constituinte (O RN marcou presença com a participação da nossa primeira Deputada Federal, atual Governadora pelo PSB – Wilma Maria de Faria), a bancada do lobby do baton extrapolou os limites, revolucionou as convenções e cumpriu um papel fundamental na ausculta das lideranças feministas e do movimento organizado de mulheres do Brasil, fazendo prover na lei a consolidação dos direitos da mulher. Aquela experiência cumpriu para todas que participaram deste momento um exercício da luta feminina e orgulho da tarefa cumprida. Revelou-se como um troféu. Como modelo, esforço, parceria e compromisso na busca dos direitos humanos, contemplando as mulheres particularmente. Como bem diz a Deputada Federal do Partido Socialista Brasileiro - PSB do Estado de São Paulo, Luíza Erundina: “É preciso gostar do poder” e acrescentamos; é preciso gostar do poder e transformar o poder. É urgente incorporá-lo na perspectiva de um lugar para mulheres, um lugar de dignidade feminina. Cabe-nos estabelecer a diferença. A nossa condição feminina, entre tudo, norteia os melhores sentimentos, considerando a compreensão de séculos de dominação. Teremos que contribuir com a escrita do novo tempo e do novo mundo. Um outro mundo tem que ser possível, alavancado decisivamente

por mulheres e homens irmanados no mesmo propósito e nas mesmas convicções.

Este momento nos confere efetivas possibilidades. As mulheres devem estar cientes do papel a desempenhar. Haveremos de consolidar os direitos das mulheres. Haveremos de promover a condição feminina. Haveremos de incorporar um diálogo sadio, fluente entre os pares e colaborarmos para a efetiva democracia nos espaços público e privado. Há, contudo, enormes desafios. Urge consolidar a Reforma Política que deverá tornar menos doloroso a inserção

das mulheres na política, levando as militantes do dia a dia ao poder, ao exercício de sua liderança. Precisamos promover mais amíúde o debate e vivência partidária alimentando a prática de ocupação de espaços de decisão nos partidos políticos e nas esferas de decisão das instituições governamentais. Acreditamos que, somente o envolvimento efetivo, a prática política, e o desempenho das potencialidades em correr os riscos inerentes a missão, farão com que as mulheres consolidem, confirmem, definam uma maior participação na vida pública e no poder.



Baiana - Reprodução Obra de Candido Portinari - Homenagem do PSB ao seu centenário



A Importância da Participação Política das Mulheres

Mari Machado

Secretária Nacional de Mulheres Partido Socialista Brasileiro

O surgimento dos partidos políticos no século dezenove se dá em meio a uma conjuntura histórica de exclusão das mulheres nas mais diversas áreas de atuação da sociedade. Portanto, o espaço nos partidos foi, desde o início, ocupado pelos homens e, majoritariamente, assim o é até hoje. Se o espaço estava ocupado pelos homens, para que as mulheres pudessem ocupá-los foi preciso disputá-lo com a maioria masculina.

A participação política das mulheres foi de fato intensificada no final da década de 80 e nos anos noventa, a partir do fortalecimento da presença de mulheres nos meios acadêmicos, nos movimentos feministas e no mercado de trabalho. Vários partidos políticos iniciam a implementação de políticas internas que facilitem a apropriação do espaço político pelas mulheres, como a política de cotas nas direções partidárias, por exemplo.

Os compromissos dos partidos com as mulheres, no entanto, se dão de diversas formas, as estratégias têm matizes diferentes. O compromisso pode ser apenas de retórica, o partido assume o discurso em favor da mulher, mas não o coloca em prática. Pode ser de oportunidade, quando o partido realiza investimentos que se traduzem na participação das mulheres no partido ou em eleições. Ou ainda a estratégia do partido pode ser de discriminação positiva, quando adota políticas internas, abrindo espaços institucionais para participação das mulheres no poder.

A aplicação desta ou daquela estratégia vai depender do grau de organização das mulheres internamente no partido, pois quanto mais organizadas as mulheres estiverem, mais poder de influenciar nas decisões da direção partidária elas terão. E também vai depender do nível de organização nacional que o partido tiver, pois um partido forte nacionalmente tende a fazer com que as decisões tomadas também sejam fortes e orientadoras da atuação do partido em todos os níveis.

Apesar dos diversos obstáculos enfrentados pelas mulheres para participar efetivamente, que vão desde o padrão estabelecido de que é normal que os homens sejam militantes partidários até o fato de que existe uma forte cultura conservadora na sociedade que estabelece papéis diferenciados para homens e mulheres, sendo que para a mulher cabe um papel subalterno, de menor importância, ainda assim é fundamental que lutemos na busca de espaço. É importante porque os partidos políticos são o único meio de disputar o poder. Eles são o canal de mediação entre a sociedade e o poder constituído do Estado. Embora a dinâmica da sociedade seja intensa e os partidos políticos tenham dificuldade para acompanhá-la, é através desse instrumento que se

estrutura a democracia e é legitimada a representação política.

É preciso, contudo, mudar a lógica conservadora existente nos partidos, bem como na sociedade em geral, de que é “natural” que apenas os homens estejam no centro das decisões políticas. Na hora de decidir uma nominata de candidatos, por exemplo, as direções partidárias levam em conta diversos fatores que são naturalmente prejudiciais às mulheres: base eleitoral constituída, trajetória no partido. E estas são dificuldades existentes justamente por causa do papel histórico que foi delegado às mulheres na sociedade, uma vez que elas não possuem as mesmas condições dadas ao homem de militância e participação.

As mulheres são em sua maioria as responsáveis pela administração da casa e educação dos filhos, sem falar que apenas nos últimos tempos elas tiveram acesso à qualificação profissional e ao mercado de trabalho. A grande maioria foi, inclusive, educada para “cuidar do lar”, enquanto ao homem cabe “ir para a rua”.

Portanto, nós mulheres e homens que integramos um partido de ideologia de esquerda, cujo ideário almeja a construção de uma sociedade socialista, precisamos avançar em políticas internas que possibilitem uma maior inserção das mulheres na política. A criação de uma secretaria de mulheres foi um importante passo nesse sentido, mas é preciso buscar mais, pois ainda somos poucas nas direções partidárias, embora representemos muito no quadro de filiados do PSB. Afirmar nossa organização interna e nossa participação no movimento de mulheres é fundamental, não apenas para dar visibilidade à nossa atuação, como também para conquistar o reconhecimento do partido como um todo de que é preciso ter um olhar diferenciado para as mulheres, que são mais de 50% da população brasileira e quase 50% do eleitorado.

Ao conquistar espaços nos partidos temos, todavia, que ter o cuidado de não nos isolarmos fazendo apenas a política em defesa dos nossos direitos e tornando-nos “um cantinho das mulheres”. Temos que estar inseridas na construção do projeto do partido como um todo, instrumento fundamental de mudança da sociedade e ainda, em total sintonia com os movimentos.

Para além das exigências da legislação eleitoral, o PSB deve caminhar para o incentivo permanente da participação política das mulheres, através do estabelecimento de políticas claras de abertura de espaço nas instâncias decisórias do partido, da defesa de políticas públicas nos programas de governo, e da adoção de bandeiras como a criação de Secretarias de Mulheres nos governos municipais e estaduais que elegemos.

O PSB Frente às Desigualdades Raciais

Professora Jacy Proença

Coordenadora de Etnia da Secretaria Nacional de Mulheres do PSB, Diretora Geral da FIM/MT e Gerente de Projetos da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/Presidência da República.

Recentemente foi divulgado a posição do Brasil no ranking mundial em relação ao I.D.H - Índice de Desenvolvimento Humano. De 74º passou a ocupar o 69º lugar, o que não veio significar uma melhor distribuição da renda e da riqueza.

No século XX o Brasil revelou o seu potencial de expansão na economia, mas, ao mesmo tempo mostrou a sua tendência concentracionista.

Se considerarmos alguns indicadores, como o da pobreza, relacionada à desigualdade, o que geralmente não é considerado, se perceberá com mais evidência a afirmativa acima.

Percebe-se, por exemplo, se adotarmos o critério de pobreza relativa, período de 1992 a 2001, o aumento da população abaixo da linha de pobreza foi mais expressivo, passando de 67,9 milhões para 80,7 milhões, ou seja, uma elevação de 18,8%, o que representou um acréscimo de quase 12,8 milhões.

Ao se ampliar à análise sobre a pobreza relativa com o recorte combinado de gênero e étnico/racial, percebe-se-á que a distribuição da pobreza é semelhante entre homens e mulheres – 49,1% das mulheres são pobres no Brasil e 48% no caso dos homens. O mesmo não acontece no critério racial. Percebe-se que para uma participação de negras na população total 46% no país, segundo o IBGE, o mesmo grupo racial responde por 61% dos pobres e apenas 17% dos ricos.

Nessa perspectiva, podemos observar que 47,3% das mulheres negras vivem em condição de pobreza contra 22,4% das mulheres brancas. Na região nordeste, registra-se em situação de pobreza, 46,4% para mulheres brancas e 62% para as mulheres negras, no que diz respeito à indigência, encontramos mulheres e homens negras exibindo os percentuais mais elevados. Assim, em 2001, 47% das negras eram pobres e 21,2% indigentes. Em relação à população branca, 22,4% e 8,4% puderam ser enquadrados, respectivamente como pobres e indigentes. Sabe-se, também, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNAD, que se o IDH fosse em relação a população branca, o Brasil ocuparia a 43ª posição no ranking mundial, em relação a população negra a posição desceria para 108ª.

Se considerarmos outro indicador, a posição na ocupação, observa-se uma predominância significativa do emprego assalariado na ocupação para os homens

de 59% do total, contra 46,8% das mulheres. As ocupações como a de contra-própria e empregador confirmam a predominância masculina em ocupações de direção, por outro lado, percebe-se que ocupações como trabalho doméstico e o trabalho não remunerado em atividades de natureza familiar continuam caracterizando a inserção da mão-de-obra feminina.

Em relação à raça/cor, a distribuição das negras e não-negras no emprego com carteira e sem carteira confirma a inserção precária das negras no mercado de trabalho. Enquanto 40,5% dos brancos estão em ocupações formais, apenas 29,9% das negras encontram-se nesta situação. Paralelamente vale ressaltar, que se considerarmos apenas a população negra ocupada, o percentual dos que percebem uma renda inferior a dois salários mínimos é de 86,4%.

Ao cruzar ainda a variável raça/gênero, percebe-se que o desemprego afeta mais diretamente justamente as mulheres negras – taxa de desemprego de 13,9% – ficando os homens brancos na outra situação extrema, com uma taxa de 6,7%. No plano intermediário, o desemprego das mulheres brancas é maior que o dos homens negros, 10,3% contra 8,4%.

Ao centrar a análise na média de rendimento domiciliar, conforme dados do IBGE/PNAD, constata-se que o rendimento das famílias brancas, em 2001, era 2,3 vezes superior (R\$ 481,60) ao das famílias negras (R\$ 205,40).

Analisando outro indicador importante, o da Educação, observamos que a taxa de analfabetismo para pessoas de 15 anos ou mais, idade utilizada para comparação internacional, ainda é duas vezes mais elevada para as negras, 18%, do que para os brancos, 8%. Ao adotar na análise o recorte de gênero/raça combinado com o etário, percebe-se que 8% dos meninos negros entre 10 e 14 anos estão na condição de analfabetos e os meninos brancos em 2,4%. No Caso das meninas, 4,5% das negras estão na condição de analfabetas enquanto que as brancas, 1,3%. Para os homens negros o índice é de 15,7% e para os brancos, 5,2%. Entre as mulheres negras, 12,1% e 4,1% das mulheres brancas são analfabetas. Ou seja, a taxa de analfabetismo é três vezes mais elevada tanto para homens quanto mulheres negras.

Considerando a média de anos de estudos entre brancas e negras, a população entre 25 e 44 anos, a



média de população negra é de 5,8 anos de estudo e da população branca é de 8,1 anos de estudos – uma diferença de 2,3 anos de estudos entre um e outro.

Adotando as pessoas com 15 a 17 anos de estudo, ou seja, aquelas que possuem nível superior e/ou estudo adicional de pós-graduação, constatamos que temos apenas 2,5% de negras enquanto as brancas chegam à taxa de 10% – quatro vezes mais elevada.

Em relação à moradia, o elevado percentual de negras em áreas de assentamento subnormais expressa essa desigualdade.

Em 2001, 1.722.016 pessoas viviam em favelas, destes 1.030.419 são negras, ou seja, 59,8%.

Uma série de outros indicadores com recortes variados poderiam ser revelados, mas o propósito de se trazer informações obtidas por processos científicos, pesquisas realizadas por organismos de governo, vem no sentido de se obter uma melhor visão da realidade e permitir perceber com maior nitidez a posição fragilizada de mulheres e homens negras e, ao mesmo tempo demonstrar a dimensão étnico/racial da desigualdade no Brasil. Chamar a atenção de gestores públicos do partido na tomada de decisão frente à elaboração e execução de políticas públicas que venham a atender as necessidades reais da maioria da população, também se torna objetivo.

Reconhecer as dimensões mais profundas das carências sociais tem méritos inegáveis, mas desconsiderar as desigualdades sociais enquanto resultantes do perfil de concentração de renda no país e da discriminação étnico/racial e de gênero, tornaria-se irremediável do ponto de vista político, principalmente para um partido como o PSB, que traz no seu manifesto e programa o reconhecimento da

comprovada exclusão, opressão a que segmentos da sociedade estão submetidos por conta da discriminação.

Assim, mais do que importante, necessário se faz possibilitar e apoiar a organicidade das militantes negras no PSB, de modo a virem intervir na construção e fortalecimento do partido, seja através da formulação e orientações políticas que venham contribuir com a Direção e/ou detentores de mandato do partido.

Com base no exposto, o que se propõe para a operacionalização desse entendimento é que:

1) O partido se defina em apoiar política e financeiramente a realização de um Encontro Nacional com a militância negra do PSB, para tratar da questão étnico/racial no Brasil e se constituir num referencial teórico, com o apoio da Fund. “João Mangabeira” e Sec. Nac. de Mulheres/Coord. de Etnia;

2) O PSB reconheça a necessidade e possibilite a constituição de uma Coordenação Provisória para o Movimento Negro Socialista, que atuará na perspectiva de se consolidar em caráter permanente no prazo de 02 anos, ou seja, até 2005.

3) O partido publice as construções teóricas do Movimento Negro Socialista às Direções, Mandatários e Bases Partidárias, através de espaço na revista Argumento, dos cadernos editados e/ou boletim próprio a ser formatado.

Cabe ressaltar, que a organicidade das militantes negras no PSB não se constitui em entendimento desconexo, sem propósito. Pelo contrário, ela vai de encontro a uma exigência partidária e estrutural, expressa, como já dito, no seu Manifesto e Programa. Além do mais a própria conjuntura exige capacidade de organização e intervenção e que esta se dê por parte da 2ª maior força popular do país – o PSB.

Teses da CMS-Nacional ao IX Congresso Nacional do PSB

CMS – NACIONAL - Jolison Cardoso – Secretário Nacional Sindical, Francisco Assis – Coordenador da Região Norte, Francisco Nogueira – Coordenador da Região Centro-Oeste, Manoel Costa – Coordenador da Região Nordeste, Ricardo Nascimento – coordenador da Região Sudeste, Vicente Celistre – Coordenador da Região Sul, João Bosco – Assessor, Celso Pansera – Assessor, Mauri Rammes – RS, Carlos “Breik” – RS / **Secretários Estaduais Sindicais** - Antônio Luiz – AM, Leonides Lima – DF, Luciano Moura – CE, Gesimar Soares – GO, Moises Mendes – MA, Luiz Carlos Nogueira – MS, Francisco de Assis – PA, Bismark Medeiros – PE, David Loureiro – PI, Jolison Cardoso – RJ, Valdemar da Silva – RS, Izio Inácio – SC, Marcos Almeida – TO

Introdução

Neste momento político decisivo para os trabalhadores do Brasil, a CMS-Nacional, através da Corrente SSB – Sindicalismo Socialista Brasileiro apresenta-se como uma alternativa para o movimento sindical do país. Neste IX Congresso Nacional do PSB, os sindicalistas do PSB juntam-se àqueles que lutam por melhores condições de vida no Brasil e no mundo.

Nossos militantes são lutadores das causas dos trabalhadores, como a defesa do emprego, salários dignos, melhores condições de vida e cidadania. Defendemos também a soberania nacional, materializada hoje na luta contra a ALCA e contra a entrega da Base de Alcântara, no Maranhão, à agência espacial norte-americana (Nasa), e a favor da auditoria da dívida externa brasileira.

No plano nacional, estamos propondo debates fundamentais para o governo Lula, como o salário mínimo digno, recomposição dos salários para o funcionalismo público e a criação de um novo código de trabalho, que garanta as conquistas históricas da classe trabalhadora e incorpore questões pontuais visando combater a concentração de renda e o desemprego. Pela redução da jornada de trabalho.

Nos sindicatos, defendemos a democracia para lutar, como o estabelecimento de direções colegiadas nas entidades, a proporcionalidade e a unicidade sindical.

Estamos organizados no PSB como Coordenação do Movimento Sindical – CMS e nos sindicatos como a corrente SSB – Sindicalismo Socialista Brasileiro.

I - Conjuntura

A vitória eleitoral de LULA abriu um novo momento político no país e, conseqüentemente, para o sindicalismo. Se antes estivemos no enfrentamento aos governos militares e aos governos Sarney, Collor, Itamar e FHC, agora somos parte de um processo político que elegeu um presidente que veio do chão da fábrica, fruto do acúmulo de forças políticas e um longo processo de lutas por democracia e conquistas sociais.

Assim como a grande maioria das correntes e militantes que atuam nos sindicatos e entidades populares, ao apoiarmos Lula, assumimos compromissos implícitos com a nova conjuntura que se instala a partir da sua eleição. É preciso explicitar tais compromissos para que possamos evoluir rumo ao consenso no interior dos movimentos populares. O consenso deve se dar em torno de pontos fundamentais da aliança que possibilitará a governabilidade do mandato do Presidente Lula, com o objetivo de assegurar a coerência das decisões e encaminhamentos de governo.

Temos muitos pontos em comum com Lula, explicitados em campanhas realizadas anteriormente. Lutamos para resolver os problemas sociais de nosso País. Queremos mais. Queremos a ruptura do sistema capitalista que se abateu sobre o nosso povo. Queremos o Socialismo. No entanto, reconhecer as convergências, implica também dizer que temos divergências expressas no dia-a-dia dos sindicatos, nas entidades e nos processos de luta dos trabalhadores. Nos identificamos com todo este processo histórico, não significa passar um “cheque em branco” para o Presidente Lula.

As decisões tomadas pelo governo na área econômica, já sinalizam que os acordos feitos no período eleitoral foram mais amplos dos anunciados pelo candidato. A elevação para 4,25% do PIB, como meta para o superávit primário, índice mantido no projeto de Orçamento Plurianual até 2005, demonstra que a política econômica, em essência, é a mesma praticada por FHC, subjugando as necessidades de investimentos internos e redistribuição de renda às exigências dos bancos e do capital internacional.

Podemos dizer o mesmo da política fiscal definida pelo Comitê de Política Monetária, que somente agora o governo, timidamente, aponta para a redução dos juros para 17,5%.

E pior: para argumentar a justeza desta política excludente que tanto combatemos nos últimos anos, o governo vêm usando velhos e conhecidos argumentos,



como o de que, primeiro o Brasil precisa organizar a economia e ganhar a confiança dos chamados “mercados”, para só depois premiar o povo brasileiro com a distribuição de renda e melhores condições de vida.

Aumentar salário é distribuir renda

As pesquisas indicam que a maioria da população confia no Presidente. Para manter o apoio popular, o governo precisa sinalizar para a maioria da população como irá resolver os problemas emergenciais, como o desemprego e a fome.

Neste campo, duas medidas iniciais são preocupantes: o salário mínimo fixado em R\$ 240,00 e a proposta de aumento irrisório para 2004, abaixo das expectativas e necessidades do povo; da mesma forma, o aumento de 1% proposto ao funcionalismo público federal. Este índice soa como humilhação aos servidores públicos que amargam sete anos de salários congelados. Além disso, cria um patamar de referência rebaixado para os demais níveis do poder público (estados e municípios), bem como para acordos salariais a serem negociados com a iniciativa privada.

O Governo Lula e a questão nacional e internacional

Não se deve, porém, ignorar os obstáculos que se opõem a uma reversão da situação atual, interna e externa.

Historicamente a bandeira da internacionalização esteve no mundo inteiro nas mãos das forças da vanguarda socialista sob o argumento, válido ainda hoje, de que devemos construir a união dos povos contra os opressores, de lutar pela convivência pacífica de toda a humanidade, baseada na distribuição justa das riquezas e na solidariedade. Nada disso têm a ver com a que o sistema financeiro internacional quer impingir ao mundo.

O sistema financeiro utiliza-se de métodos ditatoriais, montando estruturas que condicionam os governos e impondo-lhes rumos que vão servir aos interesses do próprio sistema, que anulam os benefícios efetivos das frágeis democracias que os povos tentam construir em cada país.

Para não irmos longe, basta ver o que foi noticiado pelo *Wall Street Journal*, em 14 de agosto/2002, sobre o acordo do governo brasileiro com o FMI: “O empréstimo do FMI está estruturado de tal maneira que os candidatos da esquerda, favoritos na pesquisa [naquela data], Lula e Ciro Gomes, deverão continuar a política conservadora do presidente Fernando Henrique Cardoso”. O sistema financeiro globaliza com vistas a gerar barreiras e estrangulamentos que impedem o desenvolvimento dos povos e dos países.

Essa é uma armadilha de curto prazo que se casa

com a de longo prazo, aperfeiçoada nesses oito anos da “Era FHC”. Custa a crer que esses fundamentalistas do mercado, capitaneados pelo Fundo Monetário Internacional, queiram afrouxar as amarras que representam os compromissos internacionais assumidos pelo País, que, para serem atendidos, limitam o atendimento às necessidades e demandas do povo brasileiro.

O Brasil e os exemplos de outros países

A negociação com vistas à criação de um consenso nacional em torno de uma agenda mínima precisa ser tentada e deve ser apoiada, embora infelizmente não haja exemplo de sucesso nas tentativas empreendidas por outros países. Os que escaparam das amarras criadas pelo sistema financeiro internacional e defendidas pelas elites políticas, buscaram gerar a tempo condições para negociar em posição de força, ou pelo menos, de uma maior autonomia, o que não é fácil e demanda a mobilização da sociedade.

A Índia e a China mantiveram controle sobre os capitais externos. A Malásia sustou a repatriação de capitais estrangeiros, baixou juros, interferiu na reconstrução das empresas.

Os países que não seguiram os programas do FMI, adiando cautelosamente uma total liberalização do mercado de capitais e abrindo-se lentamente ao mercado internacional, estão, em melhor situação, com menor vulnerabilidade externa e maior possibilidade de estabelecerem políticas de desenvolvimento sustentáveis. As condições políticas e sociais daqueles países possibilitaram uma junção de forças políticas e sociais capazes de dar sustentação às medidas adotadas.

Enquanto isso no Brasil, na “era FHC”, foi feito o contrário: subiram-se os juros, eliminaram-se os controles sobre os capitais, derrubaram-se as barreiras comerciais e diminuiu-se a ação do Estado.

Aqui, a opinião pública foi submetida a uma sistemática campanha publicitária que visava tornar os princípios do Consenso de Washington – privatização, estado mínimo, liberalização da economia – como o único caminho a ser seguido. O processo de privatização acelerada da maior parte do patrimônio nacional foi assim, de certo modo, apoiado pela opinião pública influenciada pela mídia.

Entretanto, os resultados das últimas eleições indicam, sem a menor dúvida, um crescente descontentamento com a política instalada por Collor e consolidada por FHC, ainda que não signifique a unificação de forças em torno de uma proposta política de profunda modificação do quadro atual.

A ausência de uma proposta política afirmativa de mudanças estruturais talvez decorra da suposição de que as camadas médias e, sobretudo as elites pudessem reagir, lançando-se com todas as suas forças na preservação da política atual. O que é corroborado pela



história recente do País, onde Golpes de Estado aconteceram durante a segunda metade do século passado. Como os golpes estão mais difíceis em razão da falta de apoio Internacional a essas aventuras na América Latina e da dispersão das forças armadas, valem-se do poder da mídia como uma arma para a sustentação da mesma política.

Não à ALCA

Visando a criação da área de Livre Comércio das Américas, os Estados Unidos da América do Norte com a ajuda do presidente do México, Vicente Fox, começou a colocar em prática o Plano Puebla- Panamá (PPP) que em sua essência física consta da instalação de antenas de transmissão elétrica e transmissão telefônica além da construção de super-rodovias em uma extensão de 7.500 quilômetros.

O Plano Puebla-Panamá atingirá nove Estados do sul-sudeste do México, mais sete países da América Central – Guatemala, El Salvador, Belize, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e Panamá. Essa região, que é conhecida como Istmo Americano, freqüentemente atingido por terremotos e enchentes, possui uma população de 64 milhões e um PIB em conjunto de US\$ 151 bilhões. A isso corresponde a 7,6 % da população; 1,3% do PIB e 2,4% das Américas. A estrada passará também pelo Estado de Chiapas, onde opera desde 1994, o Exército Zapatista.

No aspecto econômico é uma área onde não são grandes as possibilidades de um mercado consumidor, com mão de obra extremamente barata. E, apesar disso, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) garantiu US\$ 4 bilhões, já tendo sido liberado US\$ 1,2 bilhões para as obras.

No plano político, os objetivos são a desarticulação da resistência Zapatista e procura fazer uma “linha direta” um “corredor viário” que ligará essa linha à Rodovia Pan-Americana, que, pelos Andes, sai do Chile até a América Central.

Se observarmos com o cuidado necessário, não é difícil perceber que todo o comércio viário nas Américas tenderá a ocorrer pelo lado andino e norte do continente. Isso tende a isolar o Brasil, enfraquecê-lo e forçá-lo a aderir a ALCA.

Empobrecimento e dependência econômica – Na avaliação dos sindicalistas da CMS-Nacional, o ingresso do Brasil na ALCA, trará ao Brasil empobrecimento econômico e dependência política aos Estados Unidos. Basta ver o exemplo do México. No norte do país, onde empresas norte-americanas se instalaram a partir da criação do NAFTA, a miséria é crescente e os salários pagos são aviltantes. O último aumento salarial da região foi em média e 2 pesos (US\$ 0,20) ao dia.

Tampouco há crescimento tecnológico e avanço

em pesquisas de ponta, pois é sabido que o Estado e as indústrias norte-americanas não costumam transferir tecnologia, e sim, implantar apenas linhas de produção que cumpram apenas as rotinas mais extenuantes e simples dos processos de industrialização.

Somos pelo fortalecimento do Mercosul e pela luta contra as regras injustas estabelecidas pela OMC (Organização Mundial do Comércio), que permitem aos EUA o estabelecimento de vetos aos produtos exportados pelos países em desenvolvimento.

Em defesa da soberania nacional

Um projeto de soberania nacional não passa apenas pelos acordos comerciais. O possível acordo para o uso do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), é outro item que preocupa e encontra oposição dos militantes sindicalistas do PSB.

Criado em 1980 e com 620km² de extensão, a base de Alcântara, é tida por especialistas como a melhor do mundo, dada à sua localização geográfica o que permite lançamentos de foguetes com uma economia em combustível equivalente a 30%. Apesar disso, o CLA tem recebido pouquíssima atenção de diversos governos nesses 22 anos.

Porém, é impossível continuarmos ausentes desse debate em assumir uma franca posição a última tentativa de se criar um “enclave” de qualquer país sobre a nossa nação.

Quando em acordos firmados com a Rússia, o governo dos Estados Unidos se comprometeu a repassar às autoridades daquele país informações sobre materiais tóxicos ou danosos à saúde pública e ao meio ambiente, sobre material radioativo e emissões eletromagnéticas que pertençam a equipamentos americanos e que possam ser liberados por explosão ou lançamentos fracassados.

Como podemos aceitar que no acordo proposto a nós brasileiros se inclua a criação de “áreas restritas” no CLA. O acordo proposto pelo governo FHC com os EUA, entre outras coisas, contém: a) proibição de usar o dinheiro dos lançamentos no desenvolvimento de veículos lançadores; b) proibição de cooperar com países que não sejam membros do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis; c) possibilidade de veto unilateral de lançamentos; d) obrigatoriedade de assinar novos acordos de salvaguardar com outros países, de modo a obstaculizar a cooperação tecnológica.

O acordo assinado com a Ucrânia pode ser um caminho. Repensemos as nossas relações com outros países em nome de nossa soberania. Reciprocidade absoluta no uso de tecnologia de ponta é um grande passo que podemos e devemos exigir do governo que em janeiro tomou posse.



II - O Movimento Sindical do PSB e as Reformas

Estes são os principais itens que a CMS-Nacional defende para as reformas em curso:

Reforma Trabalhista e Sindical

Propomos o combate a precarização e a flexibilização das leis trabalhistas, “**Respeito à Carteira de Trabalho**”.

- criação de um fórum nacional do trabalho, composto por amplos setores do movimento operário e popular, com a tarefa de elaborar um novo código do trabalho, garantindo e ampliando os atuais direitos, independentemente do fórum oficial do governo;
- **pela redução da jornada de trabalho, sem redução de direitos;**
- pelo fim do contrato de trabalho temporário e o banco de horas;
- regulamentação das cooperativas, contra os desvios praticados atualmente;
- alteração da Lei de Falência, garantindo a prioridade para o pagamento dos débitos trabalhistas;
- o FAT deve ser utilizado em políticas de combate ao desemprego e a aquisição do primeiro emprego;
- organização por local de trabalho;
- servidor público – direito à data base e negociação coletiva;
- reconhecer as centrais sindicais;
- unicidade sindical;

Reforma do Sistema Financeiro

- Contra a autonomia do Banco Central – O BC deve estabelecer políticas públicas que visem à melhoria da qualidade de vida da população brasileira, redistribuindo a renda, sob controle do governo, e não controlado por banqueiros e seus interesses;
- Por uma política de redução nas taxas de juros. Contra os lucros exorbitantes do sistema financeiro e a espoliação do povo.

Reforma da Previdência

Partimos da convicção de que a Previdência Social não só é viável, mas também fundamental para a construção de cidadania entre os brasileiros. A Previdência Social tem papel definitivo na melhoria dos indicadores sociais, pois a ampliação de seus benefícios reduz a necessidade de programas assistenciais especí-

fícos para certas camadas da população uma vez que é sempre preferível, por razões econômicas e de cidadania, a adoção de mecanismos semi-contributivos a es-
quemass assistenciais.

Somos contrários às tentativas de privatização da Previdência Social, objetivo que está embutido na omissão e no descaso com que governos passados vinham tratando o tema. É importante firmarmos também compromisso inarredável com a manutenção e a garantia dos direitos dos trabalhadores e a disposição de luta contra todas as tentativas de reduzir esses direitos. A questão previdenciária poderá ser resolvida, com ampla participação da sociedade, através de ações efetivas em três frentes:

- Esforço nacional de resgate da credibilidade da Previdência
- Criação de eficazes mecanismos de controle social (inclusive mediante a implementação da gestão quadripartite, já prevista na Constituição, mas não implantada)
- Ampliação emergencial da base contribuinte (incluindo a criação de incentivos econômicos de curto prazo para estimular a filiação de pobres e autônomos).

Nossas propostas:

- *Choque de credibilidade; Programa de combate à fraude; Política de qualificação dos funcionários da previdência;*

Reforma Agrária

A predominância da grande propriedade como fator determinante das relações sociais e da organização da produção no campo brasileiro é, como se sabe, tão antiga quanto a existência do nosso país. Também é antiga a demanda por Reforma Agrária. E igualmente antiga – além de sempre reiterada – a propaganda de sucessivos governos que anunciam intenções, esforços e ações aparentemente eficazes para resolver a questão, entretanto, há um abismo entre a propaganda e a realidade agrária no Brasil.

Nas últimas décadas, o problema da posse da terra tem-se agravado, não obstante o discurso de muitos economistas neoliberais anunciar ter-se esgotado o tempo histórico da Reforma Agrária. Segundo seus argumentos, o Brasil se tornou predominantemente urbano, passando a contar com uma agricultura capitalista de alta produtividade.

Nos últimos anos, paralelamente à concentração de rendas, intensificou-se o processo de concentração de terras, tornando-se a agropecuária brasileira fortemente subordinada aos interesses do grande capital industrial e financeiro. Esse distorcido ‘processo de modernização’ tem sido responsável por um alto grau de fragilidade estrutural à economia brasileira como um

todo, do que cumpre citar apenas mais de 40 milhões de excluídos do âmbito da economia.

A modernização atual é muito seletiva. Como regra, a produção de alimentos ficou para trás, resultado de um processo que beneficiou essencialmente a agricultura de exportação. E uma herança da fase primário-exportadora que predominou na maior parte de nossa história. Nos países desenvolvidos, principalmente na Europa, ocorreu o inverso: neles, o segmento agrícola considerado mais importante sempre foi, e continua sendo, aquele orientado para os respectivos mercados internos, pois o barateamento do custo da alimentação desempenhou papel decisivo na integração de suas populações ao mercado de consumo de todos os bens.

No Brasil, a desestruturação da policultura tradicional não deu lugar a uma moderna agricultura baseada na pequena e média produção – independente ou cooperativa –, que seria capaz de assegurar ocupação estável da terra. Como consequência, reduziram-se dramaticamente as oportunidades de emprego no campo, por causa da crescente mecanização, e grande parte da população empregada na agropecuária se urbanizou, com a expulsão em massa de trabalhadores residentes e sua transformação em diaristas.

Nas últimas décadas, com a migração maciça de populações, a questão agrária se desdobrou em uma dramática questão urbana, que não poderá ser solucionada sem que se alterem as condições existentes no mundo rural. A maior mobilidade da população brasileira tem sido acompanhada de um paradoxo aparente: provoca ocupação mais extensiva do território, mas tem aumentado a concentração de pessoas em áreas restritas. E muito rápida a velocidade de urbanização das novas regiões habitadas. A população se espalha e, pouco depois, por falta de alternativas no meio rural, se concentra de novo.

Tudo isso convergiu para produzir uma aguda – e, para muitos, surpreendente – re-atualização da questão agrária. Aliás, recolocada na agenda política do Brasil contemporâneo pela mobilização dos próprios trabalhadores rurais através principalmente, do MST. Uma re-atualização em novos moldes, como não poderia deixar de ser, pois o cenário do mundo rural brasileiro apresenta diferenças marcantes em relação ao que existia em outros momentos de nossa história.

A agricultura familiar que em algumas regiões, especialmente no Sul, havia sido incorporada à vaga de modernização nas décadas de 1960 e 1970, atravessa grandes dificuldades. A renda média dos agricultores vinculados ao mercado interno desabou. As cadeias agroindustriais tornaram-se mais seletivas. A disponibilidade de crédito rural diminuiu consideravelmente.

Tudo isso se soma a um movimento estrutural e territorial de grande alcance: Os pólos de expansão da

agricultura moderna, baseada na moto-mecanização, deslocaram-se para o Centro-Oeste e o Cerrado Setentrional, onde a produção de grãos para exportação é bem mais barata. Nessas áreas, que apresentam baixa densidade populacional e que se prestam à produção em larga escala, a agricultura empresarial vem se expandindo com mínima geração de empregos.

A necessidade da Reforma Agrária

O IBGE informa que, numa ponta, 53% dos proprietários detêm menos de 3% da área agrícola; na outra, menos de 1% detêm 44% dessa área. Em uma ótica mais abrangente, a concentração, na verdade, é muito maior, pois esses números deixam de fora milhões de famílias de trabalhadores rurais que não têm nenhuma terra. Dependendo dos critérios usados, as estimativas variam de 2,5 milhões a 4 milhões de famílias de trabalhadores sem terra. A maior parte delas já mora nas periferias das cidades, sendo por isso recenseada como famílias urbanas, mas que ainda continuam trabalhando principalmente nas áreas rurais. Cerca de 102 mil famílias, totalizando 400 mil pessoas, vivem em acampamentos à beira de estradas, mobilizadas na luta pela terra.

Dentre os proprietários de estabelecimentos muito grandes, com áreas superiores a 10 mil hectares, nota-se a presença de grupos industriais e financeiros sem vocação para a agricultura, que usam a terra como reserva de valor. Um grupo de doze empresas industriais e onze bancos detêm mais de 13 milhões de hectares, dos quais 10 milhões permanecem sem utilização.

Na média, o Brasil utiliza com lavouras apenas 14% de sua área agrícola total, mantendo na ociosidade mais de 100 milhões de hectares bons. Tal uso pouco intensivo da terra, como se vê, tem relação direta com a predominância da grande propriedade.

Assim, os estabelecimentos com menos de 100 hectares (nos quais predomina a agricultura familiar) ocupam menos de um terço da área total, mas realizam 38% do investimento, empregam 81% da mão-de-obra ocupada no meio rural e respondem por 47% do valor da produção agropecuária (incluindo-se aí o suprimento de 56% de alimentos e matérias-primas vegetais e de 67% da oferta interna de alimentos de origem animal). Além disso, a propriedade familiar é por natureza multifuncional, garantindo dentro de si moradia, ocupação intensiva de mão-de-obra e diversificação produtiva, inclusive para o auto-consumo, características necessárias ao equilíbrio da sociedade.

Para redesenhar o setor, de modo que ele cumpra novas funções, a Reforma Agrária é imprescindível. A associação entre o modelo agrícola dominante e a ideia de modernidade é claramente incoerente e absurda. Longe de corresponder a critérios de racionalidade, o obsoleto modelo atual resulta de um



processo histórico, permeado por relações escravas e autoritárias.

Uma reforma abrangente articulada com políticas de desenvolvimento regional, ocupação territorial, alteração da base tecnológica e expansão da produção, será decisiva para dinamizar amplas áreas do interior do País, pois as cidades de pequeno e médio porte – que são cidades de serviços – gravitam em torno da atividade agrícola.

Para o Movimento Sindical, a ação do governo terá como base o diálogo com a sociedade e a participação de todos os setores envolvidos. Neste sentido será fundamental a participação de instituições e movimentos que vêm atuando nesta área, como é, por exemplo, o caso do MST – Movimento dos Sem Terra.

Condições para o êxito

Em primeiro lugar, a reforma agrária só terá êxito se for acompanhada de novas políticas agrícolas e tecnológicas, que produzam estímulos à reorganização da agroindústria e das cadeias de comercialização. A cooperação organizada pode aumentar significativamente a produtividade das unidades produtivas, seja pelo acesso conjunto a novas tecnologias, seja pelo uso compartilhado de equipamentos, seja pela organização coletiva da compra de insumos e da venda de produtos, seja por possibilitar que a verticalização da cadeia produtiva não esmague o agricultor.

Tornar disponíveis os meios para que possa ocorrer a disseminação de agroindústrias cooperativas pelo interior do País – associada, necessariamente, à difusão do conhecimento e à expansão de escolas técnicas que absorvam parte da juventude rural – é essencial para reorganizar as cadeias produtivas de forma mais democrática, descentralizando no território nacional a apropriação dos benefícios do progresso técnico e beneficiando os produtores.

Os assentados vivem os mesmos problemas dos agricultores familiares que já têm terra, mas em grau mais agudo. De modo geral, estão nas piores terras e com disponibilidades insuficientes para seu sustento. Será preciso dar terras de melhor qualidade e em quantidade suficiente para todos. A reforma deve penalizar os latifúndios. Aqueles mantidos como reserva de valor por empresas industriais e grupos financeiros serão desapropriados.

O Movimento Sindical deverá lutar por uma legislação que estabeleça o tamanho máximo de propriedade em cada ecossistema (a exemplo de vários países europeus), forçando em um primeiro momento o desmembramento das macro-propriedades de baixo nível de eficiência. Se eliminados 75% das grandes propriedades com mais de 1.000 hectares (em que há cerca de 40.000) poderão ser conseguidos mais de 100

milhões de hectares para a Reforma Agrária. Se considerado o mesmo raciocínio apenas para as megapropriedades com mais de 10.000 hectares (aproximadamente 1.700), as terras disponibilizadas alcançarão quase 30 milhões de hectares, suficiente para oferecer terras para 1,0 milhão de agricultores familiares com área média de 30 hectares.

No Brasil há cerca de 210,5 milhões de hectares cultivados ou em pastagens e disponibilidade de outros 120 milhões, se explorados de forma ecologicamente racional. Em princípio, isto é suficiente para oferecer cerca de 30 hectares de terra, em média, por família, garantindo uma agricultura familiar para mais 4 milhões de famílias de agricultores.

O processo deve ser conduzido de forma a gerar forte indução para que todos os estabelecimentos mantenham áreas destinadas à produção de alimentos destinados ao abastecimento do mercado interno.

Promover a reversão da atuação dos bancos públicos oficiais, com orientação prioritária para a promoção do desenvolvimento e apoio à produção sustentada agro-ecologicamente, com acompanhamento direto da agência de desenvolvimento rural nacional, a ser criada, que irá também gerenciar os programas especiais do governo para o segmento, buscando o entendimento e a integração com as atividades rurais não agrícolas como forma de sustentação das políticas agrícolas regionais;

A viabilidade da Reforma Agrária

Estudos indicam, que 2 milhões de empregos foram perdidos na agricultura brasileira nos últimos anos. É muito preocupante, até porque nenhum emprego urbano de boa qualidade é tão barato quanto o emprego rural. Barato e viável. Dois estudos recentes – um realizado em São Paulo pelo Instituto de Terras daquele Estado, outro realizado no Nordeste pela Universidade Federal de Pernambuco – mostram que a renda monetária média de uma família assentada atinge três salários mínimos por volta do terceiro ano. E um grande êxito.

O Brasil atual assiste, aliás, a um fenômeno incomum e notável: o desejo de retorno à terra de populações maltratadas nas cidades, as quais esgotaram sua capacidade de absorver mais gente. Em um período em que o desemprego coloca na ordem do dia a necessidade de alterar a matriz de ocupação da mão-de-obra, pois a indústria perdeu sua capacidade de absorção, e em uma sociedade em que a demanda por alimentos permanece elevada, a existência de terra vazia, pessoas dispostas a cultivá-la e capacidade técnica disponível, configura uma potencialidade rara que nosso País não pode recusar-se a usar.

Reforma Tributária

Sabemos que a realização de uma Reforma Tributária é processo complexo não apenas do ponto de vista técnico, mas, também, em termos políticos e sociais. Por isso mesmo, não propomos uma fórmula pronta e acabada para ser imposta ao País. Deseja que a reforma tributária seja o resultado de um amplo debate nacional, envolvendo o Congresso, os sindicatos de trabalhadores e a sociedade em geral.

Ainda assim, temos a clara consciência de que os princípios que devem nortear a Reforma Tributária que deseja para o Brasil são os de justiça tributária, simplificação, transparência, estímulo à produção e à geração de empregos. Por isso, a Reforma Tributária deverá perseguir os seguintes objetivos:

- Diminuir a cobrança de impostos sobre a produção nacional e desonerar o investimento produtivo e a exportação, deslocando a cobrança de impostos para o consumo (perdulário), o patrimônio e a transferência de riqueza;
- Reduzir o número de impostos, buscando a maior simplicidade em termos de legislação e regulação, a fim de diminuir os custos contábeis e advocatícios, evitando disputas judiciais intermináveis;

- Ampliar o universo de contribuintes;
- Facilitar a cobrança e a fiscalização do imposto;
- Promover um novo pacto federativo com redistribuição de competências e atribuições entre os entes federativos e repartição da receita tributária de forma compatível com essa redistribuição.

Um dos principais objetivos da Reforma Tributária é o de servir de instrumento para o processo de retomada do desenvolvimento econômico. Isso porque o crescimento econômico, além dos efeitos benéficos que tem sobre a renda e o emprego, e a única maneira de se garantir um aumento constante e significativo da arrecadação tributária. Ao contrário, o governo de FHC que bateu recordes seguidos, em matéria de arrecadação, com base na elevação brutal da carga tributária, alcançando 34% do PIB.

Dentre os novos tributos que deverão ser avaliados para efeito de compensar eventuais perdas de arrecadação decorrentes da desoneração do investimento produtivo e das exportações, sobressaem o Imposto sobre Valor Adicionado, o Imposto sobre Heranças, o Imposto Seletivo sobre Produtos Específicos e o Imposto sobre Vendas a Varejo cuja cobrança ficaria a cargo dos Municípios. O IVA teria apuração ao longo da cadeia produtiva e cobrança no ato de consumo, e sua arrecadação e fiscalização seriam compartilhadas pela União e Estados.

Reforma fiscal

Nos últimos anos, o Brasil fez um grande esforço

de ajuste fiscal. O superávit primário, registrado no Orçamento Geral da União, corresponde a 3,5% do PIB, um dos índices mais elevados do mundo. No entanto, a fatura dos juros pagos pelo governo, a cada ano, supera o valor desse superávit primário, de tal modo que as contas do governo acabam registrando déficit operacional (inclui os juros da dívida) e déficit nominal expressivos (inclui juros e correção monetária e cambial da dívida). Para que o esforço fiscal seja bem sucedido, é preciso, portanto, reduzir a conta de juros. Hoje, o Brasil, de forma singular tem, simultaneamente, as mais altas taxas de juros do mundo e um dos mais elevados superávits primários.

O movimento sindical deve lutar pela redução dos juros, pois essa redução será um objetivo permanente da política econômica. Contudo, isso não dispensará o governo de perseguir a manutenção do superávit fiscal, pois o inverso (redução dos juros e déficit primário) rapidamente provocaria uma nova elevação dos juros.

A política fiscal do Governo deverá procurar, simultaneamente, reduzir as despesas do governo e aumentar a arrecadação, contribuindo para gerar recursos que se destinarão a investimentos de interesse econômico e social. A redução de despesas terá como eixos principais o controle rigoroso dos gastos de custeio da administração direta e indireta, o combate à fraude na previdência, a busca permanente da melhoria do gasto público e a reavaliação dos custos de investimentos públicos e de programas do governo. O aumento da arrecadação, por sua vez, será buscado na luta contra a sonegação fiscal e na agilização dos procedimentos de cobrança da dívida ativa.

III - Propostas emergências de combate à fome e ao desemprego

A lógica do mercado nos últimos anos aprofundou os desequilíbrios sociais e regionais, contribuindo para a formação de enormes diferenciais de renda e comprometendo a oferta e demanda de bens e serviços essenciais. Dados recentes indicam o aprofundamento da concentração de renda e das desigualdades sociais: os 20% mais ricos retêm 64,1% da renda nacional, enquanto os 20% mais pobres têm apenas 2,20%. Esses dados são relativos a 1998. Em 1997, a distribuição era, respectivamente, de 63% e 2,6%.

A lógica de mercado pode ser alterada pela ação do Estado, visando à busca de um maior equilíbrio nas relações entre o capital e o trabalho, à geração de emprego e de renda e à redução das desigualdades sociais sob todas as suas formas. O Estado precisa cumprir o papel fundamental como promotor e indutor do desenvolvimento e da justiça social, e seus instrumentos de ação macroeconômica orientados para o crescimento



to, para a superação dos desníveis regionais e para a melhor distribuição de renda no País.

O agravamento do quadro social exige que se estabeleça como prioridade máxima, no curto prazo, a adoção de políticas de combate ao desemprego, à fome e à violência.

O combate emergencial à fome e ao desemprego só será bem sucedido se ocorrer paralelamente, uma ampla mobilização popular, da sociedade civil organizada, em especial dos sindicatos.

Segundo pesquisa do IPEA (2000), 13,6 milhões de brasileiros são classificados como indigentes, ou seja, estão sujeitos, de forma permanente, à situação de fome. Outros 40,6 milhões são classificados como pobres e se alimentam de forma desequilibrada, irregular e insuficiente. Esses brasileiros estão sujeitos à subnutrição específica, isto é, a carências de vitaminas e sais minerais e outros nutrientes essenciais.

Os dois contingentes de excluídos, que somam 54,2 milhões de brasileiros, estão mais vulneráveis as doenças e incapacidades, permanentes ou eventuais, para o trabalho e, destes, 7,9 milhões dos famintos e 20,8 milhões dos subnutridos estão na zona rural. Na infância, estes excluídos têm seu desenvolvimento físico e mental prejudicado de forma irreversível.

Salário mínimo

O Governo Lula precisa urgentemente dar início ao processo de recuperação do Salário Mínimo, elevando-o emergencialmente, beneficiando de forma direta ou indireta, a mais de 20 milhões de brasileiros que hoje têm renda inferior ou igual a um Salário Mínimo, melhorando suas condições de sobrevivência e retirando-os da faixa de pobreza da ONU que é de US\$ 80,00. De acordo com o DIEESE, a relação entre o **salário mínimo necessário** e o **salário mínimo vigente** chegou a ser de 8 a 10 vezes na década de 90. Na década de 50, quando o País ainda não havia chegado ao patamar de 10ª economia do planeta, essa relação era no máximo de 1,3 vezes. Inverter a curva de deterioração dessa relação observada desde o período dos Governos Militares até o Governo FHC é uma urgência para o governo LULA.

Recomposição salarial aos funcionários públicos e das estatais

Os servidores públicos federais e os trabalhadores da maioria das empresas estatais estão com seus salários defasados. Em alguns setores, os salários estão congelados há mais de sete anos. Exigimos a recomposição do poder aquisitivo destes trabalhadores aos índices praticados em 1994: a) Reajuste salarial imediato para o funcionalismo público e servidores das estatais, com base na inflação dos últimos doze meses, mais

ganho real para recompor parte das perdas do governo FHC; b) Volta da data-base aos servidores federais e aos empregados das estatais; c) os acordos coletivos destes trabalhadores deverão contemplar o reajuste da inflação do período mais ganho real até atingir os valores recebidos em 1994.

Geração de emprego

O emprego é o vínculo fundamental entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. Sua geração pode resultar, emergencialmente, de investimentos públicos em infra-estrutura e em setores de utilização intensiva de mão-de-obra, como é o caso da construção civil. Esses setores devem receber créditos das agências oficiais, como o BNDES e a CEF, que deverão desbloquear recursos e operar prioritariamente com vistas aos programas de recuperação de empreendimentos de infra-estrutura não privatizados — portos, ferrovias, rodovias e outros bens públicos, ampliação dos programas de habitação e saneamento. A recuperação das rodovias não privatizadas, por exemplo, que se encontram em precárias condições, além da geração de empregos em todas as regiões obedecendo à malha rodoviária, melhorará as condições de circulação de mercadorias necessárias ao crescimento da economia.

Habitação

O setor de habitação, conjugado com o de saneamento, é também um setor de utilização intensiva de mão-de-obra. Os empregos aí criados propiciarão a ampliação do número de habitações com água limpa e coleta de esgoto, permitindo a melhoria dos indicadores de saúde da população, especialmente o de mortalidade infantil que hoje é de 35 crianças a cada mil que nascem vivas. De acordo com o último levantamento do IBGE, apenas 62,3% dos domicílios brasileiros possuem abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo adequada. Menos de 24% possuem fossa rudimentar ou qualquer outro tipo de fossa coletora sanitária. As obras de implantação de cisternas, por exemplo, que não são obras de grande vulto, atingem o objetivo de sanear, empregando mão-de-obra familiar.

O movimento sindical deve apresentar ao governo Lula programa estabelecendo a concessão de incentivo fiscal às empresas que ampliem seu número de empregados, seletivamente por setor e por região, de acordo com o índice de desemprego correspondente.

Crédito Cidadão

O Banco do Brasil, a maior instituição financeira do país deve inverter suas prioridades, estimulando

e ampliando a concessão de créditos de pequena monta, sem exigências burocráticas, nem garantias reais ou aval, com juros subsidiados, às pequenas e microempresas dos setores industrial e de serviços. As linhas atuais do BNDES e do BNB devem ser fortalecidas e desburocratizadas.

Primeiro Emprego

Programa voltado para os jovens de 18 a 24 anos, sem experiência anterior, sem carteira de trabalho assinada. Por esse Programa a União pagará, durante um ano, metade do valor do Salário Mínimo, sendo a parcela restante de responsabilidade do empregador, a quem competirá a totalidade do valor do salário nos meses seguintes até completar 24 meses, caso não haja motivo para desligamento por justa causa. A empresa obriga-se a manter empregado o jovem trabalhador durante toda a duração do Programa.

IV - Gênero e raça

A muitos brasileiros soa como despropósito falar em discriminação racial e étnica em nosso País. E em discriminação contra as mulheres. Para eles, estes seriam problemas de outros países. O nosso problema seria a discriminação “social”, a afetar os pobres por serem pobres, e não por serem negros, ou estrangeiros, ou mulheres, ou indígenas, o que seria evidenciado pelo grande número de brancos e brancas pobres. Para os que pensam assim, a solução para a desigualdade estaria na adoção de medidas igualitárias universalistas, principalmente por meio de políticas distributivas e da melhoria da educação do povo em geral. A muitos homens negros soa como um despropósito falar em discriminação contra as mulheres, muitas das quais, por sua vez, também afirmam ser um despropósito falar em políticas especiais para promover a igualdade de negros e indígenas; e assim por diante, cada grupo imaginando-se o único verdadeiramente discriminado, ou o mais discriminado. Curiosamente, parece que a afirmação ufanista de que vivemos num país sem discriminações só não se aplica ao grupo do qual fazemos parte.

Um pouco de história

Os navegadores portugueses encontraram, abaixo da linha do Equador, uma terra com um extenso litoral de praias e enseadas paradisíacas. Uma terra habitada por gente saudável, com a pele bronzeada de sol, contadas aos milhares, reunidas em famílias, tribos e “nações”: tupi-guarani, tapuia, tupinambá, tamoió, tupiniquim, xavante, charrua. Eram povos de línguas ágráficas, não se conhecendo ao certo de que paragens teriam vindo, e há quanto tempo estavam ali, conluídos com a exuberante natureza, em sociedades afluentes.

Depois, aos milhares, entram em cena gentes da cor do ébano, igualmente instadas à amnésia delas próprias. Alguns séculos mais tarde, as elites desse lugar resolvem contar a história da nova Nação, que passa a ser narrada como tendo um povo único, uma única religião, uma única língua e um único modo de ser.

Grande parte da teorização dos estudiosos brasileiros da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX foi influenciada pelos determinismos então em voga na Europa, notadamente o racial e o climático. Aceitando a teoria racial acritica e a climática com poucas ressalvas, esses estudiosos meteram-se num beco sem saída. Por um lado, aceitar a teoria da superioridade racial branca era algo que só poderia trazer orgulho aos que se consideravam representantes brasileiros daquela raça. Por outro lado, eles não podiam aceitar a idéia de viver num país onde só poderiam vicejar a morbidez e o atraso, como consequência da mistura de raças e do clima tropical. A salvação estava na imigração européia. Em dado momento, a partir principalmente de *Casa grande & senzala*, de Gilberto Freyre, os discursos do poder passaram a utilizar o signo da raça como um valor da nacionalidade e não um dêus-valor, como se sustentava até então.

A alegoria da democracia racial viria a cair como uma luva, e então, durante décadas, as elites brasileiras investiram na exaltação dessa ficção, transformada em mito. Daí, acreditando sinceramente no mito, a maioria acabou por “naturalizar” a discriminação, ou seja, por não notar a sua evidência nos diferentes aspectos da vida nacional, achando normal a posição de inferioridade social de determinados grupos. De fato, talvez o maior obstáculo a vencer na luta contra a discriminação seja sua naturalização, já que, independentemente da cor da pele, do gênero ou da origem, fomos todos condicionados pelo mito e pela visão patriarcal dos tempos da escravidão, vale dizer, do machismo.

Aqui entra a questão das mulheres. Junto com o mito da democracia, criou-se aquele da mulher casta, servil e obediente ao sistema patriarcal. Tanto na casa grande, como na senzala. Enquanto a questão da raça servia para estabelecer uma “hierarquia cromática”, onde o mais claro era mais capaz que o mais escuro, o gênero iria criar uma diferenciação hierárquica atribuída à força. Ao mais forte – o homem – as qualidades da razão, do empreendimento e do destemor e ao “mais fraco” – a mulher – as qualidades da emoção, da intuição e da resignação. São diferenciações que em sua essência tem uma mesma matriz: o homem branco europeu.

Nossas Propostas

- Os sindicalistas socialistas devem apoiar a adoção, pelo poder público e pela iniciativa privada, de políticas de ação afirmativa como forma de combater a desigualdade.



- Promover estudos para alteração da Lei de Licitações Públicas de modo a possibilitar que, uma vez esgotados todos os procedimentos licitatórios, configurando-se empate, o critério de desempate – hoje definido por sorteio – seja substituído pelo critério de adoção, por parte dos licitantes, de políticas de ação afirmativa em favor de grupos discriminados.

- Apoiar a inclusão nos currículos escolares de informações sobre o problema da discriminação na sociedade brasileira e sobre o direito de todos os grupos e indivíduos a um tratamento igualitário perante a lei.

MULHERES – o Movimento Sindical deve:

- Lutar para assegurar o cumprimento dos dispositivos existentes na Lei, que garante proteção às mulheres contra a discriminação no trabalho e em qualquer situação.

- apoiar programas voltados para a sensibilização em questões de gênero e violência doméstica e sexual praticada contra mulheres na formação dos futuros profissionais da área de saúde, dos operadores do direito e dos policiais civis e militares, com ênfase na proteção dos direitos de mulheres afrodescendentes e indígenas.

AFRODESCENDENTES – o Movimento Sindical

deve:

- Apoiar o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, de que a escravidão e o tráfico transatlântico de escravos constituíram violações graves e sistêmicas dos direitos humanos, que hoje seriam consideradas crimes contra a humanidade.

- Defender a viabilidade da criação de fundos de reparação social destinados a financiar políticas de ação afirmativa e de promoção da igualdade de oportunidades.

POVOS INDÍGENAS – o Movimento Sindical

deve:

- Formular e divulgar políticas de proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas, em substituição as políticas integracionistas e assistencialistas.

- Apoiar a revisão do Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/73), com vistas à rápida aprovação do projeto de lei do Estatuto das Sociedades Indígenas, bem como a promover a ratificação da Convenção nº 169 da OIT, sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes.

- Lutar pelo direito dos povos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam;

- Defender o direito dos povos indígenas a uma educação escolar diferenciada, respeitando o seu universo sócio-cultural.

V - Balanço do Movimento Sindical

Ainda que seja um balanço político incompleto, na medida em que não situamos nesta tese todas lutas, nas quais o movimento sindical esteve envolvido nestes últimos anos, entendemos contribuir para o debate ao tecermos algumas críticas na forma em que alguns debates foram encaminhados e na falta de iniciativa para algumas questões fundamentais, como o desemprego, neste período.

De todas as agonias que a classe trabalhadora têm sofrido nos últimos anos, a questão da redução no nível da oferta de empregos é a mais aguda. As consequências da redução na massa de trabalhadores ocupados são duas em especial: a primeira é a política movida por FHC, de transferir grandes volumes de riquezas para o grande capital, e segunda, o emprego em larga escala de novas tecnologias, que esvaziaram as fábricas, agências bancárias, prestadoras de serviços, etc.

O movimento sindical brasileiro, diante desta realidade, não conseguiu funcionar como força de aglutinação dos sindicatos, organizações de desempregados e demais entidades da sociedade civil, para criar um forte movimento, na busca pela abertura de novas vagas de trabalho, forçando o governo e mudar seus eixos de intervenção na macro-economia. Iniciativas pela redução na jornada de trabalho sequer foram tentadas.

Outro ponto a ser questionado, foi a atuação do movimento na luta contra as reformas na CLT. A derrota da reforma proposta por FHC se deu muito mais por iniciativas isoladas de categorias e da pressão de parlamentares, do que por meio de um movimento unificado, com eixos claros e calendários de mobilização nacionalmente definidos. A única grande tarefa que o movimento organizou, foi a “passeata dos cem mil”, ocorrida em Brasília, que por sinal os sindicalistas da SSB e o PSB tiveram grande destaque. Após a passeata, apenas ecos isolados se ouviram.

A CUT, como maior central de trabalhadores do país, praticamente sumiu do cenário. Quem tomou as rédeas, de forma isolada, foram dirigentes e sindicatos por iniciativa própria. No dia da votação da reforma no plenário do Congresso Nacional, a direção da CUT limitou-se a deslocar apenas seus dirigentes para Brasília.

Da mesma forma, podemos citar a questão dos funcionários públicos federais e das estatais. Os funcionários do Banco do Brasil e a CEF, amargaram sete anos de salários congelados, tendo seus rendimentos reduzidos, em alguns casos, para valores abaixo dos recebidos pelos trabalhadores dos bancos privados. Idem para os servidores públicos federais, que permaneceram ao longo do governo FHC com seus salários congelados e sujeitos às mais injustas regras de avaliação para obter algum tipo de melhoria laboral.

E apesar disso tudo, não houve sequer uma mobilização geral do funcionalismo organizada e estimulada pela CUT. As greves e lutas se resumem às categorias isoladamente e se unidade houve, foi graças aos esforços empreendidos por entidades como a Fasubra, a Andes, e a Fenasps, por exemplo.

Faltou democracia nas eleições

Do ponto de vista da democracia, maus exemplos não faltam. Um dos mais graves foi a forma que se estabeleceu o apoio das Centrais às candidaturas presidenciais ainda no primeiro turno.

Ignorando a existência de outras candidaturas vinculadas aos setores que militam dentro da CUT, a Articulação Sindical passou seu rolo compressor sobre as tendências minoritárias, impondo o apoio ao candidato do seu partido, o PT, fato ocorrido também em outras centrais onde lideranças colaram as estruturas sindicais aos seus candidatos. Assim, apoiadores das candidaturas do PSB, PSTU e PCO, foram constrangidos.

Para nós, a CUT deveria ter seguido o exemplo de diversos sindicatos, como o de Bancários da Baixada Fluminense/RJ, que no primeiro turno das eleições, abriu espaço para os candidatos da oposição ao governo FHC publicarem suas idéias e abrir o debate com suas bases, para que no segundo turno, definido o candidato da oposição, aí sim, a CUT e os sindicatos, de forma unânime pudessem defender a candidatura de Lula.

VI - Estratégia

A eleição de Lula para presidente, tornou-se um divisor para a história do movimento dos trabalhadores brasileiros. A vitória nas urnas de um candidato que teve sua origem política no movimento sindical e que aglutinou no segundo turno, a ampla maioria dos sindicatos em seu apoio, foi o desaguadouro de décadas de lutas neste país.

A CUT esteve na campanha de Lula desde seu início e, agora, inúmeros quadros seus e de sindicatos filiados, ocupam cargos na estrutura governamental. Tal

fato, deve a princípio ser saudado como uma vitória para todos que lutamos contra o neoliberalismo e suas políticas de exclusão social. Mas esta vitória pode se tornar uma amarga derrota, se a Central não souber localizar sua real situação dentro desta conjuntura.

O desafio atual é manter a independência política e material do governo agora estabelecido. Exemplos de "pelegos chapa branca" não faltam em nosso movimento, como foram os casos da Força Sindical com Collor e depois FHC e da SDS também com Fernando Henrique.

Esta busca pela independência é uma necessidade vital para os sindicatos e a CUT. Não poderemos em hipótese alguma, nos calarmos diante a extração de direitos trabalhistas, como a indenização de 40% sobre o FGTS, por exemplo.

Na questão da recomposição salarial, tudo indica que teremos embates. Lula e sua equipe econômica ainda não discutiram com as entidades representativas do funcionalismo público e as estatais, um calendário para repor as perdas salariais. Da mesma forma o salário mínimo. O governo já declarou que o valor máximo possível para o próximo ano não passará de R\$ 150,00.

A política para o governo de Lula deve ser clara: **o movimento sindical deve apoiar aquelas iniciativas que beneficiarem os trabalhadores. Mas ir às ruas contra a subtração de direitos e o rebaixamento salarial.**

Citamos alguns exemplos de problemas que poderão ocorrer em breve, mas temos outros que ainda não estão colocados na pauta do governo, mas são bandeiras antigas do movimento sindical, como a redução da jornada de trabalho. **Devemos impulsionar uma grande campanha nacional pela redução da jornada de trabalho, como uma das melhores formas de combater o desemprego e melhores condições para os trabalhadores.**

...Usar lutar.
Usar vencer...
(Mao Zedong)



Tese da Juventude Socialista Brasileira ao IX Congresso Nacional do PSB

**Navegar e Lutar é Preciso,
Render-se Não é Preciso!**

Vivemos em busca de um sonho: transformar o mundo! Para muitos talvez isso não passe de um desejo inalcançável. Para nós da Juventude Socialista Brasileira, esse sonho poderá se tornar uma realidade. Essa é a nossa utopia.

A convicção de que podemos transformar o mundo é a fonte de toda energia que nos move incansavelmente. Lutar é preciso! Esse é nosso lema. Temos a certeza de que só a luta poderá nos conduzir ao novo mundo que tanto almejamos. Temos uma história de luta contra o autoritarismo, contra o imperialismo, a exploração e a escravidão. Queremos ser livres sem pedir permissão. Portanto não podemos ficar parados!

Lutamos por um mundo justo, onde todos tenham direito a saúde, educação de boa qualidade, acesso a cultura e ao trabalho digno. Queremos promover a autodeterminação e a solidariedade entre as nações para que sejam livres e desenvolvidas culturalmente.

Queremos um mundo onde reine a paz e não a guerra, onde a felicidade do povo esteja em primeiro lugar, acima de todos os interesses mesquinhos em buscar mais riquezas e mais poder. Queremos uma sociedade onde os trabalhadores não sejam explorados e que a produção das riquezas tenham como objetivo atender as necessidades do próprio homem e de toda a sociedade. Só assim, homens e mulheres poderão se libertar da condição de escravos de seu próprio trabalho.

Esta é a sociedade socialista que tanto lutamos para construir. Sua realização depende da atitude que tomarmos agora, pois, não acreditamos na espontaneidade ou no acaso, e sim na intervenção consciente do indivíduo na sociedade. Se todos nós decidirmos lutar em prol do socialismo, então não haverá dúvidas de que o socialismo triunfará sobre o capitalismo e sua vitória irradiará o caminho daqueles que ao longo de todos esses anos tem sonhado com a revolução.

Viva a Revolução Socialista!
Abaixo a Exploração Capitalista!

Conjuntura

O GOVERNO LULA

Estamos atravessando uma fase histórica e decisiva para o futuro do país. Isto exige que tenhamos lucidez política para compreendermos a natureza dos acontecimentos e adotarmos uma atitude consequente frente à situação em que vivemos. As eleições de 2002 demonstraram a insatisfação do povo brasileiro com o projeto neoliberal. Dos seis candidatos a Presidência da República, cinco que representavam o sentimento de mudança obtiveram mais de 70% dos votos. Este fato despertou um grau de expectativa muito grande em torno do governo eleito sob o slogan “a esperança venceu o medo”.

O principal eixo programático que garantiu a vitória de Lula esteve voltado para a criação de um pacto social, que propunha a aliança da classe trabalhadora com o capital nacional e internacional, para que com isto, pudessem ser implementadas algumas reformas constitucionais e mantida a ordem institucional em nosso “Estado Democrático de Direito”. Não há dúvida do quão bem intencionado possa estar o governo. Porém, uma pergunta não quer calar: será que de fato alcançaremos mudanças significativas em relação à expectativa da população brasileira?

Para responder esta pergunta, é preciso que entendamos inicialmente a diferença existente entre governo e poder. Devemos compreender que o Poder em nossa sociedade é exercido por uma classe dominante, que interage com o Estado. Sendo assim, o governo representa apenas uma faceta do poder, estando, portanto, subordinado aos interesses gerais do sistema. Percebemos que o atual governo, nos últimos dez meses reproduziu uma política econômica conservadora, excessivamente monetarista, através de juros altos e novos acordos com FMI, o que impede o desenvolvimento do país.

Outros exemplos como a geração de superávit primário e cortes de gastos com investimentos públicos mostram o nível de dependência do Brasil com os acordos que aprisionam as políticas econômicas aos interesses do capital e aos compromissos da dívida externa. Neste período, o desenvolvimento econômico e social não aconteceu. O desemprego continua crescente, enquanto 50% dos que trabalham estão sem carteira assinada, sem nenhuma segurança social e os salários perderam parte significativa de seu poder aquisitivo. Enquanto isso, a dependência externa

estrangula nosso desenvolvimento e, ao mesmo tempo, os grandes bancos têm lucros extraordinários, com juros de pura agiotagem. É neste cenário que realizaremos nosso VII congresso nacional. Nós [o PSB e, por consequência, a JSB], fazemos parte deste governo e devemos ter clareza do papel que esta situação nos obriga. Sabemos que também fomos um dos atores históricos importantes nas últimas duas décadas, onde ajudamos a construir a eleição de um trabalhador para presidente, mesmo com a candidatura própria do PSB em 2002.

Mesmo assim, não devemos nos calar diante da avaliação de que muitos dos nossos compromissos e bandeiras históricas não estão tendo a oportunidade [pelo menos até o momento] de serem realizados. Por isso, o tema proposto para o VII Congresso Nacional da JSB traz o lema: “Navegar e lutar é preciso, render-se não é preciso!”, buscando estimular o debate em torno do assunto.

O governo Lula despertou esperanças e possibilidades de mudanças desejadas pelos trabalhadores. Entretanto, não reuniu forças de sustentação política e econômica para implementar uma agenda de mudanças que a situação do país exige. Somente a organização popular e a mobilização garantirão a manutenção da agenda dos movimentos sociais e a sustentação para as mudanças que respondam aos interesses populares e às reivindicações históricas do povo brasileiro.

NÃO À ALCA

Miami, 1994, Governos de 34 países das Américas firmam negociações para formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) do Alaska a Patagônia, com conclusão prevista para 2005. Fruto de um momento histórico peculiar, um mundo unipolar, presidido pelos interesses hegemônicos dos EUA, que manipulam abusivamente os organismos internacionais (ONU, OEA, OMC) e controlam o sistema financeiro mundial (FMI, BIRD), protegidos inclusive, por seu aparato bélico, ímpar na história da humanidade. Em recentes discussões em torno da ALCA, em Buenos Aires, reascenderam as idéias coloniais dos EUA, quando manifestaram sua indisposição política de fazer concessão em algumas áreas como: legislação antidumping, subsídios à agricultura e às regras trabalhistas e ambientais.

Na realidade o que se propõe é livre mercado para os países periféricos e protecionismo para os mercados dos países ricos. Está evidente que esse projeto visa estabelecer a hegemonia norte americana sobre o continente, e o Brasil é o maior alvo, por suas riquezas, porque está em relação a países como Chile e Argentina, menos estatizado. Existem também os desníveis conjunturais que caracterizam os países da ALCA, onde

um país como os EUA vem apresentando desde a década passada crescimento com emprego, preços estáveis e intenso dinamismo tecnológico em todas as áreas, ou seja, uma economia completamente diferente da dos outros 33 países membros, ressaltando-se que apenas 4 países possuem pautas de exportação realmente diversificadas (bens de capital, componentes e insumos básicos): EUA, México, Canadá e Brasil, o que pode dar um papel de fundamental importância do Brasil na construção do projeto, uma vez que, os outros 3 já estão alinhados aos EUA.

Diante desse quadro o que fazer? Uma coisa já se tem certeza a ALCA significará uma catástrofe econômica, social, política e ambiental,* para todos os povos vítimas da hegemonia imperialista. Nós Socialistas consideramos que a senha de ingresso a integração latino-americana sonhada e aspirada por Bolívar e José Martí é o fortalecimento do MERCOSUL, que, aliás, é um compromisso constitucional brasileiro de formação de uma comunidade latino-americana de nações. Criado em 91, em 98 o MERCOSUL já apresentava renda per-cápita de US\$ 5,2 mil/ano, produto nacional bruto de 1,1 trilhão de dólares, e desde 94 é mais importante união aduaneira do hemisfério sul. Essa performance não se restringe ao campo regional, mas também, no mundial, o comércio intra-bloco saltou de US\$ 4,1 bilhões de dólares em 1990 para mais de 20 bilhões de dólares em 97, ou seja, 400% de crescimento. Em 2000 90% das mercadorias nos países membros já eram comercializadas internamente sem tarifa de importação.

Ao contrário do que muitos pensam, que a constituição da ALCA, iniciaria no desaparecimento do MERCOSUL, a realidade dos fatos se impõe, os resultados até agora conseguidos com o MERCOSUL, nos remete a não mais questionar “datas” com a ALCA, mas sim o mérito do projeto, sem ingerência, sem “exceto”, e principalmente sem hegemonismo, e transcender aos aspectos econômicos comerciais, para evoluir também nos aspectos políticos, culturais e ambiental.

A GUERRA IMPERIALISTA

A guerra contra o Iraque é uma guerra imperialista pelo controle do petróleo e pela reorganização e hegemonia do mercado mundial por parte dos EUA. O capitalismo já produziu no último século outras duas grandes guerras mundiais que ceifaram milhões de vidas, com o propósito de manter a exploração capitalista e impor aos povos a sua dominação. Atingimos o desenvolvimento maior do capitalismo em sua fase do capital financeiro especulativo e da formação dos blocos econômicos, como a ALCA e a Comunidade Européia, por exemplo. Nesse sentido a guerra torna-se um recurso da burguesia internacional, na tentativa



de manter a todo custo a hegemonia do imperialismo e retirar o capitalismo de mais uma de suas crises.

Essa situação, que também envolve hoje a falência dos países da América latina, a crise do desemprego na Europa, a recessão nos E.U.A, a corrida armamentista da Coreia do norte, o terrorismo, apontam para uma situação catastrófica.

A CRISE GERAL DO CAPITALISMO, A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ESQUERDA E A PERSPECTIVA DE UMA NOVA ORDEM MUNDIAL: O SOCIALISMO!

A realização do próximo fórum social mundial ocorrerá em um momento sem precedente na história de todas as nações e povos do mundo inteiro, unidos em torno de um único sentimento: construir um novo mundo!. Tal sentimento deveria implicar na negação do atual sistema em que vivemos: O capitalismo. No entanto, a negação do capitalismo não implica necessariamente no advento do socialismo. É preciso superar o impasse histórico: O Socialismo ou o Caos". (Engels)

O Fórum Social Mundial deverá ser um contra ponto ao Fórum Econômico de Davos. Deverá dizer ao mundo que não há alternativa nos limites desse atual sistema, a não ser o socialismo. Declarar que a economia capitalista está à beira de um colapso e que é hora de convocar os explorados de todo o mundo para uma grande batalha contra a burguesia mundial.

Diante do exposto, uma pergunta se faz oportuna: será possível construir um outro mundo harmonioso nos marcos do capitalismo?. A história do desenvolvimento da sociedade tem demonstrado que não. Podemos afirmar que a possibilidade de um mundo socialista está diretamente ligada a superação do próprio capitalismo, pois, o socialismo compreende um estágio superior do desenvolvimento econômico e social que não cabe dentro dos limites do capitalismo. Além do mais, o capitalismo é incapaz de oferecer respostas às questões sociais, visto que seu objetivo é a busca incessante pelo lucro, a acumulação e a exploração de milhões de trabalhadores vítimas da ditadura do capital sobre o trabalho. Parafraseando Trotsky: *Se o capitalismo é incapaz de satisfazer às reivindicações que surgem infalivelmente dos males que ele mesmo engendrou, que morra! "A possibilidade ou impossibilidade de realizar as reivindicações é, no caso presente, uma questão de relação de força, que só pode ser resolvida pela luta. Sobre a base desta luta, quaisquer que sejam seus sucessos práticos imediatos, os operários compreenderão melhor toda a necessidade de liquidar a escravidão capitalista."* Trotsky. (programa de transição)

Os socialistas de todo o mundo, precisam proclamar às massas que a única saída real para esse impasse histórico, consiste na revolução socialista e que a luta tem que ser travada diretamente contra o capitalismo e não apenas contra os governos, pois, os

governos são rotativos, no entanto, o sistema tem um caráter mais duradouro. A tarefa maior de todos os socialistas é levar ao povo um grande trabalho de educação política, construir o partido da revolução socialista e a esquerda anti-capitalista que conduzirá as massas a tomada do poder político através da insurreição contra a burguesia nacional e internacional. O movimento socialista revolucionário internacional tem o dever de resgatar o discurso socialista com todos os seus princípios ideológicos. Esse instrumental teórico preparará para a luta contra a burguesia a direção internacional dos trabalhadores.

Todos os socialistas devem compreender que as condições objetivas para a revolução estão postas. O desenvolvimento das forças produtivas, o imperialismo na fase do capital financeiro especulativo, a conjuntura nacional e internacional, a hegemonia política econômica e militar do capitalismo e as profundas crises sociais, comprovam esta afirmação. Mas, como bem sabemos, para desencadear a revolução é necessário ter o caráter subjetivo, ou seja, o discurso politicamente correto a respeito da realidade atual existente. Esse discurso é o porque das coisas, qual a verdadeira causa das mazelas sociais. "O capitalismo não suportaria se um dia todos os explorados e oprimidos perguntassem: Porque? qual a causa?"

Todos os socialistas devem compreender a luta de classes no interior da sociedade. Classes essas com interesses históricos inconciliáveis. Nunca houve na história, um pacto entre burguesia e trabalhadores, isto é do ponto de vista dialético, impraticável. O objetivo dos trabalhadores é se libertar das garras da exploração do sistema e isso só ocorrerá mediante a revolução socialista que esmagará pela força a burguesia exploradora. O único pacto social que devemos fazer é a união de todos os trabalhadores contra o sistema capitalista. Compreendemos também que a luta não é de nação contra nação, mas sim de classe contra classe.

Todos os socialistas devem denunciar o caráter de classe do estado e a ideologia burguesa como instrumentos de exploração e manutenção das desigualdades. Denunciar também o stalinismo como um fenômeno nocivo ao movimento socialista e produto histórico de uma revolução (Revolução Russa) não completada devidos as circunstâncias históricas. O nosso repúdio aos social-democratas e nacionais reformistas que negam a atualidade do socialismo e que certamente se prestarão à serviço da contra revolução.

Portanto, que todos os companheiros permaneçam firmes na convicção de que a luta contra o capitalismo é um imperativo histórico e que não podemos fraquejar diante das adversidades impostas pela burguesia, que todo esforço seja feito na luta em prol dos interesses gerais dos trabalhadores de todo o mundo e que a vitória da Revolução Socialista seja irradiada em todas as partes, lançando sobre as ruínas do capitalismo as bases de uma nova sociedade: o socialismo.

REFORMA E REVOLUÇÃO

Um Resgate Histórico

Como todos nós sabemos, o socialismo surgiu com os socialistas utópicos, os mais conhecidos foram: Robert Owen, Fourier, Saint Simon, Louis Blanc e outros. Foi a partir de um estudo profundo da economia inglesa, do socialismo Francês, da filosofia clássica alemã e desenvolvimento da dialética materialista que o socialismo passou a ganhar status de ciência e também ser o que há de mais avançado em elaboração teórica do estudo das contradições do sistema capitalista e da possibilidade do socialismo.

Obras como “O Capital”, o “Manifesto Comunista” de Marx e Engels e “Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico” de Engels, são apenas uma amostra do imenso acervo literário que constitui o socialismo científico. É a partir desse período que o socialismo começa a ser questionado. A primeira corrente de pensamento filosófico que começou a contestar o socialismo de Marx ou o Marxismo, foram os Anarquistas. Apesar de serem convergentes com os marxistas na maioria de seus princípios, os anarquistas divergiam numa questão central: O Estado.

Os anarquistas condenavam toda forma de governo e pugnavam por uma ruptura radical com o estado como aparelho político repressor e a serviço das desigualdades. Por outro lado, os marxistas admitiam a manutenção do Estado, até triunfar a ditadura do proletariado, período esse que seria uma transição do socialismo para o comunismo, até que desaparecesse a luta de classes, e, portanto, o Estado seria suprimido naturalmente. Neste estágio a humanidade já teria conquistado a emancipação. Bem, essa questão com os anarquistas perdura até hoje e por muitos anos alimentou um rico debate.

Mas, ao fazer esse resgate histórico é preciso contextualizar uma outra corrente de pensamento filosófico, que tem trazido grande prejuízo ao movimento socialista em todo o mundo: Os reformistas. O reformismo surgiu na Europa por volta de 1900 com um renomado economista e membro do partido social democrata alemão, Eduard Bernstein. Considerado o pai do Revisionismo, em sua obra, “Socialismo Evolucionário”, Bernstein tenta reduzir a pó as postulações de Marx e Engels sobre o socialismo científico. Em primeiro lugar, negando o socialismo como ciência política, além de questionar o materialismo histórico como método de investigação, a luta de classes, a miséria crescente, a concentração da riqueza e a possibilidade de um colapso do sistema capitalista. Mas, o principal questionamento foi em relação a necessidade de uma revolução. Para Bernstein, a via para alcançar a democracia não era por meio de uma revolução e sim através do parlamento, ou seja, apenas pela via institucional.

Vale ressaltar que o que o levou a chegar a essa conclusão foi o fato do Partido Social Democrata - PSDA em 1910 ter eleito 110 deputados no parlamento alemão. Bernstein acreditava que o papel da democracia era desenvolver um programa de reformas que atendesse as necessidades da classe operária, com isso ele negava o princípio da luta de classe e a

insurreição como sendo um aspecto inerente ao processo revolucionário na tomada do poder político pela classe operária.

Nesse primeiro momento as idéias de Bernstein, não surtiram muito efeito e foram severamente reprimidas pelos socialistas da época. Com a derrota do movimento socialista na Europa Ocidental, fruto da descaracterização dos partidos Social-Democratas que se converteram em social-patriotas, em plena primeira guerra mundial. A partir de uma tentativa desenfreada de evitar a capitulação dos partidos, Lênin, Trotsky e todos os bolcheviques foram forçados pelas circunstâncias a desencadear a revolução na Rússia atrasada, com o intuito de fazer ressurgir a revolução mundial, mas já era tarde de mais. Essa tentativa foi abortada. A revolução não foi completada e isso gerou um fenômeno extremamente nocivo ao socialismo: O stalinismo, como resultado de uma revolução interrompida, o que ocasionou a contra-revolução. O imperialismo cuidou em bloquear aquela experiência e promover no mundo inteiro uma propaganda anti-socialista.

A partir da revolução russa o reformismo passa a se tornar uma corrente no seio do movimento socialista e tenta reduzir o marxismo a uma mera peça de museu. Até aqui temos observado que o curso natural do movimento socialista foi interrompido pela força do imperialismo, no entanto, isso não pode invalidar a importância histórica das tentativas, embora más sucedidas de implantá-lo. Não devemos desconsiderá-lo como alternativa para libertar a humanidade e muito menos discordar de sua atualidade.

Fazendo um paralelo com a realidade atual, podemos constatar a crise da social-democracia, a falência do neoliberalismo como mecanismo de gerenciamento do sistema e as próprias crises cíclicas do capitalismo. Diferente da leitura que Bernstein fez no início do século passado, a miséria é crescente, o desemprego se tornou um fenômeno mundial, a violência urbana, as guerras e os conflitos sociais nos levaram a uma situação de desespero.

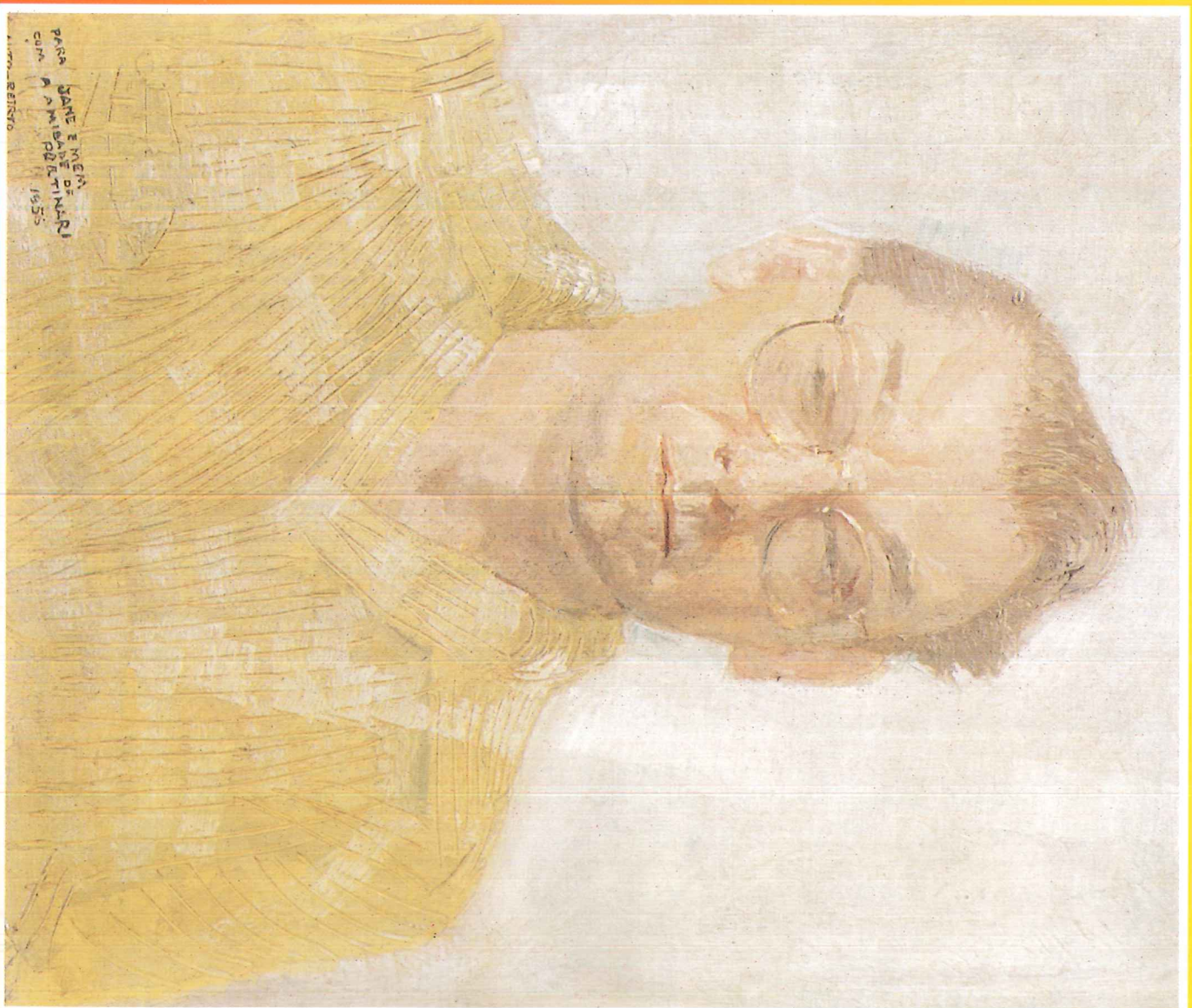
Diante da conjuntura em que se encontra hoje o Brasil e o mundo, podemos afirmar que a social-democracia fracassou, aliás, o regime democrático de direito é uma fraude histórica. A democracia é uma virtude impraticável nos marcos do atual sistema capitalista, o que reina até hoje é a ditadura do capital sobre o trabalho, a exploração do homem pelo homem e a busca insaciável pelo lucro e a concentração de riquezas. Essa é lei maior do capitalismo.

Na essência nada mudou. O socialismo continuará atualizado em quanto existir o capitalismo. Sua realização está intimamente ligada a superação do capitalismo. Reforma e revolução são debates que não devem ser encarados apenas como uma questão conceitual, pois é fundamentalmente uma questão de convicção ideológica e de posição política. Portanto, a tarefa maior de todo socialista hoje é tirar a esquerda da perplexidade e resgatar o discurso socialista. Assim estaremos mais próximos de resolver o impasse histórico: “O Socialismo ou o Caos”.

Brasília, 05 de dezembro de 2003



"Ver Portinari no trabalho é compreender instantaneamente a força popular de sua arte".



“Não, o Brasil não esqueceu Portinari. Como numa grande volta, neste momento em que a Nação é capitaneada por um Retirante, por um presidente cuja história em muito se parece com a do pintor, e cuja mente, espírito e coração - armados da esperança de todos os brasileiros - estão voltados ao resgate, à afirmação e ao fortalecimento dos mesmos valores pelos quais Portinari deu a vida, este Centenário assume a dimensão de uma grande redenção, de um emocionado abraço que a Nação dá ao pintor, ao legado assim descrito por Drummond: [...] *A obra de Portinari atinge a beleza de um cântico auroral sobre as misérias do mundo, e particularmente de seu país.* É testemunho e resgate [...]. Como Portinari pintou o Brasil através do fazer de sua gente, todos nos sentimos, de alguma forma, representados em sua obra.”